

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Taís Daiele Alves

Frente Negra Brasileira: história do movimento em Minas Gerais

Juiz de Fora
2022

Taís Daiele Alves

Frente Negra Brasileira: história do movimento em Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Juiz de Fora
2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves, Tais Daiele.

Frente Negra Brasileira : história do movimento em Minas Gerais / Tais Daiele Alves. -- 2022.
132 f. : il.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Movimento Negro. 2. Frente Negra Brasileira . 3. Minas Gerais.
I. Gonçalves , Leandro Pereira , orient. II. Título.

Taís Daiele Alves

Frente Negra Brasileira: história do movimento em Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 18 do mês de agosto do ano de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Hebe Maria da Costa Mattos Gomes e Castro

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Teresa Maria Malatian

Universidade Estadual Paulista

Juiz de Fora, 16/09/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Pereira Goncalves, Professor(a)**, em 16/09/2022, às 11:51, conforme [horário oficial de Brasília](#), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Teresa Maria Malatian, Usuário Externo**, em 16/09/2022, às 14:34, conforme [horário oficial de Brasília](#), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro, Professor(a)**, em 16/09/2022, às 15:00, conforme [horário oficial de Brasília](#), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-U f (www2.u f.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0952091** e o código CRC **5DB54FCE**.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa e a escrita de um trabalho acadêmico implicam muita dedicação e inúmeros desafios na busca pela construção do conhecimento científico. Iniciar tal empreitada em meio à pandemia da Covid-19, que infelizmente ceifou mais de 650 mil vidas no Brasil, tornou o processo ainda mais trabalhoso. Alguns obstáculos comprometeram parte dos planos iniciais, a quarentena e o fechamento dos arquivos públicos exigiram a adaptação das fontes de pesquisa e criatividade para prosseguir.

Diante do exposto, faz-se necessário agradecer às Instituições de salvaguarda e Acervos Documentais on-line, sem as quais este trabalho não poderia ter sido realizado. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e ao Arquivo Público Mineiro e a toda a equipe, a minha gratidão. Agradeço ao Departamento Histórico de Guaxupé e ao historiador Inácio Walacy de Souza Abrantes em especial, que prontamente atendeu as minhas solicitações, auxiliando-me com os documentos disponíveis no município. O esforço e a dedicação dos servidores desses arquivos permitiram a realização desta pesquisa.

Agradeço a minha família, sobretudo a minha mãe, Gerci, a quem devo tudo o que sou, e ao meu pai, Jorge, pois sei que daí de cima o senhor olha por mim. Eu te amo eternamente. A minha irmã, Joyce, por apoiar os meus sonhos e acreditar que eles são possíveis, e ao Guilherme, por me propiciar momentos de leveza e acolhimento neste período de muita dedicação acadêmica. Amo vocês!

Agradeço à coordenação e a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Agradeço imensamente ao meu impecável orientador, Leandro Pereira Gonçalves, visto que a sua generosidade, incentivo e sugestões propiciaram a construção deste trabalho. Os acertos desta pesquisa são frutos da sua confiança depositada em mim.

As professoras Hebe Mattos e Teresa Malatian, pelas contribuições de extrema relevância feitas na qualificação, apontamentos essenciais para que esta dissertação tomasse a forma hodierna, como também pelo aceite para participar da banca final.

A Suely Santos, sobrinha-neta de Pio Damião, por me conceder entrevista e me ceder imagens dos documentos que foram preservados pela família. O seu depoimento enriqueceu a análise, fornecendo uma perspectiva ímpar.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos os amigos que me apoiaram nessa trajetória. Uma pesquisa sempre é o resultado de um esforço coletivo, dos gestos, apoio e carinho daqueles que nos cercam. Muito obrigada a todos.

RESUMO

A Frente Negra Brasileira (FNB), movimento negro fundado na cidade de São Paulo em 1931, foi um dos maiores expoentes associativos na busca por melhores condições de vida e integração dos negros, a partir de iniciativas sociais e políticas. A agremiação expandiu-se por várias regiões do país atingindo o estado de Minas Gerais. A pesquisa objetiva a compreensão das origens, desenvolvimento e particularidades da FNB de Minas Gerais, que se transformou na segunda maior composição de delegações associadas ao comando central paulista. A primeira delegação mineira foi fundada em Guaxupé, sul do estado mineiro, em março de 1933. O trabalho desenvolve-se alicerçado na análise qualitativa das edições do Jornal *A Voz da Raça*, periódico oficial da entidade. Ademais, realizou-se o estudo minucioso dos processos do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops), além da investigação das fontes oriundas do Departamento Histórico de Guaxupé. O estudo estendeu a análise do núcleo central mineiro para as demais delegações implantadas no estado, buscando construir o conhecimento sobre a FNB em Minas Gerais e sua relação frente ao comando central paulista.

Palavras-chave: Movimento Negro. Frente Negra Brasileira. Minas Gerais.

ABSTRACT

Brazilian Black Front (FNB), a black movement founded in the city of São Paulo in 1931, is one of the most relevant movements in search for better living conditions and integration for black people, resulting from social and political initiatives. This union has expanded to several regions of the country, reaching the state of Minas Gerais. The research aims to comprehend the sources, development and features of FNB of Minas Gerais, which turned out to be the second largest body of delegations associated with the central command of São Paulo. The first delegation from Minas Gerais was founded in Guaxupé, located in the south of Minas Gerais, in March 1933. Qualitative analysis of the editions of *A Voz da Raça*, the official journal of the organization, was carried out. In addition, a thorough study of the processes of the Department of Political and Social Order of Minas Gerais (Dops) and the investigation of source material from the Historical Department of Guaxupé were undertaken. The analysis of the central core of Minas Gerais was expanded to other delegations located in the state so as to build a body of knowledge about the FNB in Minas Gerais and its relation with the central command of São Paulo.

Keywords: Black Movement. Brazilian Black Front. Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das Delegações com base no jornal <i>A Voz da Raça</i>	54
Figura 2 – Mapa das Delegações com base no jornal <i>A Voz da Raça</i> e nos processos do Dops.....	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 “ALISTAI-VOS DEBAIXO DO PENDÃO SAGRADO”: O SURGIMENTO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA.....	17
2.1 O PANORAMA DE IDEALIZAÇÃO: CAUSAS E REFLEXÕES ACERCA DO CONTEXTO DE FUNDAÇÃO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA	18
2.2 CONFRONTOS POLÍTICOS: A DIREÇÃO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM DISPUTA	26
2.3 “A OBRA DOS HUMILDES”: ESTATUTOS, DEPARTAMENTOS E O CRESCIMENTO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA	33
2.4 O IRRADIAR DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA: “A OBRA DA F.N.B, NUMA EXPANSÃO ENTUSIASTA, REPERCUTE PELO INTERIOR AFÓRA”	42
3 “O FLORESCENTE ESTADO DE MINAS GERAIS”: UMA ANÁLISE SOBRE A SEGUNDA MAIOR COMPOSIÇÃO FRENTENEGRINA DO PAÍS.....	51
3.1 “DE MINAS”: AS DELEGAÇÕES FRENTENEGRINAS DE MINAS GERAIS ATRAVÉS DO JORNAL <i>A VOZ DA RAÇA</i>	52
3.2 PIO DAMIÃO: LÍDER E FISCAL GERAL DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM MINAS GERAIS	73
3.3 “UMA NOVA SEIVA FECUNDADORA DOS NOSSOS IDEIAS DE MOÇOS”: A CONSOLIDAÇÃO E DESTAQUE DAS FRENTES MINEIRAS NO PERIÓDICO OFICIAL DA FNB	82
4 SOB O OLHAR DA POLÍCIA POLÍTICA: OS CONFRONTOS FRENTENEGRINOS A PARTIR DOS PROCESSOS DO DOPS	94
4.1 OS PROCESSOS ENFRENTADOS PELA FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM MINAS GERAIS	96
4.2 SERÁ A FRENTE COMUNISTA? A FRENTE NEGRA MINEIRA - UMA ASSOCIAÇÃO HOMÔNIMA EM BELO HORIZONTE	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	128

ARQUIVOS	128
BIBLIOGRAFIA	129

1 INTRODUÇÃO

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi um movimento fundado na cidade de São Paulo em setembro de 1931. A agremiação tinha como principal objetivo a integração efetiva dos negros na sociedade brasileira, os quais desejavam amparar os seus iguais através da união, conscientização e instrução, acreditando que a igualdade de direitos poderia ser alcançada através da educação e ação organizada.

A formação do movimento negro deu-se de forma heterogênea. Suas ações variaram de uma organização para outra; algumas concentravam suas atividades em condutas religiosas, outras eram marcadas por práticas culturais e recreativas, havendo ainda aquelas que focavam suas energias na resolução dos conflitos do mundo do trabalho. Contudo, o que marca a aglutinação destas associações são os ideais em comum, a luta contra o preconceito racial, a busca por melhores condições de vida e o levantamento econômico e social, além do reiterado desejo de assimilação da população negra à cultura nacional (PEREIRA, 2010; GUIMARÃES, 2021).

A Frente Negra Brasileira adquiriu contornos nacionais, organizando delegações filiadas por várias regiões do país. O foco principal deste trabalho é a FNB em Minas Gerais, suas ações, desdobramentos, relações com a sede central e as possíveis concepções políticas e sociais dos núcleos fundados no estado. O objetivo central é trazer, à luz do conhecimento, as particularidades do movimento no estado, analisando as relações estabelecidas entre as agremiações mineiras e entre elas e a sede central paulista.

Através desta pesquisa, busca-se minimizar o quadro parcial de conhecimento em relação às delegações da Frente Negra Brasileira fora do estado de São Paulo. A análise inicia-se a partir do comando central da agremiação em Minas Gerais, sediado em Guaxupé, e abarca o desenvolvimento das outras delegações do estado.

A Frente Negra Brasileira é reconhecida como o primeiro “momento” do movimento negro no Brasil republicano, sendo tal reconhecimento dado tanto por pesquisadores especializados na área quanto por militantes do movimento negro.

Laiana Lannes de Oliveira empreendeu uma análise aprofundada dessa constatação, em virtude da percepção de que a agremiação possuía objetivos conscientes e sistemáticos de entender e resolver os problemas vivenciados pela população negra, no início da década de 1930. O movimento fretenegrino mobilizou-se, buscando cumprir com o objetivo de “esclarecer a população negra, congregando e incentivando a luta em

prol da promoção social e econômica e contra a discriminação racial” (OLIVEIRA, 2008, p. 22).

Regina Pahim Pinto (1993) definiu movimento negro como a luta dos negros no sentido de resolver seus problemas na sociedade, particularmente, os oriundos dos preconceitos e discriminações raciais que os marginalizam em todos os domínios, como no mercado de trabalho e nos sistemas educacionais, políticos, sociais e culturais.

Florestan Fernandes (1978) concluiu que, apesar de não trabalhar pela alteração da ordem social, a FNB lutou pela integração dos negros à sociedade, desenvolvendo nestes o inconformismo racial, combatendo o preconceito de cor e criando mecanismos de mobilização e reeducação comportamental. Ao propiciar espaços de interação, diálogo e solidariedade, a Frente Negra Brasileira simbolizou uma referência na luta dos negros, desafiando o padrão tradicional de dominação racial no Brasil.

Para Petrônio Domingues (2007), o movimento negro teria dado um salto qualitativo na década de 1930, tendo como consequência a fundação da FNB em 1931. A associação é considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares (CCP), fundado em 1926. De acordo com o autor, estas agremiações foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas e sociais mais contundentes.

Durante as primeiras décadas republicanas, a população negra manteve certa esperança em relação ao futuro, à possibilidade de acesso ao mundo do trabalho, à educação, a moradias dignas e à vida social, afinal a constituição nascente previa a igualdade de todos perante a lei. Todavia, o tratamento desigual, o preconceito, o racismo e a falta de acesso a condições mínimas de sobrevivência fizeram com que os negros se unissem enquanto protagonistas da própria trajetória, buscando estas melhorias almeçadas, através da fundação de associações negras.

O conceito de racismo e racialização, a definição de preconceito racial, a partir das reflexões desenvolvidas por Karl Monsma (2016), subsidiam as reflexões levantadas na pesquisa. Monsma debruçou-se sobre a reprodução do racismo entre os anos 1880 e 1914, baseando-se na análise das relações sociais estabelecidas entre fazendeiros, negros e imigrantes no interior de São Paulo, especificamente no oeste paulista.

Para manter a coerência lógica da análise, é importante especificar os significados de “racismo” e outros termos correlatos, como “racialização”. Aqui se define a *racialização* como o processo pelo qual um grupo étnico, ou seja, um grupo com identidade coletiva baseada na crença em uma origem comum, essencializa outro, tratando-o como portador de qualidades inerentes e hereditárias. As características essencializadas mais importantes são internas – habilidades, faculdades mentais, propensões, qualidades morais - mas em

muitos casos a aparência – dos corpos, da vestimenta ou outras maneiras de apresentar os corpos publicamente – serve como marcador do pertencimento ao grupo. Quando um grupo étnico domina outro sistematicamente, a racialização geralmente assume formas mais agressivamente negativas, e os integrantes do grupo subordinado dificilmente podem escapar da categorização pelo grupo dominante. O racismo consiste nestes dois aspectos: a dominação étnica sistemática acompanhada pela essencialização negativa do grupo étnico subordinado (MONSMA, 2016, p. 336).

Os grupos subalternos vivenciaram a República de 1889 como uma administração que frustrara a liberdade aspirada após a abolição da escravidão. Os ideais republicanos foram apropriados pela elite agrária e por intelectuais que se aproximaram de valores da civilização europeia, utilizando-se do positivismo como arma política para esculpir uma proposta de reconstrução nacional.

A reestruturação almejada vislumbrava a reurbanização, sanitização das principais vias públicas, o federalismo político, o incentivo à imigração de camponeses europeus, visando substituir a mão de obra negra e mestiça. A nova política desejava “atualizar em novas linguagens as formas de subordinação e inferiorização da massa trabalhadora de origem negro-mestiça e escravizada” (GUIMARÃES, 2021, p. 52).

O movimento social negro no Brasil, no século XX, surge em consequência dessas tentativas de reconstrução dos alicerces e moldes de subordinação, das políticas de embranquecimento e miscigenação, e em resposta à permanência de fortes preconceitos étnicos e de cor, nutridos por diferenças culturais, mas, sobretudo, pelas desigualdades de oportunidades e vida entre negros e brancos.

A assimilação à cultura nacional era o propósito único das associações negras que surgiram nas primeiras décadas do século XX. A FNB foi a primeira agremiação que conseguiu reunir diversas organizações negras em torno de um projeto comum, uma frente política, e a ideia de raça foi o que permitiu tal feito.

Flavio Gomes (2005), em reflexão sobre a imagem que se cristalizou a respeito dos diversos jornais e entidades negras criadas desde o final do século XIX, ressaltou as suas representações, sempre associadas à “pouca organização e não politização”. A rara literatura existente classifica-as como associações que possuíam pouco interesse de intervir politicamente, e essa visão limitada e parcial das entidades negras deve-se à lacuna historiográfica em relação a essas agremiações.

A inexistência de pesquisas sistemáticas que abordem as organizações negras enquanto objetos de estudo e reflexão, principalmente a análise de associações de regiões menos centrais do país, perpetuou uma visão limitadora.

Sem pesquisas sistemáticas que incluam outras áreas além de São Paulo, esse tem sido um argumento repetido de forma generalizada. No entanto, é muito complicado generalizar e criar uma imagem homogênea para diferentes associações, estratégias e objetivos (GOMES, 2005, p. 45).

A reflexão proposta na pesquisa vem cumprir o papel de preencher, mesmo parcialmente, a lacuna em relação a análises que tratam do desenvolvimento de associações negras no estado de Minas Gerais, no decorrer das primeiras décadas republicanas. O foco no estado mineiro deve-se à importância e ao prestígio que os seus núcleos atingiram, ao se considerar a expansão das delegações da agremiação por outros estados do país.

A seção “*Alistai-vos debaixo do pendão sagrado*”: *o surgimento da Frente Negra Brasileira* objetiva apresentar o panorama de idealização da FNB, os fatores de fomento à criação da organização político-social, em razão do contexto de mobilização política e debate sobre a questão racial. A “imprensa negra” e as associações negras do período eram espaços dedicados à reflexão acerca da abolição da escravidão e suas consequências, buscando conscientizar a população negra e galgar melhores oportunidades de vida.

Busca-se refletir sobre os confrontos políticos que marcaram a disputa pela direção da FNB e as concepções políticas e ideológicas que direcionaram as atividades da associação. Vislumbrou-se ainda compreender os processos de desenvolvimento e, posteriormente, o crescimento do órgão para outras regiões do país, traçando um breve perfil das agremiações, analisando os elementos de convergência existentes entre as delegações e as suas peculiaridades.

As Frentes de Minas Gerais expressavam suas ações e o seu protagonismo nas páginas do *A Voz da Raça*, jornal oficial da entidade, publicado em São Paulo, entre março de 1933 e novembro de 1937. Na maior parte das edições, a folha registrava as atividades dos núcleos mineiros, e a frequência de dados acerca das associações atesta que o estado foi o segundo maior na composição de delegações filiadas.

Na seção “*O florescente estado de Minas Gerais*”: *uma análise sobre a segunda maior composição fretenegrina do país*, buscou-se analisar as relações que se estabeleceram entre as delegações fretenegrinas mineiras e o comando central em São Paulo, através do jornal *A Voz da Raça*, periódico oficial do movimento e porta-voz das suas ideias.

Os núcleos mineiros se fizeram presentes na maior parte das edições da folha e buscavam, através das atualizações que enviavam para serem publicadas no periódico,

expor suas ações, as atividades postas em prática bem como os meios através dos quais minoravam as dificuldades vivenciadas pelos negros.

Para tanto, utilizaram-se as reflexões de Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2019) no que tange a considerações do impacto das ferramentas digitais nos trabalhos dos pesquisadores e nas condutas metodológicas escolhidas para a utilização dos arquivos digitalizados do jornal *A Voz da Raça*, disponíveis na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*.

Elencaram-se também as reflexões teóricas e metodológicas propostas por Tania de Luca (2018), tendo em vista que o destaque conferido a um acontecimento, assim como o local em que se inserem as notícias na folha, revela a importância dada ao conteúdo publicado e à existência de possíveis ideias e intenções intrínsecas.

O jornal *A Voz da Raça* estava inserido em um campo de articulação social e compunha-se enquanto um espaço atravessado por determinadas motivações. Entre elas, ganha relevância o desejo de mobilizar a opinião pública, especialmente a população negra, que aspirava criar alianças, enfrentar o preconceito racial, constituir identidades e reduzir a marginalização social dos negros (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Ademais, a disponibilidade de fontes, no que concerne ao controle e à vigilância praticados pelas autoridades policiais, através do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), e em relação aos conflitos ocorridos entre as delegações fretenegrinas mineiras e os grupos que faziam oposição a elas, propiciou a definição dos núcleos da FNB em Minas Gerais, enquanto objeto de análise.

Buscando compreender estas dinâmicas, as relações estabelecidas entre fretenegrinos e os seus denunciadores e os mecanismos de controle adotados pela polícia política, utilizaram-se treze pastas documentais do arquivo do Dops, em Minas Gerais, documentos que estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM).

Elencaram-se, em vista da utilização dos processos criminais, as reflexões teórico-metodológicas de Keila Grinberg (2009), principalmente no tocante à preocupação que o historiador precisa manter, em virtude da lógica de constituição e as regras inerentes aos documentos e processos criminais, sobretudo em relação ao contexto e à temporalidade de sua produção.

Através dos documentos processuais, construiu-se a seção *Sob o Olhar da Polícia Política: os confrontos fretenegrinos a partir dos processos do Dops*. Verificaram-se, com base nos dados analisados, as estratégias de defesa dos líderes da FNB, as condutas

e os argumentos utilizados para manter o funcionamento das organizações, as relações dos fretenegrinos com outras associações e grupos políticos, os meios utilizados pelo Dops para apurar e controlar possíveis ações subversivas, assim como as consequências para as agremiações, advindas da criação dos aparatos de controle político e social por Getúlio Vargas, como a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e o Tribunal de Segurança Nacional.

O estudo sobre a história da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais, com a criação do núcleo central situado ao sul do estado, no município de Guaxupé, sob a direção de Pio Damião, e o desenvolvimento das muitas delegações no território mineiro, faz-se relevante, visto que há uma grande lacuna em relação aos estudos sobre a expansão e o desenvolvimento da FNB fora do estado de São Paulo.

Ademais, vale ressaltar a utilização de fontes processuais do Dops, em Minas Gerais, que permaneceram inexploradas até a realização da presente pesquisa, principalmente em relação a análises ligadas às associações negras na década de 1930, organizações perseguidas e investigadas durante o contexto estadonovista.

Além da utilização das citadas fontes, é importante ressaltar que o jornal *A Voz da Raça* foi explorado nesta dissertação sob uma perspectiva diferenciada. Levantaram-se todas as informações ligadas ao estado de Minas Gerais, as trocas advindas entre os periódicos mineiros e o jornal paulista, as informações sobre a fundação e o desenvolvimento dos núcleos mineiros, as visitas dos representantes mineiros à sede central em São Paulo, vislumbrando desenvolver uma reflexão sob o ponto de vista quantitativo, mas, principalmente qualitativo.

Por fim, o estudo se justifica, pois objetiva contribuir não somente com a compreensão do surgimento e desenvolvimento da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais, mas também com a sua relação com o núcleo central em São Paulo, além de buscar o entendimento dos ideais e as motivações que uniam as diversas agremiações fundadas com o mesmo nome espalhadas pelo país. Refletir sobre a FNB viabiliza ainda a assimilação do contexto político e social mais amplo, que engloba o endurecimento do regime e a ascensão do autoritarismo, mas, principalmente, inclui a possibilidade de identificar as estratégias utilizadas pelo movimento negro para lidar com o recrudescimento e resistir às tentativas de dissolução das suas associações.

2 “ALISTAI-VOS DEBAIXO DO PENDÃO SAGRADO”: O SURGIMENTO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo, surgiu como ação e reação de um grupo de intelectuais do movimento negro, às mazelas que eram enfrentadas cotidianamente pela população negra. O movimento negro organizado é neste trabalho entendido como um movimento social, que tem como singularidade a atuação em relação à questão racial.

A formação do movimento negro é complexa, compreendendo um conjunto de entidades, organizações, associações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra. A atuação do movimento negro se diversifica de entidade para entidade, podendo ocorrer através de práticas culturais, religiosas, estratégias políticas, atuações educacionais, ou englobar diversos aspectos de atuação (PEREIRA, 2010).

A organização de associações negras e o desenvolvimento de uma consciência de raça pelo movimento negro dos anos 1920 e 1930 podem ser compreendidos como uma reação às experiências vividas ao longo de décadas. Ou seja, trata-se de uma resposta à permeabilidade da estrutura social brasileira, no que diz respeito principalmente aos italianos, portugueses, espanhóis, entre outros imigrantes, com a sua rápida integração na nacionalidade, mas também à pouca receptividade à integração dos negros nesta mesma sociedade, após a abolição da escravidão.

No final da década de 1920 e princípio de 1930, com um pouco mais de 40 anos da abolição, os negros continuavam, em grande parte, ocupando as camadas subalternas da sociedade. Os imigrantes europeus inicialmente também se situaram à margem da integração nacional, contudo, já haviam rompido esta barreira, enquanto a população negra, após décadas, ainda buscava transpor a impermeabilidade da estrutura social brasileira. Tais condições devem ser compreendidas como “o estímulo maior”, “a grande justificativa” para a organização do movimento negro e, assim, a criação de diversas entidades negras, que visavam educar e integrar socialmente os negros¹(GUIMARÃES, 2021).

¹ Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2002, 2021) desenvolveu análises no que diz respeito à formação da consciência de raça e fundação das entidades negras enquanto “reação” às condições de existência enfrentadas pela população negra.

A FNB pode ser compreendida como um “movimento reivindicatório de tipo assimilacionista”, atuando como um mecanismo de reação em relação ao contexto social vivenciado pela população negra paulista. Visava difundir e consolidar uma consciência própria e autônoma em relação à situação racial no país e desenvolver entre os negros tendências que os organizassem como uma “minoridade racial integrada”, desencadeando, assim, comportamentos que apressassem a integração do negro à sociedade.

Para promover estes objetivos, combatia as manifestações de “preconceito de cor”, desmoralizando os valores que ainda assentavam estas ações, intentava a reeducação dos negros, desenvolvendo a autovalorização de suas capacidades em relação aos brancos, criava mecanismos de arregimentação, atraindo novos membros para a entidade, visando ao fortalecimento da cooperação e da solidariedade entre os seus membros (FERNANDES, 1978).

Deve ser entendida como uma associação política e social fundada nos anos 1930, com reivindicações e objetivos mais definidos. Se comparada a entidades anteriores, essa constituição deve-se muito em razão do processo de efervescência política em fins dos anos 1920 e do amadurecimento intelectual das lideranças negras envolvidas.

A FNB, contudo, faz parte do movimento negro “amplo”, que compreende as entidades e suas ações de qualquer natureza, e em qualquer tempo, fundadas e promovidas por negros. Irmandades religiosas, associações assistenciais, artísticas, culturais e políticas, e também as ações de mobilização política, enfrentamento da discriminação, aquilombamento, rebeldia armada, movimentos artísticos e literários e toda a complexa dinâmica que constitui o movimento negro.

2.1 O PANORAMA DE IDEALIZAÇÃO: CAUSAS E REFLEXÕES ACERCA DO CONTEXTO DE FUNDAÇÃO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A FNB representa o primeiro movimento negro com um projeto de mobilização e intervenção política e social mais franco, com intenções claras de promover a melhoria da qualidade de vida de seus membros através da educação, criação de espaços de sociabilidade, melhores condições de acesso ao trabalho, serviços essenciais, culturais, com a promoção da participação política dos associados. A fim de compreender o papel desempenhado por esse movimento, faz-se necessário voltar cronologicamente para um domínio mais amplo de alguns aspectos que geraram tais iniciativas.

Com a abolição final da escravidão, em 13 de maio 1888, a população negra passou a ter a sua liberdade garantida através da legislação, entretanto, passou a viver em total estado de abandono e desamparo. As autoridades governamentais não se preocuparam em criar políticas públicas de inclusão social para os recém-libertos, que se viram ignorados pelo poder público e marginalizados pela sociedade.

Uma situação exemplar em relação ao desamparo institucional deu-se em abril de 1889. Uma comissão formada por libertos no Vale do Paraíba enviou uma correspondência a Rui Barbosa, reivindicando o seu apoio, a fim de denunciar o não cumprimento do fundo de emancipação de 1871, norma que havia sido prevista em ocasião da assinatura da Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre.

A legislação previa a utilização de recursos do governo imperial e a responsabilização dos proprietários de escravos em relação aos nascidos livres e beneficiados pela lei, que deveriam ser amparados, tendo acesso à educação e instrução, através dos recursos advindos dos impostos (GOMES, 2005).

Com a implantação do regime republicano, em novembro de 1889, e mesmo com a escolha de Rui Barbosa para assumir o Ministério da Fazenda, em 1891, nenhuma iniciativa foi adotada para reparar o descumprimento do acordo. Permaneceram o silêncio e a inexistência de políticas públicas de inclusão.

No domínio rural, migrações familiares oscilavam em razão da criação de arranjos coletivos, e a posição dos negros variava entre a de camponeses, parceiros e vadios. As estratégias de sobrevivência dos libertos diversificavam-se de acordo com as oportunidades de trabalho disponíveis, pontuando que estas condições se diferenciavam de região para região. Nas lavouras fluminenses, por exemplo, a “condição de parceria” era majoritariamente adotada pelos proprietários rurais, e os colonos empregados na manutenção dos cafezais já formados recebiam a metade da colheita de café e das roças de milho e feijão que tivessem plantado.

Os fazendeiros paulistas, por sua vez, ficavam horrorizados com tais condições de manutenção da mão de obra nas lavouras fluminenses, já que, principalmente na região oeste do estado paulista, a considerável mão de obra disponível, entre imigrantes e trabalhadores nacionais, permitia-os firmar contratos de trabalho mais favoráveis e lucrativos aos seus negócios (MATTOS, 2013).

Nas áreas urbanas, assistia-se às disputas entre negros e imigrantes no mercado de trabalho. Em meio à ebulição dos acontecimentos, às mudanças institucionais, ao

aumento de imigrantes europeus no país e à busca de espaço da população negra, muitas questões passaram a ser disputadas. Os negros lutavam por autonomia social, acesso a terra, moradias, contratos, salários e educação, este era o caminho galgado pela população negra, a fim de buscar definir a própria trajetória.

[...] assistia-se ao ressurgimento de tradições operárias, em que o debate sobre *raça e nação* podia ser travado no braço. São vários os exemplos de refregas sindicais entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, muitos dos quais confrontos diretos entre negros e imigrantes (GOMES, 2005, p. 11).

As relações entre imigrantes e negros se tornaram hostis com o passar do tempo, sendo constantes brigas e agressões de grupos de imigrantes contra negros mais isolados. A questão central destes conflitos se dava muitas vezes porque tanto as elites fazendeiras quanto os imigrantes achavam que os negros não aceitavam o “seu lugar”, “a sua posição”, que deveria ser de subordinação e respeito em relação aos primeiros.

Em situações de mudança institucional que alteram os direitos e obrigações dos grupos racializados, o grupo dominante, com seu habitus de superioridade natural, tende a presumir que as mudanças resultarão em novas formas de dominação, não na igualdade plena (MONSMA, 2016, p. 19).

A racialização foi definida por Karl Monsma (2016) como dominação simbólica que acompanha a dominação econômica e política de um grupo étnico por outro. Quando um grupo étnico domina outro, a racialização se volta para uma visão agressivamente negativa, envolvendo uma estrutura de afirmações inter-relacionadas e explícitas. Isto significa que a ideologia racista afirma a inferioridade essencial do grupo que é subordinado, o que justificaria a dominação racial.

A mobilização política e o debate sobre a questão racial marcaram o período pós-abolição. A chamada “imprensa negra” é a parte mais conhecida e mencionada da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas, e sublinha-se que alguns desses jornais estavam ligados a agremiações, funcionando como espaços de divulgação das atividades, palestras, reuniões, bailes e festas. As folhas também eram espaços dedicados à reflexão acerca da abolição e seus desdobramentos, indicando caminhos de conscientização e ferramentas de ascensão social do negro.

O contexto socioeconômico de São Paulo tornou a cidade um dos palcos principais das primeiras organizações negras associativas da época, cuja maioria possuía um caráter

predominantemente cultural e beneficente, com prevalência de sociedades dançantes, clubes recreativos e associações beneficentes².

Sobretudo em São Paulo e Campinas apareciam associações, clubes e grêmios como a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos, Centro Cultural Henrique Dias, C. G. Campos Elísios, Grêmio Bandeirantes, Grêmio Dramático Recreativo e Literário “Elite da Liberdade”, Smart, Sociedade Propugnadora 13 de Maio, Treze de Maio, entre outros (GOMES, 2005, p. 29–30).

O descaso vivido pela população negra foi identificado como sendo mais grave em São Paulo³, cujas circunstâncias teriam impelido os negros a se organizarem coletivamente. A chegada de muitos imigrantes europeus e a preferência destes em detrimento da mão de obra negra foi um fator relevante para a gestação desses movimentos.

O acelerado crescimento da cidade de São Paulo e da lavoura cafeeira no oeste paulista, após a abolição da escravidão, foi demograficamente amparado pela imigração subvencionada, modificando rapidamente as relações de dependência entre ex-senhores e libertos, permitindo aos proprietários de terras, fábricas e do comércio ignorarem as reivindicações colocadas pelos negros (RIOS; MATTOS, 2004).

Com base em uma reflexão contundente, Monsma (2016) analisou as reais motivações que ocasionaram a política imigrantista, a explicação predominante na historiografia mobiliza argumentos como a “crença na superioridade dos trabalhadores europeus” e o “desejo de branquear a população brasileira”. Tais narrativas desconsideram duplamente os desejos da população nacional, que naquele momento buscava outras opções de sobrevivência, e o desejo dos grandes proprietários em ter, a sua disposição, uma grande oferta de mão de obra para a lavoura, a fim de controlar os seus custos, limitando os salários.

² São muitos os trabalhos acadêmicos que se dedicam à análise do movimento negro nas primeiras décadas do século XX, sendo que muitos destes utilizaram a “imprensa negra” enquanto fonte. Destacam-se: FERNADES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978; PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**, São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1993; FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulista: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928–1937)**. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: UERJ, 2005; GOMES, Flávio. **Negros e política (1888–1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, vol. 12, n. 23, 2007, p. 100–122.

³ A experiência de substituição da mão de obra negra pela mão de obra imigrante, tanto no oeste Paulista quanto na cidade de São Paulo, não pode ser generalizada. As muitas regiões do Brasil passaram por experiências diversas que variaram de acordo com as suas especificidades econômicas, sociais e culturais (RIOS; MATTOS, 2004).

Entretanto, havia um sentido racial importante no programa de imigração. Além de acreditar que os europeus seriam trabalhadores mais pacatos e submissos que os negros – crença rapidamente debelada pelo comportamento dos imigrantes –, os fazendeiros queriam inundar o mercado de trabalho com estrangeiros, em parte, para controlar e disciplinar os libertos, muitos dos quais seriam forçados pela falta de outras opções, a se empregarem nas fazendas como colonos ou camaradas, morando e trabalhando lado a lado com os imigrantes. A simples presença de grande número de pobres europeus barateou a mão de obra de todos, prejudicando assim tanto os imigrantes como os negros e outros trabalhadores brasileiros (MONSMA, 2016, p. 340).

Entre as muitas agremiações negras fundadas, havia o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), O Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915) e a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917). A agremiação negra mais antiga de São Paulo nesse período foi o Clube 28 de Setembro, fundado em 1897.

O Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, de 1908 e 1926 respectivamente, teriam sido os maiores do período. “De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época” (DOMINGUES, 2007, p. 103).

O Centro Cívico Palmares (CCP) e o periódico *O Clarim d’Alvorada* (1924) são consideradas instituições embrionárias da Frente Negra Brasileira. O CCP possuía um grau considerável de organização e práticas políticas mais distanciadas das atividades recreativas. Algumas lideranças que integraram a FNB já eram ativas no CCP e se articulavam politicamente. Entre os idealizadores estavam os irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos e os líderes Vicente Ferreira e Raul Joviano Amaral (ANDREWS, 1998; DOMINGUES, 2007; PEREIRA, 2010).

Os objetivos iniciais do CCP vislumbravam a criação de uma biblioteca comunitária e a realização de encontros e conferências, entretanto, em 1928, a agremiação lançou uma campanha contra o decreto paulista que proibia o acesso dos negros a Guarda Civil de São Paulo. Devido à mobilização, Júlio Prestes suspendeu não só este decreto como também a proibição da participação de crianças negras nas competições de “bebês eugênicos”, promovidas pelo Serviço Sanitário de São Paulo (GOMES, 2005).

O jornal *O Clarim d'Alvorada*, fundado em 1924 por Jaime de Aguiar⁴ e José Correia Leite⁵, foi pensado inicialmente enquanto uma folha de notícias literárias, com dimensões pequeninas, sem nenhuma conotação política ou intenção de aproximação direta com a política.

O contato dos redatores com membros do *Getulino*, jornal fundado em 1923 na cidade de Campinas, e os diálogos travados nas esquinas e bares paulistas, que quase sempre incluíam assuntos sobre a situação do negro no país, questões sociais e políticas que envolviam a realidade do negro, influenciaram em demasia as mudanças nos rumos da folha (FERREIRA, 2005).

O periódico passou por profundas mudanças, indo muito além das colunas sociais e propagandas dos bailes negros. Ademais, incluiu um tom reivindicatório e denunciador, partindo para uma militância social e política. A publicação recebia contribuições de vários intelectuais negros, destaque dado a Arlindo Veiga dos Santos⁶ que se tornou um membro ativo na folha.

No final do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do seguinte, porém, uma multiplicidade de periódicos surgiu com o mesmo propósito: denunciar as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidades, o cotidiano de racismo e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades. No período que se seguiu à abolição, a maior parte dessas questões esteve ausente do foco da grande imprensa (GOMES, 2005, p. 32).

A questão racial passou a ter maior repercussão nas edições, todavia, parte considerável dos artigos responsabilizava o próprio negro pela situação enfrentada. De

⁴ Jaime de Aguiar era filho de uma família alforriada, nasceu e cresceu no bairro do Bixiga, na cidade de São Paulo. Protegido pela família Paula Souza, teve acesso à educação, estudando no Colégio Coração de Jesus. Adquiriu ampla cultura, inserindo-se na elite intelectual negra paulista, e ganhou projeção como um dos principais organizadores da imprensa negra do estado. Foi diretor e redator dos jornais *Evolução* e *O Clarim d'Alvorada*, este último fundado em parceria com José Correia Leite, em 1924. Participou da fundação da FNB e foi colaborador em diversos jornais, como o *Alvorada*, *O Clarim*, *O Patrocínio*, *Senzala*, entre outros.

⁵ José Correia Leite (1900–1989) foi um dos fundadores do jornal *O Clarim d'Alvorada* junto a Jayme de Aguiar. A primeira edição do jornal foi impressa em 6 de janeiro de 1924 e se chamava apenas *O Clarim*. Aos poucos o jornal adquiriu impulso e respeito. Correia Leite aceitava o ideal comunista e denunciava as desigualdades sociais entre ricos e pobres, contudo, acreditava que a situação do negro era ainda pior se comparada com a situação dos demais trabalhadores. O jornalista passou a dirigir o periódico sozinho a partir do dia 28 de setembro de 1929. Desde então o jornal tornou-se cada vez mais denunciador e reivindicatório.

⁶ Arlindo Veiga dos Santos (1902–1978) era protegido do mecenato da Igreja Católica, frequentou o Colégio São Luís dos Jesuítas e cursou faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (antiga Faculdade São Bento). Militante católico desde 1924, era defensor do “nacionalismo integral”; sua vida foi marcada pela adesão ao catolicismo e inquietações políticas, iniciou sua militância política no Partido da Mocidade. Jornalista, congregado mariano, membro do Centro D. Vital de São Paulo, fundador e dirigente da Frente Negra Brasileira.

acordo com a interpretação do período, os negros não conseguiam, até então, adequar-se à sociedade urbana burguesa de São Paulo. Nesse momento, os jornalistas não questionavam o *status quo*, e o objetivo dos artigos era gerar um processo de tomada de consciência e mudança de comportamento nos negros, o que seria uma atitude necessária diante da apatia dos mesmos, vista como a causadora daquela realidade (FERREIRA, 2005).

Em 1925, *O Clarim d'Alvorada* fez campanha propondo a formação de um partido político, denominado Congresso da Mocidade dos Homens de Cor. O projeto não prosperou em razão das disputas de poder, desconfianças e o receio de uma orientação segregacionista. Outras tentativas de unificação dos militantes foram realizadas, como a formação da Associação Cristã dos Moços de Cor e o Primeiro Congresso de Pretos do Brasil, ambos de 1926. Embora a causa destes projetos atendesse aos anseios de grande parte da população negra, nenhum deles teve êxito (MALATIAN, 2015).

Entre os meses de março e agosto de 1929, em meio à desagregação do Centro Cívico Palmares, houve a tentativa de mobilização visando à concretização do 1º Congresso da Mocidade Negra, o que contou com a realização de uma reunião com membros de dezesseis agremiações negras de São Paulo. As ações com motivação integracionista e a reivindicação de direitos políticos e civis estavam entre as pautas.

Veiga dos Santos foi um líder ativo neste projeto. O entusiasta publicava artigos no *O Clarim d'Alvorada* defendendo a união e organização dos negros em perspectiva nacionalista de integração das três raças brasileiras. “Negros e índios eram por ele identificados como as “raças de cor”, colocadas no mesmo patamar de exclusão social e deveriam reivindicar um espaço maior na sociedade brasileira” (MALATIAN, 2015, p. 112).

Ficou sob a sua responsabilidade a escrita do manifesto de lançamento do 1º Congresso da Mocidade Negra. O intelectual não hesitou em expor as mazelas do preconceito racial e da miséria da gente negra nacional, que sofria com a situação econômica, física, intelectual e moral a que era submetida. A “cegueira política” das autoridades republicanas e as “perniciosas ondas estrangeiras e estrangeirizantes”, de acordo com ele, agravavam ainda mais a situação do negro.

A apoteose do texto consistiu na exortação imperativa da Gente Negra a participar do congresso, sobretudo os “moços patricios”. Pela pátria e pela raça era o brado de combate dos congressistas inspirados na epopeia de Palmares. O programa poderia ser endossado sem dificuldades por todas as correntes de

movimento negro, na época basicamente integracionistas (MALATIAN, 2015, p. 117).

Apesar dos esforços, o Congresso não se concretizou, todavia, as lideranças atuantes já eram notadas. Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos⁷, José Correia Leite, Jaime de Aguiar, Gervásio Moraes⁸, entre outros, formavam uma “elite negra”, denominação que não tinha a ver com critérios econômicos, mas sim intelectuais e culturais. A formação desses indivíduos resultava, em boa parte, do apoio de famílias da elite, do incentivo de instituições religiosas, do aprendizado autônomo e da aquisição de conhecimento a partir da troca com outros intelectuais das diversas associações negras. O grupo se diferenciava da maioria, pois eram alfabetizados, estavam passando por um processo de conscientização das dificuldades vivenciadas pelos negros e se colocavam na dianteira da busca por respostas e soluções viáveis.

Em meio a esse processo de tomada de consciência, irrompe a Revolução de 1930, dando a entender que chegava ao fim o domínio político do Partido Republicano Paulista (PRP). Os acontecimentos desencadearam uma percepção geral entre os negros, de que haveria novas oportunidades de participação política, provenientes da mudança de regime.

A FNB surge nesta conjuntura, e, em setembro de 1931, Veiga dos Santos publicou um artigo de lançamento da entidade no *O Clarim d’Alvorada*. A pluralidade de direcionamentos ideológicos foi uma característica presente no processo de fundação do movimento. Por um lado, havia lideranças simpáticas a ideias de esquerda, como o socialismo e o comunismo, sendo o engajamento do líder e militante José Correia Leite emblemático nesse sentido. Por outro lado, tem-se o grupo liderado por Arlindo Veiga dos Santos, que também foi dirigente de outro movimento, Ação Imperial Patrianovista, associação monarquista, com características nacionalistas, anticomunistas, corporativistas e antiliberais.

⁷ Isaltino Veiga dos Santos (1901–1966) nasceu em Itu, município de São Paulo, foi jornalista, poeta e um importante militante do movimento negro. Foi um dos principais líderes do Centro Cívico Palmares, envolveu-se na fundação da Ação Imperial Patrianovista (1928) e, posteriormente, arregimentou colaboradores para a fundação da FNB (1931). Na FNB assumiu os cargos de secretário geral e membro do Grande Conselho, detendo grande poder administrativo. Controlava as propagandas e representava oficialmente a entidade junto a outros grupos, instituições e imprensa. Escreveu muitos artigos para o jornal *A Voz da Raça* e é de sua autoria a epígrafe central das edições da folha: “*O preconceito de cor no Brasil só nós os negros o podemos sentir*”.

⁸ Gervásio de Moraes foi um importante líder e fundador da FNB, trabalhou como redator e secretário do jornal *Getulino* e colaborou também com os jornais *Auriverde*, *O Clarim* e o *Patrocínio*.

2.2 CONFRONTOS POLÍTICOS: A DIREÇÃO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM DISPUTA

A intenção inicial entre os idealizadores da FNB era desenvolver um estatuto que fosse capaz de convergir pensamentos políticos distintos, visando a um projeto maior, a saber, promover a união da população negra com a formação de uma única entidade agregadora. Todavia, com o avançar dos preparativos de fundação, a proposta mostrou-se inviável (MALATIAN, 2017).

Veiga dos Santos, um dos principais envolvidos nas articulações, foi um dos principais líderes da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), fundada anteriormente como Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova (CMCSP Pátria Nova), em 1928. O militante escreveu diversas obras sobre este projeto político, e a originalidade da proposta estava na proposição da instauração de uma monarquia corporativa, baseada na compreensão de ser o Brasil uma “Pátria-Imperial”, com questões que não poderiam ser resolvidas pela república, pois a mesma já continha em seu cerne características antinacionais, separatistas e dissolventes.

O movimento Pátria-Nova tem a origem ligada aos intelectuais católicos, muitos deles vinculados a Faculdade de Filosofia São Bento, baseando-se na atualização da filosofia de Santo Tomás de Aquino, iniciada por Leão XIII com a encíclica *Aeterni Patris* (1879).

Este movimento de releitura do tomismo buscava respostas as questões vivenciadas no “mundo moderno” e propunha uma alternativa política em relação ao liberalismo, ao anarquismo, socialismo e comunismo. Mesmo tendo sido gestado em grupos intelectuais católicos, o movimento patrianovista não se tornou um partido político, em razão das próprias orientações da Igreja Católica, que desencorajava ações nesse sentido, temendo a ocorrência de divisões entre os católicos (MALATIAN, 2017).

Santos esteve à frente da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB) entre 1928 e 1932 e defendia teorias autoritárias e conservadoras, sendo favorável a vários aspectos da política expressa na Ação Integralista Brasileira (AIB), principalmente através dos diálogos estabelecidos com o líder do movimento fascista brasileiro, Plínio Salgado (GONÇALVES, 2018)⁹.

⁹ Segundo Leandro Pereira Gonçalves, a relação entre os patrianovistas e os integralistas não foi duradoura, pois, devido à posição do chefe do Departamento Nacional de Doutrina da Ação Integralista Brasileira, Miguel Reale, o movimento optou pelo republicanismo, que, ao contrário de Plínio Salgado, não via o

Os “neomonarquistas” buscavam reconquistar o espaço perdido pela Igreja Católica com o advento da República. Com um discurso cristão, defendiam a proposta de uma monarquia corporativista, entendida por eles como a única saída diante da desordem e degeneração republicana. A proposta nacionalista autoritária seria uma resposta aos problemas políticos do Brasil, que deveria ser governado por um líder forte, capaz de controlar o excesso de liberdade em defesa da ordem e justiça social (MALATIAN, 2017)¹⁰.

O nome Pátria-Nova tem origem no Integralismo Lusitano, movimento visto pelos “neomonarquistas” como modelo e inspiração. Criado em Portugal em 1914, o projeto político buscava aderir à proposta católica, nacionalista, antiliberal, instaurando uma monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar (PINTO, 1983; QUINTAS, 2004). Com forte cunho nacionalista da direita radical, possui visível formação embasada na precursora do conservadorismo, a *Action Française*. Esta, assim como todos os grupos políticos do princípio do século XX, estabeleceu uma resposta prática para a teoria proferida pelo Papa Leão XIII, em 1891, através da *Rerum Novarum* (GONÇALVES, 2018).

As primeiras reuniões da FNB foram realizadas no salão da entidade Classes Laboriosas. A Frente surgiu em meio a profundas transformações políticas internas e à crise econômica mundial, decorrente da quebra da bolsa de valores de Nova York. Para a população negra, tão acostumada com os períodos de dificuldades, as mudanças políticas do país e o surgimento da FNB representavam a esperança de transformação, por esta razão a associação atraiu milhares de pessoas. Flávio Gomes (2005) denominou tal capacidade de atração com a expressão “quase uma febre”, e aquele momento mostrou-se oportuno para se politizar e discutir a questão racial.

monarquismo com bons olhos. “Mesmo que caracterizasse a república como o que há de mais confuso no universo e mantivesse uma afinidade com os integralistas lusitanos e, por sua vez, com o movimento-mãe *Action Française*, a opção de Reale afastou alguns membros do grupo monárquico da AIB, como os Patrianovistas Brasileiros. A investigação não afirma que AIB e AIPB são cópias, mas sim inspiração do integralismo português perante o movimento monárquico. A AIPB possui um papel histórico de auxílio ao movimento de Plínio Salgado” (GONÇALVES, 2018, p. 89–90).

¹⁰ Teresa Malatian aborda o Patrianovismo enquanto movimento de classes médias vinculadas ao catolicismo. Os procedimentos utilizados pela autora abandonam o enfoque na análise do fascismo, abordagem predominante ao tema nos trabalhos historiográficos disponíveis, oferecendo uma nova abordagem e amplitude analítica em relação à AIPB. Malatian parte do universo explicativo da Igreja Católica no Brasil, âmbito capaz de esclarecer a persistência do movimento durante várias décadas (1928–1972), mesmo diante das mudanças ocorridas na política e na sociedade brasileira. O estudo inclui, ainda, a análise da vasta obra de Arlindo Veiga dos Santos, o principal dirigente da AIPB e primeiro presidente da FNB (MALATIAN, 2001).

No Brasil e nas Américas como um todo, as identidades negras cresceram entrelaçadas às ideias de “mestiçagem”. Em termos históricos e concretos, esta perspectiva desenvolveu-se nas ex-colônias espanholas e portuguesas. Já nas ex-colônias inglesas, as identidades negras tomaram a forma de subculturas negras, indo ao encontro da vanguarda da cultura dominante.

No Brasil em específico, havia um projeto nacional de mestiçagem, todavia, a realidade evidenciava a complexidade dessas relações.

Pode-se mesmo perguntar por que teve origem um movimento social negro no Brasil, no século XX, já que a integração parecia tão pouco conflituosa. A resposta deve listar fatores, entre eles, a permanência de fortes preconceitos étnicos e de cor, nutridos por diferenças culturais, mas, principalmente, de desigualdades de oportunidades de vida entre negros e brancos. Mas talvez, o principal fator desencadeador da consciência de raça entre os negros brasileiros tenha sido simplesmente o sentimento étnico nutrido pelos senhores de escravos e pelos imigrantes europeus do final do século XIX e começo do século XX e o recrudescimento do racismo europeu entre 1920 e 1939. **Ou seja, a consciência de raça talvez tenha sido mais uma reação a esses sentimentos que uma forma alternativa de nacionalismo** (GUIMARÃES, 2021, p. 84, grifo nosso).

A consciência de raça teria se desenvolvido assim, mais como uma reação, uma resposta a esses sentimentos e percepções dos negros em relação à postura dos brancos, do que como uma forma alternativa de nacionalismo propriamente. Não é por coincidência que essa consciência de raça se desenvolveu tão incisivamente em São Paulo, região onde a imigração europeia foi mais marcante e onde a classe dominante resultante da cafeicultura se manteve mais arrogante e presunçosa (GUIMARÃES, 2021).

A assimilação à cultura nacional era o objetivo único da população negra brasileira, na medida em que se desejava a “fusão das raças”. Com a FNB, os negros conseguiram unir, pela primeira vez, as diversas organizações negras em torno de uma frente coletiva, uma associação política, mesmo não havendo adesão de todas as agremiações.

A ideia de raça certamente foi a razão que permitiu tal feito. A noção de “raça”, no contexto brasileiro dos anos 1930, surge “[...] do acotovelamento com os nacionalistas, com os integralistas e com o racismo europeu. É desenvolvida segundo parâmetros inteiramente locais: “a raça brasileira”, por um lado, e a “raça ariana”, por outro” (GUIMARÃES, 2021, p. 88).

A identidade negra brasileira foi uma construção política, “de frentes” e de “ativismo antidiscriminatório”, pois, até os anos 1970, não havia uma reivindicação de pertencimento a uma “cultura negra” ou “africana”, e desejava-se a assimilação, a

integração total dos negros na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2021).

Mesmo com criação de uma consciência de raça e o planejamento de uma “frente coletiva”, diversas lideranças negras disputavam a direção da entidade, e os embates se davam em razão das dissonâncias existentes nas ideias e práticas políticas. Havia uma ausência de homogeneidade de concepções políticas. “Nesse sentido, a identidade racial construída aproximou-os, no entanto, outras interações existiram tendo contribuído para aumentar os embates políticos travados”¹¹ (FERREIRA, 2005, p. 21).

José Correia Leite, entre outros líderes envolvidos, opunha-se aos estatutos que Arlindo Veiga dos Santos pretendia propor à associação. Em um de seus depoimentos, anos após os acontecimentos, Correia Leite declarou:

Quando a Frente Negra foi fundada, eu já estava incluído para ser membro do Conselho. Tudo começou no momento em que foram aprovados os estatutos e nós não pudemos participar das discussões. Se nós estivéssemos lá, esses estatutos seriam aprovados com muita dificuldade, eu acho que nem seriam aprovados, porque nós iríamos alertar aqueles negros (BARBOSA, 1998, p. 66).

A heterogeneidade das lideranças, agremiações e orientações políticas que vinham dialogando, em busca da criação de uma “Frente ampla”, inviabilizou o processo, considerando que a presença de convicções ideológicas tão diferentes impediu a união. Correia Leite declarou que não foi somente o grupo ligado ao *O Clarim d’Alvorada* que demonstrou insatisfação com relação aos rumos que a fundação ia tomando. De acordo com ele, outros líderes também fizeram críticas e abandonaram o movimento:

Muita gente pensa que foi só o *Clarim* que foi dissidente, mas não fomos os únicos, houve outros. Houve um grupo que até saiu de lá com o nome de Frente Negra Socialista. Era um grupo de esquerda que estava lá dentro, mas, quando viram que as ideias do Isaltino e do Arlindo estavam prevalecendo, que era um negócio de direita, então eles saíram com o nome Frente Negra Socialista. Só que não conseguiram progredir. Também foi dissidente o Alberto Orlando que era um dos fundadores importantes, na mesma ocasião que o *Clarim da Alvorada* rompeu, ele também rompeu, só que ele era uma pessoa e o *Clarim* era um grupo. Houve outros dissidentes da Frente Negra, mas o mais visado foi o *Clarim* (BARBOSA, 1998, p. 70).

De acordo com Malatian (2017), durante a ocasião da fundação e assinatura dos estatutos da FNB, em relação aos quais o grupo do *O Clarim d’Alvorada* colocou-se

¹¹ Maria Cláudia Cardoso Ferreira (2005) desenvolveu uma dissertação a qual analisou as trajetórias políticas de José Correia Leite e Arlindo Veiga dos Santos, ativistas do movimento negro, que participaram da fundação de organizações político-sociais de expressividade e importância nacional. A análise do ativismo destas lideranças teve grande importância para a compreensão da trajetória e desdobramentos da FNB.

contra, é difícil determinar se Correia Leite já partilhava dos ideais socialistas e comunistas, contudo, o líder já manifestava oposição clara ao fascismo e à atuação de Veiga dos Santos na liderança da agremiação.

O amadurecimento dos ideais políticos de José Correia Leite parece ter se firmado ao longo dos anos posteriores. O que se tem certeza é que, durante o momento crucial da votação dos estatutos, o líder e o seu grupo foram impedidos de acessar o Palacete Santa Helena, onde tudo ocorreu, revelando, assim, a luta que se travava entre as correntes políticas empenhadas em conduzir a direção do movimento (MALATIAN, 2017).

O uso da força para aprovar com tranquilidade os estatutos propostos por Veiga dos Santos indica a essência autoritária da corrente vitoriosa. Os desdobramentos evidenciam, ainda, que seria impossível dissociar os dois movimentos, os quais Arlindo estava conduzindo, a FNB e a AIPB.

É dentro das duas frentes de atuação que se destacou o papel exercido por Arlindo Veiga dos Santos, líder negro de grande influência em seu tempo, sendo um dos fundadores e primeiro presidente da FNB, organização que: “materializava o avanço na luta pela união política e social da Gente Negra Nacional” (DOMINGUES, 2006, p. 526).

Arlindo foi um incansável anticomunista, cujo posicionamento estava ligado aos seus vínculos com o catolicismo antiliberal e com a filosofia política tradicional e conservadora. Tais elos institucionais lhe propiciaram uma formação com convicções que o impediam de realizar certas conciliações (MALATIAN, 2015).

Para compreender as posições ideológicas tomadas por Veiga dos Santos, faz-se necessário, inicialmente, localizar os discursos políticos em seu campo de conflito contextual. Outrossim, é essencial evitar anacronismos ao atribuí-lo a uma “cegueira histórica”, confrontando personagens que estão inseridos em um contexto histórico muito anterior e diverso, da realidade do desenvolvimento político-democrático dos dias atuais (CASSIMIRO, 2015).

Arlindo frequentou, desde a infância, o Colégio São Luiz dos Jesuítas, era filiado a Congregação Mariana da Imaculada Conceição de Santa Ifigênia e, durante toda a vida, recebeu o apoio do mecenato Católico. Formou-se na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, tornando-se bacharel em Filosofia e Letras em 1926. O peso da sua formação e trajetória, as instituições com as quais o intelectual dialogou, estando diretamente relacionado e vinculado durante toda a sua vida, explicam sua adesão.

Immergut (2007) apontou que leis, costumes e instituições formam e influenciam certas preferências individuais. As instituições não determinam o comportamento dos indivíduos, mas oferecem o contexto para a ação, auxiliando-nos a compreender por que os indivíduos fazem determinadas escolhas.

Que fazem as instituições? Desse ponto de vista, as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composta por símbolos, de cenários e protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação (HALL; TAYLOR, 2003, p. 198).

O líder patrianovista foi profundamente influenciado pelos valores e visões de mundo católicos, sendo exatamente as instituições ligadas a Igreja Católica que forneceram seus valores morais, visões de mundo, tradições, o seu patriotismo, contribuindo na formação da sua identidade e sua cultura política (MOTTA, 2009).

O sistema de valores, normas e crenças de um indivíduo fornecem a ele ferramentas para realizar a sua própria leitura do passado, do presente, da realidade em que ele está inserido, gerando aspirações para o futuro e o motivando a atuar num determinado momento da sua história (BERSTEIN, 1998).

Arlindo atribuiu ao regime republicano a responsabilidade em relação à situação de privação sob a qual os negros viviam. Com essa interpretação, o Segundo Império deveria ser absolvido da culpa pela escravidão, afinal o regime escravista de trabalho seria responsabilidade dos “primitivos tempos do Brasil” e do momento da organização do Primeiro Império.

No intuito de preservar a imagem do Império, procurava convencer seu público de que nesse período se iniciara a solução do problema da escravidão, embora não houvesse oportunidade para concluir a obra emancipadora. Restou ao regime republicano o ônus de “dar atenção unicamente às questões econômicas imediatas e ao favorecimento irracional das imigrações ‘arianas’ para substituir o negro que era nossa mão de obra desprezada” (MALATIAN, 2015, p. 139).

Utilizando esses discursos, Veiga dos Santos absolveu o Segundo Império pela escravidão, atribuía a este, a partir da figura da Princesa Isabel, a magnânima iniciativa de colocar fim ao regime escravista e alegava que a República teria sido a responsável por não dar continuidade às iniciativas de libertação e valorização dos negros, idealizadas no Segundo Império, pois o regime não teria tido a oportunidade de concluir a obra emancipadora.

Em um de seus trabalhos mais recentes: *Modernidades Negras: a formação racial brasileira (1930–1970)*, Guimarães (2021) evidencia a instalação da República e sua desvelada face europeizadora e defensora da política do embranquecimento. Essas iniciativas alimentavam na população negra certa inquietação e resistência quanto a sua implantação.

O autor, ao desenvolver reflexões sobre a mobilização popular pela abolição, o que talvez tenha representado o primeiro grande movimento social do Brasil, discorreu em relação à apreensão com a qual a República foi recepcionada pelos negros. A proclamação da República, promovida por militares positivistas, com o apoio dos fazendeiros, não foi percebida pela população negra como “[...] um aprofundamento revolucionário da liberdade, mas como uma restauração conservadora da ordem” (GUIMARÃES, 2021, p. 65).

Pode-se inferir, portanto, que Veiga dos Santos, submerso em tal conjuntura de descaso político em relação aos negros, que já durava mais de três décadas, envolvido com as instituições católicas, com as quais esteve atrelado por toda a vida e circundado de uma cultura política conservadora e nacionalista, estabeleceu uma visão e interpretação que relacionava o antirrepublicanismo da Pátria-Nova e a insatisfação existente entre os negros, em relação à oligarquia paulista.

A República e suas oligarquias não trabalharam para inserir a população negra no meio social, político e cultural. Por conseguinte, os negros se viram preteridos tanto do mercado de trabalho quanto no meio social, sendo marginalizados. Santos não poupava críticas ao republicanismo, ao liberalismo e à democracia, e, em um de seus artigos publicados no *A Voz da Raça*, folha que surgiu com organização da FNB, desferiu duras farpas ao sistema político em vigor.

O espírito liberal e democrático, estragador de todas as pátrias, pejado sempre de doutrinas exóticas e estupidas, espírito que entrega o destino nacional à sabença ridícula e apressada de meia dúzia eleita pelo sufrágio universal, desconhece a verdade das razões do octogenário da história. Assim vive ele tentando experiências sociais e políticas de todo feitio, sem solidariedade com a Tradição nacional, sem amor às realidades da Terra e da Raça, sem querer conservar o bem do passado, desprezando somente a parte má, que sem dúvida não deve ser guardada. Nós Frentenegrinos, temos o soberbo espírito da Nação e, daí, ficamos indignados contra tudo quanto vai contra ela. Não compreendemos essa idiotice de separatismo, de internacionalismo e outros muitos ismos criminosos que andam por aí, cheios de pompa e arrogância (*A Voz da Raça*, 25 mar. 1933, p. 2).

Correia Leite definiu Veiga dos Santos como um homem muito insinuante, carismático e “bem-falante”, características que faziam com que ele vivesse rodeado por

muitos negros, boa parte analfabetos, que não entendiam nada de patrianovismo e das ideias monarquistas. Os admiradores de Arlindo se sentiam atraídos por sua capacidade oratória.

Após se demitir do cargo no Conselho da FNB e abandonar a entidade, Leite lançou o jornal *A Chibata*. Visava denunciar as tendências ideológicas que se firmavam na entidade, e, após o lançamento de dois números, a sede da folha, onde também funcionava *O Clarim d'Alvorada*, foi atacada. De acordo com Correia Leite: “Tinha nego de porrete, jogaram estantes de livros para a rua, derrubaram máquina de costura, máquina de escrever, mas a officininha ficou intacta, não mexeram em nada, porque tinha um quartinho que era a oficina, lá estava uma página pronta” (BARBOSA, 1998, p. 69).

Arlindo teria sido o responsável pelo empastelamento da sede do jornal, e Leite atribuiu os ataques aos fanáticos seguidores do líder frentenegrino. As páginas da próxima edição que resistiram ao ataque, sendo duas, foram lançadas na mesma semana, contendo muitas perguntas ao presidente da FNB (BARBOSA, 1998).

O Clarim d'Alvorada foi suspenso após o ataque, sendo que as dificuldades financeiras resultaram nessa decisão. Posteriormente, José Correia Leite se uniu a outros líderes negros, como José de Assis Barbosa, o Borba, fundando o Clube Negro de Cultura Social (CNCS) (1932–1938). A associação buscava desvincular-se de qualquer proposta política e desejavam retomar a militância através de uma outra roupagem. Seus projetos eram voltados à prática de esportes e a competições esportivas, cultura e lazer, com encenação de peças teatrais, organização de saraus e bailes, além de ter foco na educação (BARBOSA, 1998; FERREIRA 2005).

Uma análise recente supõe que "a prática desportiva ou cultural desta entidade não passava de uma tática de conscientização e mobilização racial no bojo do projeto político do movimento social dos negros na época, cujos resultados foram satisfatórios". A prova disso foi o status alcançado pelo CNCS na cidade de São Paulo sendo a única entidade a rivalizar com a Frente Negra Brasileira na arrecimação de associados (FERREIRA, 2005, p. 95).

2.3 “A OBRA DOS HUMILDES”: ESTATUTOS, DEPARTAMENTOS E O CRESCIMENTO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA

Entre os artigos propostos e aprovados no “*Estatuto da Frente Negra Brasileira*”, o artigo 3º previa que a “*Frente Negra Brasileira como força social, visa à elevação moral intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa*

social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”¹² (*A Voz da Raça*, 15 abr. 1933, grifo nosso).

O projeto instalou uma estrutura de poder verticalizada, na qual se percebe a influência dos valores do pensamento conservador e autoritário. “Traduzia nos estatutos uma concepção centralizadora sobre a autoridade, em especial no artigo 6 que atribuía a direção da Frente a um “Grande Conselho, soberano e responsável”, formado por vinte membros, mas reservava a palavra final ao presidente” (MALATIAN, 2015, p. 150).

A estrutura formal da FNB constituía-se pelo Grande Conselho, do qual participavam o presidente, os seus conselheiros e o secretário geral, e pelo Conselho Auxiliar ou Administrativo, composto dos cabos e comissários (DOMINGUES, 2018).

A FNB iniciou suas atividades ocupando duas salas do Palacete Santa Helena. Pouco tempo depois da fundação, em março de 1932, transferiu-se para um espaço maior, um prédio localizado na rua da Liberdade, número 196, em razão da necessidade de um espaço maior. A entidade permaneceu no mesmo local até a sua dissolução, em fins de 1937.

A mudança de endereço estava ligada ao crescimento da agremiação, e em poucos meses a FNB conquistou muitos adeptos, que se associavam oficialmente. Oliveira (2002, 2008), através da revisão dos estudos sobre o tema, buscou identificar o número aproximado de sócios fretenegrinos, contudo, a variação dos dados impossibilita conclusões:

Determinar o número exato não é tarefa fácil, afinal os dados são muito divergentes. Três meses após a fundação, Isaltino dos Santos – secretário geral – anunciava cerca de 22.000 sócios (capital e interior). Segundo informa Domingues, em um ofício encaminhado ao Interventor Federal de São Paulo, em maio de 1932, a FNB informava possuir, apenas na capital, 15.000 associados. Em novembro do mesmo ano, Arlindo Veiga dos Santos – o presidente - anunciava em um órgão da imprensa a existência de 50.000 sócios. No ano de 1935, *A Voz da Raça* divulga que a FNB contava com mais de 100.000 associados em todo o território nacional. Florestan Fernandes, em seu livro, chega a trabalhar com a estimativa de 200.000 sócios (OLIVEIRA, 2008, p. 28).

¹² O título da seção, entre aspas, faz parte do título de um dos artigos escritos por Arlindo Veiga dos Santos, em homenagem ao aniversário do jornal *A Voz da Raça*. No texto, Santos faz críticas à falta de adesão de algumas camadas negras à FNB. “Não se metem na F.N.B., os negros cultos e formados, porque apenas querem ver de longe para criticar, desmoralizar (se possível) e fazer derrotismo, julgando que essa coisa de negros os vai *pôr mal* com os brancos seus amigos” (*A Voz da Raça*, 17 mar. 1934, p. 1, grifo do autor).

Apesar das imprecisões numéricas, é possível afirmar que o objetivo da FNB era se expandir e dar origem a diversas delegações, espalhando-se por várias regiões do território nacional. O artigo 1º dos estatutos fundadores afirmava tal premissa:

Art. 1º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar para todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado, e para a reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira (*A Voz da Raça*, 15 abr. 1933, p. 3).

A FNB inovou, com um mecanismo de arregimentação de pessoas através de seus “cabos”, indivíduos escolhidos pela direção, que percorriam os bairros da cidade e, posteriormente, outros municípios, dedicando-se a arrecadar recursos para o empreendimento, atrair adeptos para filiarem-se e ampliar a sua área de influência, visando criar novos núcleos.

A expansão, contudo, nunca significou uma centralização institucional, pois associações e grupos diversos, com demandas distintas e em várias regiões do país, parecem ter visto na FNB um órgão qualificado e um desejado porta-voz, capaz de exigir das autoridades estabelecidas o espaço e a valorização que eram vistos como direito pelos negros.

O início dos anos 30 foi o ápice do período de efervescência e de expectativas políticas de vários setores da população negra. Muita gente queria participar, principalmente os mais jovens. No interior paulista, todos ouviam falar a respeito da FNB. Tanto suas delegações saíam da capital para visitar associações negras locais e fomentar a propaganda da entidade como grupos chegavam do interior, destacadamente em épocas de comemorações. Como outras associações do gênero, a FNB formou um grupo musical, o Rosas Negras, chegando a fazer apresentações fora da capital paulista (GOMES, 2005, p. 50–51).

A associação criou vários departamentos: instrução e cultura, criando uma escola primária para a alfabetização dos membros e também dos não associados; departamentos musical, médico e de imprensa — responsável pelo jornal oficial *A Voz da Raça* —; departamentos esportivo, de artes e ofícios, jurídico-social, doutrinário e também uma comissão de moços.

A questão educacional era o foco principal da entidade, pois compreendiam que o investimento na formação era essencial para a almejada mudança de status da população negra. Através do *A Voz da Raça*, denunciavam o preconceito racial vivenciado pelos alunos negros, que ingressavam nas escolas públicas paulistas.

Há pouco tempo um nosso patricio negro me contara uma história do seu filho inteligente, que ia mal amparado pela escola porque a sua professora declarará em plena classe que “Negro com ela não aprende” como se o negro frequentando uma escola pública, pedisse uma esmola. Como então essa normalista esqueceu-se de que os negros também pagam tributo a Nação? Não devia esquecer-se, para não se tornar indigna do magistério. Eis aí o modo com que se pretende educar um povo – ensinando indiretamente o preconceito na escola, sendo a pedagogia cousa muito séria. O professor (a nosso ver) que possui o orgulho deve engolir e digeri-lo por ser um sentimento que não faz parte do programa da educação (*A Voz da Raça*, 6 maio. 1933, p. 2).

Muitos serviços eram oferecidos na sede da FNB, como um consultório dentário, um salão de barbeiro e cabeleireiro, um bar, local para jogos e divertimentos, além de uma biblioteca. A associação criou também uma caixa beneficente para amparar os membros que sofriam algum tipo de contratempo, desemprego, morte inesperada na família, entre outros problemas. Implantou-se, também, um posto de alistamento eleitoral.

Eram realizados, na associação, festivais de música, apresentações de teatro, palestras e seminários, com reuniões semanais, realizadas todos os domingos, as chamadas “domingueiras”. Cursos de alfabetização, oficinas de costura, pintura e outros trabalhos manuais também eram postos em prática. Enquanto projeto, havia a intenção de criar uma instituição escolar, o “Liceu dos Palmares”, com cursos primário, secundário, comercial e ginásial a alunos-sócios da FNB, entre estes, o funcionamento de uma escola noturna foi viabilizado¹³. Como aspecto marcante, sublinha-se que:

As mulheres assumiram diversas atribuições na FNB. Duas comissões foram por elas criadas: as Rosas Negras, responsáveis pela organização de festivais artístico-literários e bailes, e a Cruzada Feminina, cuja incumbência era realizar trabalhos assistencialistas em vista da consolidação do campo educacional e cultural da entidade (DOMINGUES, 2018, p. 331).

A FNB se tornou um local de atração para vários setores negros, até mesmo para jovens recém-chegados do interior, muitos deles eram aconselhados por seus pares a procurar a agremiação, pois este contato facilitaria o seu ingresso ao mercado de trabalho¹⁴. “Não era mais uma associação, e sim uma frente que deveria alcançar várias regiões e reunir lideranças e iniciativas diversas no ‘meio negro’” (GOMES, 2005, p. 52).

¹³ Domingues, além de estabelecer um panorama sobre a trajetória da FNB, examina quais foram as iniciativas da entidade no campo educacional. A associação via a educação como prioridade, um pré-requisito indispensável e a grande bandeira de luta fretenegrina (DOMINGUES, 2008).

¹⁴ Domingues analisa os caminhos percorridos pela Frente Negra do Rio de Janeiro e as estratégias de auxílio à população negra, manifestadas pela entidade. No estudo, o autor aponta as denúncias que os dirigentes fretenegrinos fizeram à imprensa carioca, em que a agremiação atuou como uma espécie de sindicato dos negros, visando preservar a cidadania e os seus direitos civis. Em um caso em que vários trabalhadores negros foram dispensados de suas ocupações, sem nenhum motivo aparente, a FNB acusou a empresa de discriminação e “preconceito de cor” (DOMINGUES, 2018).

A associação desenvolveu uma série de símbolos identitários, uma bandeira, um hino, documentos de identidade dos membros, com foto e dados pessoais, além de criar uma milícia negra, um batalhão paramilitar, com moldes próximos aos do modelo da milícia integralista.

Campanhas em favor da criação da milícia fretenegrina foram publicadas na folha oficial da entidade. A “disciplina”, “a eficiência cívica” e o “patriotismo” dos negros durante a “última rebelião”, a Revolução de 1932 foram arrolados enquanto argumentos em favor da criação do batalhão paramilitar, visto que, de acordo com os seus dirigentes, os fretenegrinos não aderiram à revolução, em razão do seu apoio a Getúlio Vargas e em respeito à unidade nacional.

Essa disciplina foi a consequência da educação de milícia que os negros possuem desde antes da rebelião e que, agora, mais coesa ainda, aguarda a oportunidade de se fazer notar com os seus grupos de assalto.

Ora, todo aquele que achar desnecessário a existência de corporações que somente existem para o reforço incondicional de legalidade, da paz comum, é, categoricamente, suspeito, a não ser que o seu meio de vida e o seu passado ainda venham reforçar esta afirmativa.

A criação de milícias em S. Paulo ou no Brasil não pode, absolutamente, ser criticada e mui principalmente, a milícia de Frente Negra Brasileira, que já tendo dado mostras do seu acendrado amor a ORDEM, não está com Sancho nem com Martins – está somente e simplesmente com a Pátria (*A Voz da Raça*, 29 abril de 1933, p. 4).

As exigências comportamentais da FNB eram muito rígidas, considerando que o associado que não cumprisse com as normas era punido, podendo ser suspenso do convívio na sede ou até mesmo expulso da associação. Seus dirigentes chegaram a atribuir a essa política de austeridade a razão para o sucesso da sociedade. Os termos “delegado”, “delegação”, assim como outros, estão ligados à rigidez e hierarquização institucional que a FNB propunha. Os núcleos instalados em outras regiões do país deveriam estar atrelados e responder à sede central em São Paulo, sendo tal exigência de comportamentos austeros imposta tanto à direção quanto aos associados.

A agremiação vislumbrava atuar “como força social” através de uma perspectiva nacionalista com finalidades “rigorosamente brasileiras”. As intenções de intervir e representar-se politicamente enquanto “força política organizada” era uma proposta clara do movimento. O desejo era pleitear, dentro da ordem institucional, os cargos eletivos de representação, efetivando uma ação político-social.

O alistamento de negros na Guarda Civil de São Paulo representou uma vitória entre as reivindicações das lideranças fretenegrinas, e o movimento questionou o impedimento que existia até então, exigindo o direito a participação. Uma comissão da

FNB chegou a ser recebida por Getúlio Vargas, e, em 1932, a Guarda Civil alistaria mais de duzentos negros. Veiga dos Santos se colocou como candidato avulso a deputado constitucional nas eleições de 1934, contudo, o líder não foi eleito por seus pares. Pode-se afirmar que as divergências entre os setores da população negra paulista impediram a eleição.

A FNB visava à “elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física”, além da “assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”. Apesar das iniciativas e do reconhecimento de parcela da comunidade negra, a associação teve certas dificuldades para atingir “as massas”.

Em seus editoriais e discursos, seus líderes utilizavam um tom moralista quanto ao envolvimento da população negra em bebedeiras, festas e “desordens”, e tal postura acabou provocando tensões entre os seus membros e outras associações. Conflitos entre os fretenegrinos e setores negros populares, que organizavam bailes e outras atividades recreativas, principalmente na rua Direita da capital paulista, ocorriam com frequência.

Outra explicação para a baixa adesão de certos grupos ao movimento era o perfil de seus dirigentes, em sua maioria compostos por funcionários públicos e letrados, muitos deles nascidos no interior de São Paulo.

Arlindo Veiga dos Santos era professor de latim. Francisco Lucrécio era funcionário público e cirurgião dentista. Justiniano Costa era funcionário dos Correios. E João de Souza tinha pequeno escritório de serviços de pintura. De certa forma, estavam distantes do público que desejavam atingir (GOMES, 2005, p. 54).

A articulação de Arlindo e outros membros da FNB com o integralismo (a penetração do discurso integralista era bastante popular no período), e a sua ação enquanto diretor responsável da Ação Imperial Patrianovista, também causaram dissidências na FNB. Um grupo liderado por Manoel dos Passos abandonou a agremiação e fundou a Frente Negra Socialista. Além disso, através do jornal e do próprio Estatuto da entidade, era possível identificar um alinhamento de ideias e direcionamentos conectados a essas vertentes ideológicas.

Durante a sua presidência, Arlindo procurou desassociar quaisquer insinuações que relacionassem as duas agremiações às quais o intelectual se dedicava, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira e a Frente Negra Brasileira. Em 26 de janeiro de 1933, o líder concedeu uma entrevista à folha *Platéia*, e a matéria foi transcrita no *A Voz da Raça*, na edição de abril de 1933.

O presidente geral declarou que a FNB não era influenciada pelas doutrinas monarquistas, menções “(...) que constantemente se apregoa por aí é um fato que se prende unicamente a minha pessoa (...)”. O frentenegrino procurou enfatizar que se dedicava aos dois campos de atuação e que não “misturava” as ideias e propostas das diferentes associações.

Quanto à pergunta que me faz referente às notícias que se assoalham por aí, afirmando que a “F.N.B.” visa a implantação do extinto regime monárquico, tenho a declarar-lhe o seguinte: não há dúvida alguma de que é comum essa presunção nos nossos meios. Mas, nada há entre a “F.N.B.” e a “Ação Imperial Patrianovista”. Embora monarquista, o cargo que ocupo aqui, absolutamente nada tem que ver com as minhas ideias. São coisas perfeitamente opostas. A orientação da F.N.B. é puramente republicana. Fundada num espírito novo, orgânico, em harmonia com as evoluções sociais do mundo contemporâneo, em que perecem os valores negativos de tradição, renascendo os positivos, como no caso da sindicalização vertical das classes, muitas vezes burlada pelo primitivismo da luta de classe, apregoadada pelo socialismo, os arregimentadores dos negros vieram buscar o atual presidente, de que tinham conhecimento pelos pequenos trabalhos do passado. Sou patrianovista, é certo. Mas na “F.N.B.” que não cogita de questões de regime, conquanto repila o liberalismo democrático, por ser um regime ré, de grandes e irremediáveis injustiças sociais, na “F.N.B.” não prego as minhas ideias, por que isso seria abusar da confiança dos meus bons patrícios negros que me entregaram a sua obra para conseguir apenas, na média do possível, dentro do regime atualmente em vigor no país, as reivindicações dos direitos dos negros [...] (*A Voz da Raça*, 1 abril de 1933, p. 4).

Apesar da tentativa de desatar quaisquer vínculos entre as associações, em seus artigos no *A Voz da Raça*, Veiga dos Santos acabava expondo suas aderências ideológicas. Com o título “*A afirmação da Raça*”, declarou o seu apoio ao “ditador Hitler [que] no afã violento do repor a Alemanha no caminho das suas tradições”, iniciou uma “campanha de afirmação prática da raça germânica, única com a qual pode contar aquela nação a fim de realizar a imensa obra de resgate nacional”.

Impagável bobagem das inteligências líquidas, que não compreendendo (salvo o exagero natural em quem tanto sofreu do cosmopolitismo judaico), não compreendendo as razões profundas da atitude nacionalista alemã, quereriam que o grande condutor pactuasse com todas as formas de estupidez liberal que iam levando a Germânia á ruína! Está certo Hitler! Tanto é expressiva, e tanto ecoa na alma alemã a sua afirmação [...] (*A Voz da Raça*, 10 jun. 1933, p. 1).

Santos reiterava a importância da valorização na raça nacional, utilizando, para tanto, o exemplo que vinha ganhando notoriedade em plano internacional. O reconhecimento da raça nacional não ocorria no Brasil, uma nação que negava à “Gente Negra” o seu espaço, os seus direitos e a sua verdadeira importância, privilegiando o imigrante, “cedendo lugar a todos os oportunistas de arribação”. Na perspectiva do presidente da FNB afirmava:

[...]. Que seria do Brasil hoje, se não tivesse sido sempre negada a nossa Gente Negra que, enquanto se processava o banquete dos imigrantes, ficou para aí, à margem da vida nacional, cedendo lugar a todos os oportunistas de arribação? Nós também temos uma Raça! Se não há, como não pode haver, um só Tipo Nacional, somos uma Raça Mestiça, com os nossos Negros, Cafuzos, Caboclos, Negroides, Brancoides, e (até!) Os Bugres que ainda moram no mato. Vem encrencando a nossa vida essa mania que inúmeros imbecis têm de querer fazer da nação Brasileira um povo ariano, destruindo assim a Raça Mestiça que o Brasileiro é! (*A Voz da Raça*, 10 jun. 1933, p. 1).

Através do *A Voz da Raça*, os frentenegrinos demonstravam abertamente o seu descontentamento em relação à chegada massiva dos imigrantes europeus. Estes protestos tinham um duplo sentido, a perda de espaço em razão das disputas no mercado de trabalho e a desvalorização simbólica dos negros, preteridos, menosprezados enquanto parte constitutiva da nação brasileira.

A construção da concepção de raça entre a população negra que surgiu nos anos 1930 estava ligada aos enfrentamentos entre negros, nacionalistas, integralistas e o racismo europeu. As condições locais, a ideia de “raça brasileira”, por um lado, e a “raça ariana”, por outro, impeliavam os confrontos. “A consciência negra floresceu com maior vigor, tomando a forma xenófoba” (GUIMARÃES, 2021, p. 84).

A frustração em relação à presença de grande número de imigrantes era tamanha, que a FNB enviava telegramas ao presidente Getúlio Vargas.

A FRENTE NEGRA BRASILEIRA PROTESTA CONTRA A INVASÃO DE IMIGRANTES QUE VEM AGRAVAR AINDA MAIS A SITUAÇÃO. PRECÁRIA DOS NACIONAIS

A Frente Negra Brasileira enviou o seguinte telegrama ao exmo. Senhor dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório:

O grande conselho da Frente Negra Brasileira representando milhares de patrícios, protesta perante V. Excia. Contra a contínua entrada de imigrantes estrangeiros, quando nada se faz para melhoras a situação de infinidade de negros desempregados (*A Voz da Raça*, 23 dez. 1933, p. 1).

Veiga dos Santos também acusava os imigrantes de vir para o país, trazendo ideologias de esquerda que poderiam corromper a população brasileira. “Frentenegrinos! Negros em geral! A postos contra a onda estrangeira, que, além de vir tomar o nosso trabalho, ainda quer dominar, por um regime iníquo e bandalho, o Brasil dos Nossos Avós” (*A Voz da Raça*, 9 dez. 1933, p. 1).

Se, por um lado, os opositores de Arlindo utilizavam a sua ligação com o movimento patrianovista para criticar e deslegitimar a sua liderança na FNB, o presidente da entidade também utilizava generalizações para contra-atacar os seus oponentes,

identificava-os e respondia agressivamente, chamava-os de “verdadeiros inimigos da raça”, “comunistas”, “bolchevistas”.

Os inúmeros conflitos internos da FNB refletiam o contexto político do período. É importante destacar que os anos 1930 representaram um período em que os temas da raça e da revolução estavam inseridos no debate político. Em algumas circunstâncias, ele aparece no discurso que enfatiza a Nação e seus símbolos patrióticos; em outros momentos surge através dos projetos que investem em uma revolução a partir do embate entre as classes sociais.

Apesar das divergências, muitos opositores à direção de Santos permaneceram na associação, ressaltando que o desejo de construir e viabilizar uma unidade negra em torno de uma agremiação forte fez com que estes mantivessem a esperança. A FNB irradiou-se para outros estados brasileiros, pondo em prática o objetivo estatutário. Núcleos foram fundados em Salvador, Bahia, Espírito Santo, Pelotas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais.

Ter a carteira da FNB era motivo de orgulho para muitos. Eram respeitados pela polícia. Enfim, pertencer à FNB era uma credencial importante no chamado “meio negro”. Talvez como nunca, na então ainda recente experiência republicana, a questão racial aparecia tão politizada e articulada com outros temas, envolvendo nacionalidade, emprego, cidadania e políticas de imigração – tudo isso, com um protagonismo negro bastante mobilizador (GOMES, 2005, p. 51).

O jornal *A Voz da Raça*, em outubro de 1936, através das palavras de Francisco Lucrécio¹⁵, membro ativo da diretoria, informava que o movimento possuía “sessenta e tantas delegações” só no interior do estado de São Paulo, e que ia se “alastrando” por todo o interior do país, “estando unificado por um só governo os núcleos de S. Paulo, Minas e Espírito Santo, esperando que, em breve época, possamos unificar todos os vários grupos dispersos com igual nome ou igual finalidade”. Os movimentos homônimos estariam localizados em Salvador, Bahia, e em Pelotas, Rio Grande do Sul (*A Voz da Raça*, out. 1936, p. 4).

Por meio da declaração de Francisco Lucrécio, constata-se que as delegações, tanto do interior paulista quanto em outros estados do país, organizavam-se de formas

¹⁵ Francisco Lucrécio nasceu na cidade de Campinas em 1909. Seu pai era carpinteiro e a mãe, lavadeira. Foi funcionário público e cirurgião-dentista. Entrou para a FNB em 1931, logo depois da fundação, fazendo parte da diretoria da associação. De acordo com Barbosa, na ocasião do depoimento prestado, Lucrécio possuía “porte físico atarracado e com voz grave, sua fala é calma, mas determinada; vem carregada ainda com as convicções de outrora” (1998, p. 35).

variadas, adquirindo perfis e desdobramentos particulares. Em suas análises, Flavio Gomes observou sobre as delegações fretenegrinas: “(...) quanto mais longe da capital, mais fraca parecia ser a influência da vertente nacionalista. O núcleo de Santos, por exemplo, apoiava o Partido Socialista nas eleições e mantinha fortes ligações com o Sindicato dos Portuários” (GOMES, 2005, p. 60).

Diante do exposto, torna-se evidente que a FNB de São Paulo era utilizada como referência por outras Frentes Negras que surgiram no Brasil. Criadas em várias regiões do país, parte considerável destas associações não respondiam diretamente ao comando paulista, estruturando-se como entidades homônimas, com ideais e propostas que se aproximavam em diversos aspectos, principalmente aqueles ligados à ascensão social da população negra, mas também com direcionamentos políticos e ideológicos distintos e, por vezes, pouco claros.

2.4 O IRRADIAR DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA: “A OBRA DA F.N.B, NUMA EXPANSÃO ENTUSIASTA, REPERCUTE PELO INTERIOR AFÓRA”

Ao analisarmos os núcleos da FNB espalhados pelo país, é possível traçar um breve perfil das entidades, compreendendo os pontos de convergência existentes e as especificidades encontradas em cada agremiação¹⁶.

Um cenário comum às associações eram os inúmeros serviços ofertados. A destituição de direitos básicos aos negros era uma realidade nos diversos estados do país, e a população negra identificava a situação. Nas regiões onde as Frentes foram implantadas, as reivindicações sociais, neste sentido, eram um padrão comum nos discursos das entidades. A viabilização do acesso a determinados serviços e a prestação de auxílio geravam uma filiação considerável aos quadros da organização. A adesão à FNB estava ligada ao discurso em favor da instrução, a pedra fundamental da associação, o incentivo à educação enquanto mecanismo de elevação das condições de vida do negro.

A Frente Negra Brasileira de Salvador (BA), idealizada entre julho e novembro de 1932 e instalada em novembro do mesmo ano, foi presidida por um professor, Marcos Rodrigues dos Santos¹⁷. A vivência do educador fez com que ele entendesse a educação

¹⁶ O subtítulo da seção, entre aspas, faz parte do título da matéria noticiando a nova direção da delegação fretenegrina de Sorocaba e a fundação da FNB em Minas Gerais (*A Voz da Raça*, 29 abr. 1933, p. 2).

¹⁷ Marcos Rodrigues dos Santos foi alfabetizado na infância, trabalhou como sapateiro, pertenceu a Conferência de São Vicente de Paula, sendo adjunto de Conferente das docas por pedido de D. Henrique Catharino. Sempre gostou de alfabetizar, chegando a reger a Escola Noturna da Sociedade de São Vicente

como o aspecto fundamental do projeto. Entre os estatutos da entidade baiana, a alfabetização ocupava um lugar central, “o que deve constituir a pedra angular de todas as organizações que se venham fundar no nosso Brasil” (BACELAR, 1996, p. 76).

A partir de janeiro de 1933, a agremiação iniciou cursos de alfabetização noturnos, criou também cursos primário, complementar, de música, datilografia e línguas. Para manter as atividades, a associação promovia festas beneficentes, com finalidades recreativas e culturais. Visava-se também desenvolver a solidariedade e o orgulho racial, além de criar “uma nova imagem para a mulher negra”, institucionalizando, para isso, um quadro social feminino.

A FNB Carioca, implantada em fevereiro de 1932, também mantinha um discurso voltado à urgência de educar a população negra. Em suas declarações, Francisco Napoleão, delegado especial transferido de São Paulo para assumir a posição no Rio de Janeiro, expunha a necessidade de se criar escolas para educar a raça, pois somente a instrução torná-los-ia aptos a vencer a luta pela vida.

Napoleão também via como essencial, às organizações, criar estratégias de amparo aos seus membros, fundos de emergência, aos quais, durante períodos de dificuldade, enfermidades ou invalidez, os negros pudessem recorrer, para que não se tornassem pedintes pelas ruas ou entrassem para a criminalidade, pois estes destinos eram fruto da situação de abandono em que os negros viviam no país. O líder apelou a todos os negros do Brasil a se unirem nessa cruzada justa, que, até o período, era tão mal compreendida e pouco aceita pela sociedade (DOMINGUES, 2018).

A incompreensão estava ligada ao fato de a FNB ter sido acusada de querer “fomentar discórdias” e divisões na sociedade brasileira, promovendo “separatismos desnecessários”. A agremiação carioca em específico também foi acusada de ser parte das “maquinações obscuras dos agentes moscovitas”, sendo “instrumento nas mãos de mercenários bolchevistas”. Para defender a FNB, Francisco Napoleão procurava deixar explícito o seu desejo de integrar o negro e não criar divisões na nação.

da Mouraria. Posteriormente emigrou para várias regiões da Bahia e Minas Gerais, sempre trabalhando contra o analfabetismo. Voltou a Salvador em 1924, casou-se e emigrou novamente. Em São Paulo, trabalhou como fiscal de estrada de rodagem, fundou uma Conferência de São Vicente e uma escola em Cubatão. Posteriormente foi para Santos lecionando no mosteiro São Bento. Em 1932, resolveu retornar a Salvador, ocasião em que idealizou e fundou a FNB no município. Foi presidente da entidade e utilizou a FNB de São Paulo como modelo. De acordo com o presidente, teriam se alistado à agremiação cerca de quatro mil negros (BACELAR, 1996).

Apesar da tentativa de mobilização e sensibilização da opinião pública, a Frente Negra Carioca recebia uma enxurrada de críticas de alguns setores da imprensa do Rio de Janeiro, como nos jornais *Diário Carioca* e *Diário de Notícias*¹⁸. Acusavam-na de ameaçar a “fraternal tranquilidade” das relações sociais do país. Um artigo do jornal *Diário Carioca* afirmou que não existia “preconceito de raça” no Brasil, e que, portanto, não seriam aconselháveis tais reivindicações exageradas.

Diante dos ataques, Antônio Francisco Napoleão, o segundo delegado da FNB no Distrito Federal, recorreu à imprensa reiteradamente para explicar que a agremiação almejava promover a integração do negro na sociedade e trabalhar em prol da comunidade nacional. Seu programa? “A coesão do elemento negro, para o mútuo amparo, para a elevação cultural e moral”, na perspectiva de que, “por seu preparo, inteligência, capacidade e desenvolvimento das energias da raça, possa demonstrar ao branco que não é inferior, e que pode igualá-lo em todas as esferas de atividade”. Desse ponto de vista, a finalidade da FNB era garantir a inserção do negro na nação em pé de igualdade, e não criar separatismos ou cizânias, como se apregoava. Porém, Francisco Napoleão não perdia a oportunidade de refutar o discurso corrente acerca das relações raciais: “Costumamos dizer, com certo orgulho, [...] que no Brasil não há preconceitos de raça nem de cor.” Mas “tal conceito não expressa integralmente a verdade. Há, no Brasil, lugares onde se dá aos homens de pele preta um tratamento desigual, que chega às vezes a ser desumano” (DOMINGUES, 2018, p. 337).

No que diz respeito ao enfrentamento decorrente do analfabetismo, a delegação de Madureira¹⁹ criou uma escola, na rua Itauba n.º 37. Por funcionar de maneira informal, mesmo buscando se estruturar, a escola despertou a atenção dos órgãos de controle do poder público, e, em setembro de 1933, o “Serviço de Fiscalização e de Orientação do Ensino Particular” publicou um edital nos jornais com exigências, cobrando que a FNB registrasse a escola e os seus professores (DOMINGUES, 2018).

A FNB de Minas Gerais, foco principal desta dissertação, fundada oficialmente em 18 de março de 1933, também voltou as suas ações à educação de seus associados. Em dezembro de 1933, poucos meses após a implantação da organização, o *A Voz da Raça* já noticiava o encerramento das aulas da primeira turma do curso de alfabetização da entidade. O evento contou ainda com a exposição e o concurso dos trabalhos manuais

¹⁸ Domingues (2018) utilizou a imprensa enquanto fonte de pesquisa. A partir dos jornais do Rio de Janeiro, desenvolveu uma análise sobre a Frente Negra Carioca, reconstruindo aspectos da sua trajetória. Recorreu a diversos jornais como: *A Noite*, o *Jornal do Brasil*, *O Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e o *Diário de Notícias*. De acordo com o *Diário de Notícias*, a primeira sessão da FNB em terras cariocas superou as expectativas dos organizadores, e a lista de presença teria sido assinada por 264 pessoas, entre elas, membros de várias associações e irmandades religiosas negras.

¹⁹ No Rio de Janeiro, capital do país no período em questão, a FNB elegeu duas delegações centrais, uma em Madureira, denominada “delegação suburbana”, e a outra na rua do Catete, a chamada “delegação distrital” (DOMINGUES, 2018).

das alunas. As professoras da associação Leonor Leão e Maria Martins foram homenageadas na ocasião. A urgência com que o curso de alfabetização foi implantado demonstra a precaução fundamental da associação mineira (*A Voz da Raça*, 9 dez. 1933, p. 3).

Na FNB Pelotense, com fundação em maio de 1933, eram ministrados cursos e seminários para a população negra, sendo os discursos voltados também para a educação e união da comunidade. Entre os seminários, alguns se intitularam “Reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça”, com temas como “A mulher negra e o futuro da raça”.

O foco no gênero feminino era explicado em razão do interesse da delegação na instrução da mulher negra e, assim, na formação das futuras mães. Os líderes presumiam que, por a mulher ser a encarregada da criação e educação das crianças, o foco deveria estar na formação delas, pois, melhor instruídas, estas mães seriam capazes de encaminhar os filhos para um futuro melhor, via educação (GOMES, 2008).

A FNB de Salvador também admitia esta premissa, a saber, o levantamento moral da raça estaria alinhado à formação da mulher negra. A crença era de que, através de uma boa formação familiar, “[...] devemos mesmo trabalhar pela formação da elite da mulher negra[...]”, os negros seriam ajudados, assim, não lhes faltariam mais capacidades para se sustentar (BACELAR, 1996).

Os membros da FNB Pelotense consideravam o Rio Grande do Sul a pior região do país para os descendentes de africanos viverem, em razão da discriminação e do preconceito racial mais evidentes. Acreditavam que, com a educação e a construção de uma identidade negra positiva, tal quadro poderia ser alterado.

Entendemos que das duas direções indicadas pela Frente Negra Brasileira, tidas como exemplo para os intelectuais negros pelotenses, que fundaram a Frente Negra na cidade, a mais aceita foi o exemplo da educação e da instrução como meio para a construção de uma identidade negra positiva, o que viria a contribuir para a elevação da autoestima desse grupo social em uma cidade que embora os negros sofressem preconceitos, ainda tinham poucas estratégias de reivindicação político-social tendo como base a positivação de sua identidade, com isso se fortificando para lutar por seus direitos de integração e inserção social à ordem vigente, assumindo-se como negros (GOMES, 2008, p. 68).

A Frente Negra Pernambucana, fundada em 1936, propunha a “instrução da infância negra” e o acesso dos negros a instituições educacionais gratuitas. O motor de propulsão para a criação da agremiação foi a percepção da existência do preconceito, da desigualdade e a ausência quase completa de negros nos cursos superiores das carreiras

de prestígio social. As estatísticas levadas em consideração para as conclusões apontadas pelos líderes teriam sido construídas por Solano de Trindade²⁰ (SILVA, 2007).

José Vicente Rodrigues Lima, um dos fundadores principais da Frente Pernambucana, foi um dos pioneiros do movimento negro da região e sua história se confunde com a da Frente Negra Pernambucana, agremiação definida por Lima como “coirmã” da Frente Negra Pelotense. Nos registros de fundação da associação, consta a participação de Miguel Barros²¹, artista plástico gaúcho envolvido na direção da Frente Pelotense. O presidente Lima definiu os caminhos que o movimento iria trilhar:

Não faremos lutas de raças contra raças, porem ensinaremos aos nossos irmãos negros que não há raça superior nem inferior o que nos faz distinguir um dos outros é nosso desenvolvimento cultural.

Temos como principais fins: Cultivar a memória dos grandes negros do Brasil, instruir a infância negra, facilitar sua educação, pleitear ingressos gratuitos para os estudantes pobres, de cor, educar a mulher para os embates materiais morais que lhe vêm ao encontro, criar caixa de beneficência, para assistência medica e dentaria (LIMA apud SILVA, 2007, p. 6).

No que diz respeito à tomada de posições políticas, os núcleos da FNB variaram entre ações explícitas de apoio, ou mesmo a desaprovação ao governo estabelecido. Na maior parte das organizações, a ação e intervenção política eram práticas desejáveis e estabelecidas em seus estatutos. Em Salvador:

A Frente Negra tem uma política de sua orientação mui sutilmente estudada pois o negro não pode estar alheio a política do seu país, servindo tão somente de guarda-costas aos srs. candidatos que julgam ser este o seu único lugar nos pleitos e o negro que dá tudo o que tem, quando não lhe arrancam maneirosa ou mesmo agressivamente, nada pede para si (BACELAR, 1996, p. 76).

Assim como a sede paulista, a FNB em Salvador promovia comemorações no 13 de maio, reverenciavam figuras abolicionistas e faziam romarias aos túmulos das figuras de destaque e luta em favor da abolição da escravidão, do direito à igualdade de tratamento e do fim do preconceito racial.

²⁰ Francisco Solano Trindade (1908–1974), poeta, militante, ator e diretor de teatro, participou dos congressos afro-brasileiros realizados em 1934 e 1937 em Recife, onde nasceu, e em Salvador, respectivamente. Foi criador da Frente Negra de Pernambuco e do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, em 1936, do Teatro Popular Brasileiro, em 1943. Também participou da fundação do Teatro Experimental do Negro (TEM), em 1944, no Rio de Janeiro. Ao longo de sua trajetória como poeta, publicou, entre outros: *Poemas de uma vida simples* (1944) e *Seis tempos de poesia* (1958) (PEREIRA, 2010, p. 21).

²¹ Miguel Barros (1914–2011), artista visual, teve uma trajetória ligada à arte e cultura, sendo identificado como “o Mulato”. Expôs em diferentes estados brasileiros e no exterior. Esteve à frente da redação do jornal *A Alvorada*, integrou o clube Chove Não Molha, participou do 1º Congresso Afro-Brasileiro em Recife (1934), um dos principais líderes da Frente Negra Pelotense (1933), participando também da organização da Frente Negra Pernambucana (1936).

A Frente em Salvador procurou mediar as questões mais práticas da vida de seus associados, como a realização de intervenções no mercado de trabalho²². Através de comícios, em diversos pontos da capital baiana, a Frente destacava a necessidade da alfabetização do negro, o direito à liberdade e a participação político-eleitoral. A associação lançou candidatura própria, com o nome de Dionysio Silva, a Constituinte Nacional.

De acordo com Bacelar, “do ponto de vista do ideário, bem como das ações, existem muitas aproximações entre a Frente Negra paulista e a baiana”, as agremiações visavam à “(...) integração do negro através da conquista das oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo regime vigente. E essa conquista se daria pela imitação dos exemplos fornecidos pelos próprios brancos” (1996, p. 78).

Contudo, as peculiaridades históricas e políticas de Salvador²³, no que diz respeito ao seu quadro social e a abrangência de suas propostas, geravam um grande distanciamento entre estes núcleos.

Em São Paulo, negros e mestiços eram discriminados abertamente e preteridos no mercado de trabalho, em razão da política imigrantista. Já em Salvador, os negros não foram “desalojados das suas posições no mercado de trabalho”, alguns mestiços integraram-se ao “mundo dos brancos”, e muitos negros atingiram modestas, mas estáveis, condições materiais, principalmente em ocupações autônomas.

Para parte da população mestiça e negra soteropolitana, o “mito da democracia racial” era uma realidade inquestionável; diante disso, não haveria motivos para as pessoas se agruparem por questões de cor, visto que a luta era algo indesejado e o merecimento faria com que os negros ascendessem socialmente. Em Salvador, diferentemente de São Paulo, a FNB foi fundada por um operário e organizada por negros de condições bem modestas, tendo a participação exclusiva, mesmo pequena, da classe trabalhadora²⁴.

²² Em sua sede, foi instalada uma agência de empregos, com a intenção de facilitar as possibilidades de acesso aos negros; empregados e empregadores recorriam à entidade buscando ocupações e mão de obra.

²³ A Revolução de 1930 não foi compreendida como um momento que poderia proporcionar mudanças profundas para a população negra soteropolitana. A integração de parte da população mestiça e negra à sociedade, e ao mundo do trabalho, gerou uma falsa sensação de integração social, diminuindo, assim, a capacidade de penetração e apelo popular que a Frente Negra poderia adquirir. “Assim, a Frente Negra de Salvador é inteiramente rejeitada pela elite mestiça, auto identificada e identificada socialmente como branca, bem como pelos pretos que atingiram alguma prosperidade material” (BACELAR, 1996, p. 79).

²⁴ Este vínculo pode ser explicado em razão da crise econômica e do desemprego que atingiu os trabalhadores baianos na década de 1930. Além disso, a repressão sobre o movimento operário durante os anos 1920 impedia a capacidade reivindicatória desses trabalhadores.

A Frente Negra representava, então, apesar dos seus contornos diminutos, um ambiente de troca de experiências, de reflexões a respeito das insatisfações e reivindicações coletivas; além disso “(...) expunha um componente, a questão racial²⁵, que embora aparentemente adormecida tocava fundo no contingente majoritário da classe trabalhadora (BACELAR, 1996, p. 81).

A proposta da Frente Negra Carioca, assim como a de Salvador e a de São Paulo, era a união da raça, com a crença de, através da educação e participação política, os negros poderiam se integrar de fato à sociedade brasileira. A agremiação da capital da República promoveu ações coletivas, envolveu-se nas questões da agenda nacional e dialogou com outros setores da sociedade, visando denunciar o “preconceito de cor” e discursar em favor da igualdade racial.

Parte da população negra foi atingida pelas reflexões e questionamentos que a FNB suscitava, o que fez gerar, na comunidade, certa conscientização dos problemas raciais. Contudo, assim como outros núcleos, a FNB do Distrito Federal não conseguiu a adesão dos intelectuais negros, tão pouco dos negros que possuíam certo prestígio social.

A agremiação carioca, assim como a paulista, apoiou o governo provisório de Getúlio Vargas, e seus líderes acreditavam nas novas perspectivas e oportunidades que o novo regime traria. A afinidade de ideias, a defesa do nacionalismo e o atendimento de algumas reivindicações feitas pelos dirigentes da FNB de São Paulo tornaram o apoio possível.

A FNB Carioca, através das palavras de Francisco Napoleão, discursou em favor da criação de um partido político próprio, no qual todos os brasileiros de “boa vontade e patriotismo” seriam aceitos, caso desejassem colaborar na obra de “redenção do negro da servidão da falsa democracia em que vivemos”. O negro deveria autodeterminar-se, utilizando os próprios esforços e energias na fundação de agremiações que auxiliariam na conquista dos seus direitos (DOMINGUES, 2018, p. 342).

A Frente Negra Pelotense, ao contrário das organizações anteriormente citadas, possuía um caráter mais sindical, mantendo alianças com organizações classistas. Os operários negros de Pelotas ocupavam a diretoria de várias entidades classistas, desenvolviam uma dupla militância, em associações de classe e raça, e atuavam em ambas as frentes, visando a melhores condições de vida.

²⁵ A questão racial era um tabu no período, e a sociedade sotero-politana possuía, em suas raízes, um sistema de valores e práticas pautados no mito da democracia racial.

A Frente de Pelotas utilizava o periódico *A Alvorada* para divulgar suas ideias e ações. Tal jornal teve uma das maiores longevidades da imprensa negra brasileira, circulando entre 1907 a 1965. Entre os temas principais da folha, assim como nos artigos do *A Voz da Raça*, a moralização e a ordenação social do negro eram apregoadas. O periódico tornou-se o porta-voz da entidade.

Diferentemente da FNB de São Paulo, que demonstrava claro apoio a Getúlio Vargas, a Frente Negra de Pelotas se colocava contrária à política varguista, pois eram vistos com maus olhos as ações de tutela governamental sobre os sindicatos e o controle que o governo procurava exercer sobre os trabalhadores e as associações classistas (GOMES, 2008). Reivindicar seus direitos e se integrar na sociedade, sem distinções ou privilégios de raça, eram os objetivos almejados, e, para conquistá-los, a educação e a valorização da identidade negra foram definidas como as armas para efetivar estas conquistas.

O perfil das associações evidencia que os núcleos foram criados com o mesmo objetivo, elevar o *status* do negro, tirá-lo da condição marginal, integrar a população negra à sociedade de fato. Compreendia-se a importância da instrução, a necessidade da formação e valorização das mulheres negras, mães das futuras gerações, ademais, havia uma ênfase no que se refere à formação da família negra, pilar do convívio social e da busca pela retidão moral. O desejo de auxiliar os seus associados através de caixas beneficentes, a busca por respeito e espaço no mercado de trabalho, a valorização da raça e da identidade negra, a necessidade de construir uma identidade negra positiva, mediante a exaltação da memória das personalidades negras e também através da valorização do homem negro comum, o trabalhador, também eram percepções e objetivos compartilhados.

Através dos estatutos, projetos idealizados e ações praticadas pelas agremiações denominadas Frente Negra Brasileira ou Frente Negra (com menção ao respectivo município ou estado aos quais pertenciam), evidenciam-se os vários pontos de aproximação ideológica. Na FNB do município de São Paulo, primeira entidade fundada e comando central do movimento, as delegações que respondiam diretamente a esta associação e os núcleos homônimos espalhados pelo país apresentavam preocupações compartilhadas, sendo a principal delas, eixo condutor das ações, a educação.

Um projeto voltado à participação política foi posto em prática, seja através da indicação de membros elegíveis, nomes a serem alçados ao poder ou da negociação e

apoio em relação ao governo estabelecido, a associação se atreveu a lograr sucesso. A ação política ocorreu de forma direta e indireta, vislumbavam eleger seus membros nas eleições, mas também se manifestavam através de comícios nas ruas, de denúncias nos jornais ou mesmo por meio de manifestações culturais. A integração da população negra era o objetivo último, e, para conquistar este intento, inúmeras estratégias foram articuladas.

Quanto à Frente Negra Brasileira de Minas Gerais, a historiografia seguiu em silêncio. O esforço que se empreende nas próximas seções vislumbra abrir caminhos, cruzar fronteiras, ampliar possibilidades, trazendo à luz do conhecimento as especificidades nos núcleos mineiros.

3 “O FLORESCENTE ESTADO DE MINAS GERAIS”: UMA ANÁLISE SOBRE A SEGUNDA MAIOR COMPOSIÇÃO FRENTENAGRINA DO PAÍS

Este capítulo utiliza, como fonte de análise principal, o jornal *A Voz da Raça*, periódico oficial do movimento frentenegrino, publicado em São Paulo entre março de 1933 e novembro de 1937²⁶. A folha foi um importante órgão de divulgação do projeto político-ideológico da FNB e expunha um discurso conservador, nacionalista e a luta contra o preconceito racial, clamando pela unidade da “raça brasileira”, vista como fruto da miscigenação entre portugueses, negros e indígenas²⁷.

Os artigos e informações publicadas expressavam a estratégia de conscientização e orientação da população negra, decisões e ações da direção, informações sobre os departamentos institucionais e as delegações associadas em outras regiões do país. Os discursos adotados visavam à valorização dos negros, reforçando a sua importância na construção da nação brasileira, enquanto membros constitutivos e defensores da unidade nacional, favoráveis à civilização, merecedores e herdeiros de um justo espaço na comunhão nacional.

Como as flores do campo somos nós os negros no Brasil cujas pétalas do passado vão caindo aos poucos e os frutos vão se fazendo ver quando esses frutos houverem serenados cairão sobre a terra de Santa Cruz fertilizando-a com boa seiva. O negro de hoje já tem a sua trajetória traçada para o progresso porque ele nunca foi refratário a civilização, pelo contrário adapta-se a ela, com a mesma facilidade com que se tem adaptado o branco e até com vantagem porque todo o seu melhoramento intelectual e artístico é o fruto de sua tenacidade própria [...] Nós os negros não queremos dominar, não queremos ser fascistas, queremos apenas o nosso direito e o nosso lugar na comunhão nacional, porque ter alguma coisa nominalmente não é ter de fato, ademais não somos estrangeiros [...] (*A Voz da Raça*, 06 maio. 1933, p. 2).

Informações relativas aos núcleos de Minas Gerais estão presentes em quase todas as edições do jornal. A análise minuciosa do *A Voz da Raça* tornou possível identificar

²⁶ Inicialmente o jornal funcionava na rua Conselheiro Botelho n.º 156, sendo instalado posteriormente na própria sede da FNB, rua da Liberdade n.º 196. Entre os principais redatores destacaram-se Pedro Paulo Barbosa, Raul Joviano do Amaral, Mário Campos, Antônio M. dos Santos, Rubens Costa e João de Souza (GOMES, 2005).

²⁷ O movimento frentenegrino surgiu junto ao cenário estadonovista, período em que o governo buscava o apoio e reconhecimento da população, a integração social e a unidade nacional, em razão da necessidade de promover a síntese da nacionalidade. Getúlio Vargas promoveu estratégias para a construção do “mito da democracia racial brasileira”, caracterizando o “povo brasileiro” como uma “raça de mestiços”, fruto do caldeamento de três “raças” e culturas, às quais eram atribuídas características morais, políticas e sociais dotadas de positividade. A FNB absorveu certos contornos dessa construção identitária, sinalizavam e denunciavam a permanência do “preconceito de cor”, mas ao mesmo tempo consideravam que a mestiçagem contribuiria para a integração social e para a diluição das diferenças (GONTIJO, 2003).

que o estado foi o segundo maior na composição de delegações filiadas. A presença constante de dados sobre os núcleos mineiros ilustrava o cotidiano dessas agremiações. Este capítulo dedica-se, também, à trajetória biográfica de Pio Damião, líder fundador e fiscal geral da FNB em Minas Gerais.

O crescimento e a expansão da FNB para outros municípios do estado de São Paulo e para outros estados do país ocorreram rapidamente. Em poucos meses, novas delegações foram surgindo, suas sedes físicas eram implantadas, e o grande conselho era nomeado. Este processo não tardou a atingir Minas Gerais, estado de grande importância econômica na conjuntura nacional dos anos 1930 e de proximidade fronteiriça com o estado paulista. Os municípios em que as delegações foram constituídas se situavam, em grande parte, no sul do estado de Minas Gerais.

3.1 “DE MINAS”: AS DELEGAÇÕES FRENTENEGRINAS DE MINAS GERAIS ATRAVÉS DO JORNAL *A VOZ DA RAÇA*

A Frente Negra Brasileira formou em Minas Gerais a segunda maior composição de delegações, ficando atrás apenas do estado de origem do movimento. Através do jornal *A Voz da Raça*, publicação oficial do movimento, editado na capital paulista a partir de março de 1933, observa-se o número crescente de notícias que dão conta da abertura de delegações frentenegrinas em cidades mineiras, oficialmente ligadas à sede central em São Paulo. Através do comando central mineiro, faz-se notar também uma ação mais socializante e popular entre as agremiações fundadas no estado.

As reflexões de Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2019) auxiliaram em possíveis considerações e condutas metodológicas a serem escolhidas ou preteridas no encaminhamento da pesquisa e na utilização dos arquivos do jornal *A Voz da Raça*, disponíveis através da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. O texto traz considerações sobre a importante reflexão que os historiadores precisam fazer e assumir, em relação à digitalização das fontes e aos impactos das ferramentas digitais no trabalho dos pesquisadores.

Para executar a pesquisa, entre as condutas metodológicas existentes, utilizou-se inicialmente a busca por palavras-chave no periódico *A Voz da Raça*, sendo tal método indispensável, visto que permitiu o mapeamento das cidades mineiras que possuíam delegações da FNB. Posteriormente, a leitura completa de todas as edições do periódico

foi efetuada, a fim de prevenir o risco de “fragmentar a relação com o documento histórico, pois a busca automática subtrai a compreensão acerca do contexto de aparição da própria palavra” (BRASIL; NASCIMENTO, 2019, p. 203).

Como conclusão das reflexões dos autores, constituiu-se um ensinamento teórico-metodológico: é possível “realizar a crítica heurística da fonte digitalizada, tanto quanto da fonte no suporte material anterior. Mas agora com novas características, elementos, possibilidades e limitações” (BRASIL; NASCIMENTO, 2019, p. 216).

A partir da análise do periódico, identifica-se o processo de inclusão de notícias relacionadas a delegações mineiras, à ampliação de agremiações filiadas no estado, a suas ações e desenvolvimento locais, às convergências no cumprimento dos estatutos associativos, entre outros aspectos (Figura 1).

As informações eram enviadas através de correspondentes autorizados de cada delegação, os quais eram incentivados pelo comando paulista a divulgar os acontecimentos relevantes das delegações. O jornal, enquanto fonte de análise, permite ao historiador trabalhar com aquilo que foi selecionado para ser noticiado.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas (LUCA, 2018, p. 140).

O Jornal *A Voz da Raça* surgiu por iniciativa das lideranças da FNB, através do departamento de imprensa da agremiação. Constituiu-se como meio de divulgação de posicionamentos e ações da FNB. A publicação convidava a população negra a se juntar às “fileiras fretenegrinas” e lutar em busca de melhores condições de vida e efetividade dos direitos civis e políticos, por meio do processo de instrução, através da alfabetização e aquisição de conhecimento, respeitando a ordem estabelecida, com base no civismo e na defesa da nação brasileira.

A imprensa negra foi extremamente ativa durante a Primeira República e nos anos 1930, com diversos jornais sendo publicados por negros e elaborados para tratar das questões vivenciadas por estes. Ligados ou não a agremiações negras, os impressos eram uma alternativa de transmissão de informações que não podiam ser obtidas através dos jornais de grande circulação.

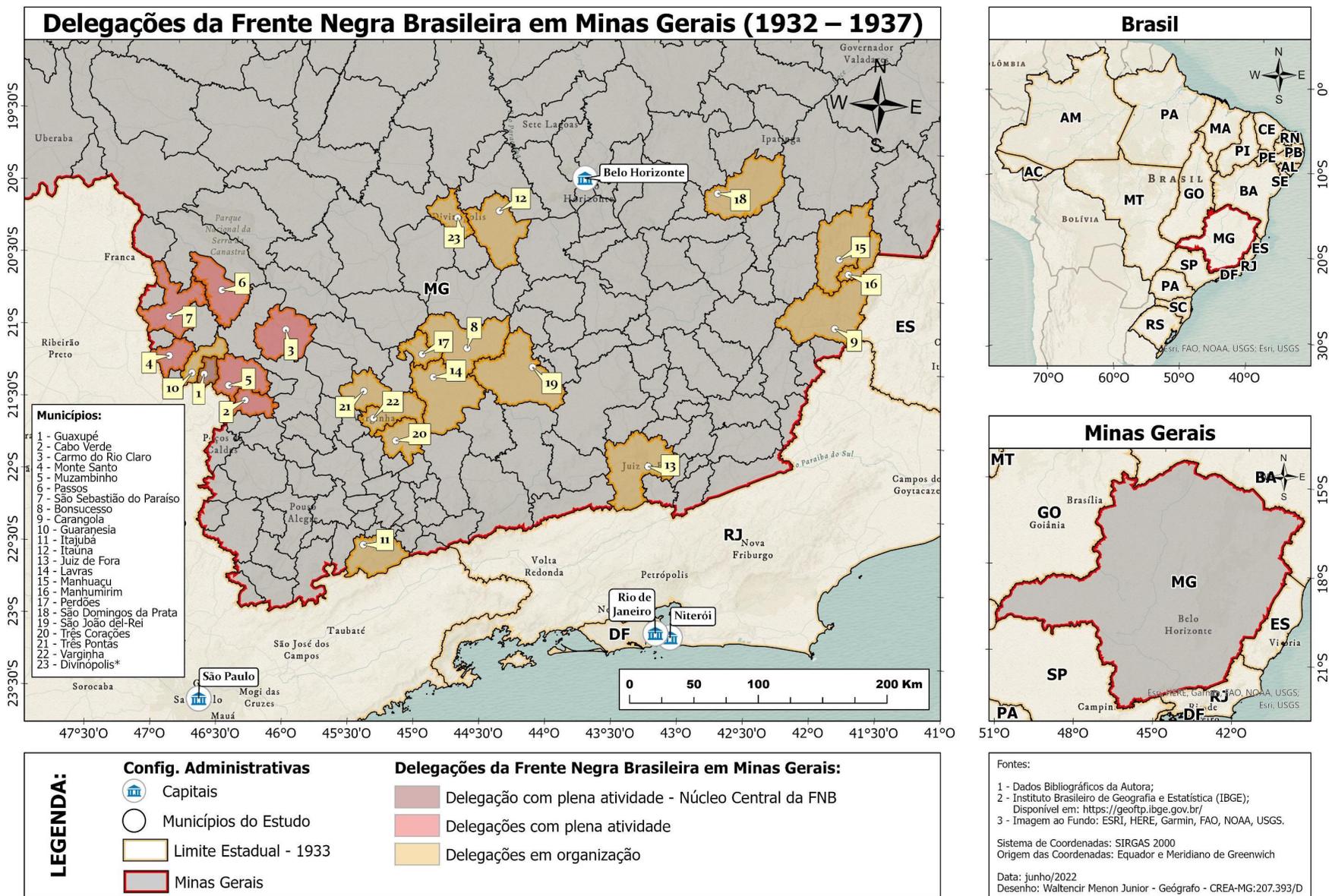


Figura 1: Mapa das Delegações com base no jornal *A Voz da Raça*.

Em São Paulo, o primeiro jornal da imprensa negra foi o *A Pátria* de 1899, com o subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Posteriormente surgiram: *O Combate* (1912); *O Menelick* (1915); *O Bandeirante* (1918); *A Liberdade* (1918); e *A Sentinela* (1920)²⁸. Algumas folhas do município de Campinas também merecem destaque: *O Baluarte* (1903); e *O Getulino* (1923).

O Clarim d'Alvorada (1924), como já foi destacado, teve papel fundamental no processo de idealização e fundação da FNB. De acordo com Domingues (2007), contabiliza-se a existência de pelos menos 31 jornais negros circulando em São Paulo, até 1930. No que diz respeito a Minas Gerais, destaca-se o jornal *A Raça* (1935), do município de Uberlândia, ligado à agremiação Legião Negra, de 1934.

A primeira edição do *A Voz da Raça* foi lançada em 18 março de 1933, e a última, em novembro de 1937. A tiragem variava de 1000 a 5000 exemplares, com uma média de 4 páginas por edição. Vendido nos eventos ligados à FNB e a outras agremiações negras, o impresso, de acordo com a própria folha, também podia ser encontrado nos principais pontos de vendas de jornais de São Paulo (OLIVEIRA, 2008).

O lema presente na capa do jornal, a saber, *Deus, Pátria, Raça e Família*, sinalizava a vitória de Veiga dos Santos no processo de fundação da agremiação. O cabeçalho estampava os dizeres *O preconceito de cor, no Brasil, só nós, os negros, o podemos sentir*, de Isaltino Veiga dos Santos, frase que dava o tom na luta contra o preconceito racial.

Idealizado como um semanário, o jornal era lançado todos os sábados. Tinha como redator o fretenegrino Deocleciano Nascimento; o secretário, Pedro Paulo de Barbosa; e o gerente do jornal, A. de Campos. Após quase um ano de existência com edições semanais, tornou-se um quinzenário em razão das dificuldades econômicas, em 1934. Em 1935, publicou apenas 6 números, o que demonstrou que a estabilidade da folha estava comprometida. Durante os anos de 1936 e 1937, as tiragens passaram a ser mensais.

Os jornais, de um modo geral, possuem diferentes autores e escritores, todavia constituem-se em uma instituição ou departamento hierarquizado e com certa

²⁸ De acordo com Gomes, São Paulo supera o Rio Grande do Sul quando se trata da quantidade de jornais negros, todavia, no que diz respeito ao pioneirismo, o Sul destacar-se-ia. O primeiro jornal negro em Porto Alegre, *O Exemplo*, data de 1892, enquanto um dos primeiros jornais paulistas, *O Menelik*, data de 1915; além disso evidencia-se, também, a longevidade dos jornais negros gaúchos. O autor pontua que isso “(...) demonstra um problema e ser investigado, já que, por um longo período histórico, São Paulo foi considerado o estado pioneiro no que diz respeito a ‘imprensa negra’” (GOMES, 2008, p. 63).

homogeneidade ideológica. Ao analisar especificamente do *A Voz da Raça*, faz-se necessário compreendê-lo como um órgão do departamento de imprensa da FNB. O editor principal, Deocleciano Nascimento, foi um dos fundadores da agremiação, e o poder de planejamento e escolha do material a ser publicado passava pelas suas mãos. Editores, normalmente, são profissionais de confiança dos proprietários ou financiadores das folhas, no caso da FNB, do presidente e seus conselheiros. A escolha de seus nomes para ocupar estes cargos está ligada a esta confiança e ao alinhamento ideológico existente (MARTINS, 2018).

O primeiro número do *A Voz da Raça*, publicado no sábado dia 18 de março de 1933, anunciava que o jornal surgia quando era necessário tornar públicos os interesses e comunhão de ideias da raça, pois os outros jornais veteranos, por desgosto político, vinham deixando de publicar notícias relacionadas a esse movimento crescente de união dos negros e à existência de ações realizadas pela Frente Negra Brasileira. O artigo ainda salienta:

[...], porém isso não tem importância; diz o ditado que “a dor ensina a gemer!...” e se não fosse a dor... este jornal não surgiria e nos continuaríamos marcando passo e sendo alvo da continua atitude dos diários paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o seu assunto vise a moral e a união política do negro. O seu programa, na parte principal é desprezar as polemicas em geral e trabalhar com afinco, denodo e coragem dentro da concórdia e da moral (*A Voz da Raça*, 18 mar. 1933, p. 1).

A matéria que estampa a primeira edição deixa claro o papel que o jornal pretendia ocupar; nesse sentido, torna-se relevante pensar a inserção histórica da folha, enquanto força ativa na vida dos associados fretenegrinos e demais leitores, como componente do processo histórico, dos modos de vida, perspectivas e consciência social (DARTON, 1990). O *A Voz da Raça* precisa ser compreendido através do seu campo de articulação social, sendo que os jornais ocupam sempre um espaço de privilégio, a partir do qual procuram mobilizar a opinião pública, tecer alianças, enfrentar as disputas e constituir identidades (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

A primeira notícia sobre Minas Gerais no periódico diz respeito à formação dessas alianças no próprio meio jornalístico, expondo a nota de um jornal de Uberaba que informava acerca da organização da FNB, na cidade de São Paulo. A matéria relembra os “vultos notáveis” da raça, homens que ousaram reivindicar e lutar pela liberdade; contudo, a agremiação, que vinha se consolidando em terras paulistas, desejava mais, buscava “a integralização do homem de cor na vida nacional”.

Os homens de cor em S. Paulo reuniram-se no salão das Classes Laboriosas para organização de uma frente única, que deverá tratar dos problemas que dizem respeito à raça negra. O assunto conseguiu despertar interesse e reunir naquela assembleia muitos homens de cor (*A Voz da Raça*, 18 mar. 1933, p. 2).

Em 8 de abril do mesmo ano, o *A Voz da Raça* repercutia um comunicado da *Gazeta de Jacutinga*, da cidade com o mesmo nome. O informe tratava do recebimento do primeiro número do semanário paulista, descrito como órgão oficial da FNB, “porta voz das aspirações e direitos da gente negra o nosso novo colega se destina a colaborar eficazmente na concórdia e moral do povo brasileiro em cuja formação entrou com elementos de incontestável valor”. A *Gazeta* desejava “ininterrupta existência de triunfos e vitórias” à nova folha, pois esta repercutia o “alevantado programa” da FNB com seus “princípios e idéias”.

Na edição de 05 de 15 de abril de 1933, seção *Pela Imprensa*, o semanário transcreve, do jornal *Libello do Povo*, de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, a repercussão que a folha fazia em relação ao recebimento da edição 02 do *A Voz da Raça*. A gazeta mineira elogiava a redação do novo jornal paulista, observando a sua postura enquanto “defensor intrépido dos princípios e direitos da raça negra”.

Durante toda a sua existência, o departamento de imprensa da FNB recebeu jornais de várias regiões do país, e o acesso às folhas mineiras era sempre noticiado. Na edição 05, consta o recebimento do *Libello do Povo*, de São Sebastião do Paraíso, e uma edição do *Gazeta de Jacutinga*, de Jacutinga. Na edição 06, do dia 22 de abril de 1933, além de receber novamente edições das folhas supracitadas, o semanário também menciona o recebimento de uma edição da *Gazeta de Uberaba*.

O intercâmbio de jornais e informações pouco a pouco se torna constante e abarca outros impressos. Esse processo fornece indícios a respeito da tomada de conhecimento entre os mineiros sobre a fundação, o amadurecimento e a importância que a FNB vinha adquirindo em São Paulo.

A expansão das delegações da FNB repercute na edição 07 de 29 de abril de 1933. A folha inclui uma matéria ampla, detalhando a troca de direção da delegação fretenegrina em Sorocaba e informa sobre a fundação da delegação de Guaxupé, a primeira filiada no estado de Minas Gerais.

As informações sobre a criação da FNB em Guaxupé estão inseridas com destaque na segunda página do *A Voz da Raça*. De acordo com Luca (2018), a posição em que as matérias figuram diz muito sobre a importância que os redatores dão aos acontecimentos.

Enquanto periódico de ressonância das ações fretenegrinas, o jornal ia ao encontro dos objetivos e estatutos da entidade, entre estes o principal, a “elevação moral” dos negros. Visando promover um amplo processo de reeducação e consolidação da autoestima dos associados, a FNB procurava exaltar a si mesma, maximizando os seus valores e a trajetória que vinha cumprindo.

Para tanto nada poderia ser mais eficiente do que evidenciar o crescimento da agremiação a partir da abertura de novas delegações em outros estados brasileiros. Oliveira foi assertiva ao identificar esta estratégia de exaltação da agremiação através do periódico:

Cada visita ilustre recebida na sede (como por exemplo, a visita do Chefe de Polícia do Estado, Bento Borges da Fonseca e de sua esposa, em março de 1933 e a do deputado Café Filho, em 1937), cada artigo publicado por um associado, cada vez que um jornal publicava um artigo referindo-se à Frente, enfim, tudo que pudesse demonstrar a importância e o reconhecimento público da entidade, transcendendo o meio negro, era registrado e divulgado amplamente. Para obter participação era preciso mostrar eficiência, resultados concretos, caso contrário ninguém iria se envolver e se engajar verdadeiramente, essa era a lógica da Frente (OLIVEIRA, 2008, p. 31).

A matéria com o título *De' Guaxupé* tem anexada uma cópia da *Ata de Fundação* da delegação da FNB de Guaxupé, incluindo a tomada de posse dos conselheiros. O acontecimento sucedeu-se no dia 18 de março de 1933, na Avenida Paulo Carneiro, número 136. A Reunião de fundação e tomada de posse realizou-se com a presença do delegado geral do estado, Pio Damião, indicado pelo presidente geral da FNB, Arlindo Veiga dos Santos.

Com a sessão aberta, Pio Damião expôs o programa e as finalidades da associação, invocando os conselheiros a empregarem “[...] numa só força de ação e de trabalho, os melhores esforços nessa “cruzada” que se empreende em favor da raça negra, até então desprezada e tolhida dos legítimos direitos” (*A Voz da Raça*, 29 abr.1933, p. 2).

O delegado discorreu sobre a necessidade de uma “unificação salutar” entre os negros de Guaxupé, a fim de que a FNB possa assisti-los e ampará-los, pois o êxito da agremiação guaxupeana só poderia ser fruto da boa vontade e tenacidade de cada um de seus membros e irmãos de raça; assim, em breve, seus associados poderiam visualizar a conquista dos ideais que os animavam.

A seguir o Snr. Delegado declarou empossados Conselheiros, os senhores. José de Sá, João Candido dos Santos, João Estevam da Silva, José Tobias Belo, José Dias dos Santos Amaro de Oliveira, José Severino Nogueira, José Francisco, Lourenço Teodoro, Luiz Gonzaga do Sacramento, Manoel Filipe, José de Souza, Joaquim Manoel de Oliveira, Benedito de Souza, José Ormino Tavares, Avelino Brandão, Horácio Geraldo da Silva, José Henrique Costa, e Teófilo Pereira de Castro; escolhendo para 1º secretário, o Snr. José de Sé, 2º secretário, o Snr. João Candido dos Santos, 1º tesoureiro, o Snr. João Estevam da Silva, 2º tesoureiro, o Snr. José Tobias Belo (*A Voz da Raça*, 29 abr. 1933, p. 2).

Após o encerramento da sessão, a ata de fundação foi lavrada com a assinatura do delegado, Pio Damião, do segundo secretário, João Candido dos Santos e de todos os membros do conselho nomeado. O documento, transcrito no semanário, conta com uma lista com a assinatura dos 72 sócios inscritos na delegação da Frente Negra em Guaxupé, cujo registro incluiu inscrições realizadas até o dia 19 de abril de 1933.

O número de associados é bastante relevante, por se tratar de uma agremiação criada em uma cidade do interior de Minas Gerais. Entre os nomes, há um destaque para familiares de Pio Damião, como a esposa, Jeronima Damião e as sobrinhas do delegado mineiro, Sebastiana Damião de Souza²⁹ e Rosália Damião.

João Candido dos Santos, segundo secretário da FNB guaxupeana, publicou um artigo de opinião no *A Voz da Raça*, na data da publicação da ata de fundação da delegação mineira. Denominado *Aos Irmãos Negros*, o texto expressa a necessidade de todos os negros se unirem em prol de uma “causa sagrada”, uma “união que enobrecerá os corações e vivificará os espíritos desejosos de fazerem o bem”.

Para João Candido, era necessário que todos os negros se alistassem “[...] de baixo desta gloriosa bandeira [...]”, que todos combinassem suas energias em favor de todos os irmãos negros, que, até o momento, viam-se impedidos de exercer seus legítimos direitos. Se, contudo, tais propósitos falhassem e suas expectativas e esforços fossem em vão, restaria a certeza de que cumpriram o dever de brasileiros e herdeiros do sangue africano.

A Frente Negra lançou a sua bandeira de glória, de norte a sul, de leste a oeste. O seu clarim de reunir, retumbou sonoro por todo o solo pátrio, conclamando os seus lídimos representantes, a se unirem, e assim unidos, chamariam os irmãos desviados a suave comunhão da gente negra brasileira. Temos, pois, o imprescindível dever de transmitir a todos esta nova luz, que há bem pouco surgiu e que fará risonho o nosso porvir. A força de esforços, de dissabores e

²⁹ Suely dos Santos, sobrinha-neta de Pio Damião, declarou que o nome correto da sua mãe, sobrinha de Pio Damião, era Sebastiana Damião dos Santos e não Sebastiana Damião de Souza, como consta na listagem do jornal. A diferença ou mudança pode ter ocorrido devido a erro de digitação no jornal. SANTOS, Suely. Diálogo com a sobrinha neta de Pio Damião - Delegado Geral da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais. Tais Daiele Alves, out. 2020.

sofrimentos, meneando as armas pacíficas da pena e da palavra, afim de unidos e coesos, cantarmos vibrantes hosanas a Frente Negra Brasileira. Aqui fica gravado com imenso entusiasmo, o meu caloroso apelo, á vós patrícios meus! Alistai-vos debaixo do pendão sagrado da Frente Negra. Uni-vos pelos saudosos manes dos nossos antepassados. Colaborai com os dirigentes desta admirável agremiação que visa única e exclusivamente, o bem do negro brasileiro (*A Voz da Raça*, 29 abr. 1933, p. 2).

O artigo contém um teor de chamamento e é bastante persuasivo, escrito pelo segundo secretário da agremiação nascente em 23 de abril de 1933. Expressa a fé e a convicção do militante na importância que a associação poderia ter no sentido de unir a população negra, na sua capacidade de transformar a realidade deste grupo, que se via excluído e marginalizado, sendo pouco valorizado na sociedade guaxupeana.

Em maio de 1933, Isaltino Veiga dos Santos refletiu, no texto *Liberdade Utópica*, a situação de “liberdade mentirosa, esfacelada e vergonhosa” à qual o negro era submetido, declarando: “E a raça foi liberta em 13 de Maio de 88, e nós os Negros, dentro do Brasil que é nosso, e que foi construído com o nosso sangue, continuamos escravos [...]”. O sentimento de exclusão e falta de reconhecimento social “da raça” eram declarados frequentemente, sendo tais percepções e conclusões comuns entre os colaboradores da folha.

Na mesma edição, na seção *Pela Imprensa*, a publicação divulgou atualizações sobre o recebimento de jornais de outras cidades e estados, com o título *Relatório necessário*. O redator demonstrou satisfação ao declarar que, com apenas dois meses de existência, a folha já se irradiava com eficiência, estabelecendo trocas com “jornais amigos”. A crescente presença dos jornais mineiros entre as tiragens recebidas é perceptível: *A Tarde*, de Laranjal, *Libelo do Povo*, de São Sebastião do Paraíso, *A Gazeta de Jacutinga* e *A Gazeta de Uberaba*.

Em 20 de maio, o *A Voz da Raça* publicou um convite vindo de Guaxupé, relacionado às comemorações do 13 de maio na FNB da cidade. Ainda na mesma edição, consta a visita de “cordialidade” feita pelo delegado especial de Minas Gerais, Pio Damião, a sede central em São Paulo.

Posteriormente, a delegação de Guaxupé passou a enviar ao semanário números do *Correio Sul Mineiro*, editado na cidade. O processo de aproximação entre a agremiação guaxupeana e comando central paulista tornou-se ainda mais claro, quando o periódico passa a registrar e parabenizar os aniversariantes fretenegrinos de Minas.

A troca de correspondências, a requisição de ações e a resolução de questões são observáveis através da seção *Caixa Postal d’A Voz da Raça*; em uma delas, Isaltino V.

dos Santos, secretário geral do comando central, dirigiu-se ao delegado especial do estado mineiro:

Conforme nossa conversa, quando aqui estive o amigo, cumpre-me informar de que tratarei do caso dentro de alguns dias, não fiz antes por falta exclusiva de tempo, no mesmo sentido, recebi a semana p. p. carta do seu digno auxiliar João dos Santos. Do amigo as ordens (*A Voz da Raça*, 01 jul. 1933, p. 2).

Não era incomum a folha reproduzir artigos e notícias de outros periódicos; quando os redatores compactuavam com os posicionamentos desses outros impressos, chegavam a reproduzi-los por completo. Um texto publicado em um jornal de Varginha, cidade mineira, foi incluído em uma das edições do *A Voz da Raça*, com o título *Igualdade*, e problematizava a situação social dos negros, esclarecendo que a inferioridade dos mesmos estava simplesmente no seu pouco desenvolvimento intelectual, sendo uma barreira de fácil transposição, diante dos esforços poderosos que a FNB vinha praticando em favor de seus membros³⁰.

O artigo afirmava que, para a rápida execução das propostas, era necessário que a população negra se esforçasse sem se abater, aplicando-se nos estudos. Os brancos também precisavam compreender, inclusive aquele que escrevia, que a noção de superioridade branca se constituía apenas como uma pretensão desprezável.

Novas delegações foram fundadas no estado de Minas em agosto e setembro de 1933. A edição número 20 do periódico comunica a abertura de mais cinco associações filiadas no sul de Minas Gerais, nas cidades de Muzambinho, Guaranésia, Monte Santo, São Sebastião do Paraíso e Passos.

Em 30 de setembro, noticiaram-se as comemorações em decorrência do aniversário do delegado especial em Guaxupé, Pio Damião. A festividade, realizada no dia 23, foi preparada pelas “senhoras da delegação”, uma comemoração íntima, com homenagens e recitação de cantos e discursos. João Candido, segundo secretário, falou em nome do delegado, agradecendo as homenagens. Estiveram presentes, além dos sócios fretenegrinos, o delegado regional de polícia da cidade, o Tenente Coronel Sertório Leão, as professoras do grupo escolar local, entre outros convidados.

As informações contidas no *A Voz da Raça* indicam certo protagonismo de João Candido dos Santos, além do segundo secretário em Guaxupé e secretário geral em Minas

³⁰ Em agosto de 1933, o jornal se tornou quinzenal, e os editores esclareceram que as dificuldades financeiras com as quais lidavam eram comuns à boa parte da imprensa do país. Diante da situação, a entidade se via obrigada a passar o jornal de formato semanal para o formato quinzenal.

Gerais. O líder ocupou a função de correspondente oficial com a folha, tornando-se um porta-voz ideológico do movimento mineiro na publicação. No texto *Uma campanha justa*, o fretenegrino defendeu a necessidade de se criar um fundo para a compra da sede própria do comando paulista.

De acordo com Santos, o negro foi o fator máximo para a construção material do Brasil, tanto na sua formação histórica quanto na sua estrutura racial. Diante do exposto, seria essencial que os associados fretenegrinos se unissem com o intuito de conquistar a sede própria, o que ocasionaria maior conforto e menores preocupações financeiras.

Depois de meditarmos um pouco sobre o nosso passado, desde o Brasil Colônia ao Brasil Republica, nós os negros, devemos congraçar em torno do nosso chefe e, contribuirmos com as nossas forças, ombreando-nos com aqueles que lançaram a ideia de adquirir em São Paulo, o prédio próprio para Sede Central da Frente Negra Brasileira e sucessivamente construir um Hospital, para minorar as infelicidades que afligem os nossos patrícios negros (*A Voz da Raça*, 28 out. 1933, p. 4).

O segundo secretário mineiro ponderou sobre a importância de adquirir a sede própria, pois diminuiria as despesas da agremiação com a economia do aluguel. Além disso, as lideranças poderiam pensar na compra, com base na necessidade de diversas dependências, para alocar os muitos departamentos existentes, uma vez que os que estavam instalados na sede do período pareciam insuficientes.

As considerações de João Candido demonstram um significativo conhecimento em relação às dependências físicas e necessidades crescentes do comando central da FNB; ademais, estas percepções solidificam a interlocução entre a delegação mineira e a sede paulista.

Um ponto que merece destaque entre os estatutos e programas propostos pela FNB, e que estava entre as preocupações em relação a um espaço físico mais eficiente, diz respeito às iniciativas voltadas para a instrução de seus associados. A agremiação desenvolveu uma importante iniciativa educacional com a criação de escolas que seguiam certa estrutura pedagógica, funcionavam na sede das entidades e constituíam um dos principais departamentos da mesma.

Inicialmente as aulas eram noturnas, com turmas mistas para crianças, jovens e adultos, visando atender ao maior número de fretenegrinos e pessoas externas, que desejavam se alfabetizar. A noção de educação compreendida pela FNB era ampla, abarcava tanto o ensino pedagógico quanto a construção cultural dos indivíduos. O

conceito de educação era usado com muita constância em ambos os sentidos; já a palavra instrução tinha o sentido de alfabetização ou escolarização.

A educação era vista muitas vezes como a principal arma na “cruzada” contra o “preconceito de cor”. Os negros deviam estudar, afirmava José Bueno Feliciano, “a fim de não serem insultados a cada momento. Instruídos e educados seremos respeitados; far-nos-emos respeitar” (A Voz da Raça, 24 jun. 1933, p. 4). Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo. (DOMINGUES, 2008, p. 522–523).

As atividades mineiras, nesse sentido, iam ao encontro dos estatutos propostos pelo comando paulista, e a implantação das proposições de elevação da população negra seguia progressivamente. Em dezembro de 1933, publicou-se o encerramento das aulas e atividades escolares da FNB em Guaxupé. Além do término do curso de alfabetização, realizou-se uma exposição de trabalhos manuais de diversas alunas, incluindo um concurso com votação e entrega de prêmios.

A professora Leonor Leão foi homenageada pelas alunas na solenidade, e seu retrato foi fixado na sala de estudos da sede. Outrossim, Pio Damião e a professora Maria Martins Machado também foram celebrados. No dia seguinte, seguiu-se um programa de variedades que contava com declamações, apresentações teatrais, discursos em favor do dever para com a pátria, muitas homenagens às lideranças fretenegrinas e aos professores envolvidos no processo educacional da Frente, finalizando as solenidades com um baile dançante.

Ao final da publicação com a descrição dos eventos, a folha declara: “A Voz da Raça, embora não estivesse presente, mas como órgão oficial da Frente Negra Brasileira, hipoteca os seus aplausos à Delegação de Guaxupé, pelo notável feito acima demonstrado” (*Voz da Raça*, 09 dez. 1933, p. 3).

O núcleo fretenegrino de Muzambinho também foi reconhecido por sua excepcional ação educativa, e sua “escola primária” foi certificada oficialmente e municipalizada em 1937. A solenidade foi requintada, contando com a presença do prefeito do município José Januário de Magalhães, Jacomino Inacarato, representante do Inspetor Escolar Ismael Coimbra, e os líderes Raimundo Macedo Filho e João Cândido dos Santos, representantes da sede central de Minas. A escola foi oficializada como Escola Noturna Municipal da FNB, repercutindo na folha oficial, em setembro de 1937 (DOMINGUES, 2008).

Com o passar dos meses e com a abertura de novas delegações, as relações entre estas e a sede paulista se tornavam mais explícitas nas publicações. Havia a troca de correspondências entre membros da FNB mineira e o impresso. Na edição de 9 de dezembro de 1933, José Evaristo da Silva, residente em Muzambinho, teve sua correspondência respondida nos *Comunicados*; o mesmo enviou um número do *Tribuna Operária* ao jornal, e a folha agradeceu o mesmo por sua “grande atividade”. A resposta demonstrou que as relações entre fretenegrinos e a sede central não estavam mais restritas aos correspondentes oficiais.

A Delegação de Passos, em Minas Gerais, também participou ativamente de ações e projetos desenvolvidos pela sede paulista, em 23 de dezembro de 1933. Noticiava-se o recebimento de 20\$000, correspondente à porcentagem das contribuições sociais da associação.

Na edição de encerramento do seu primeiro ano de existência, o *A Voz da Raça* incluiu uma matéria com o artigo 1º dos seus *Estatutos de Fundação*, com a narrativa das profundas intenções na criação da agremiação na cidade de São Paulo, visando irradiar por todo o Brasil, com base na união política e social da “Gente Negra Nacional”, em busca da afirmação dos seus direitos históricos, em razão da sua atividade material e moral no passado, reivindicando seus direitos políticos na “Comunhão Brasileira”.

O irradiar que a FNB almejava já podia ser observado em Pelotas, Rio Grande do Sul, em Salvador, Bahia, no Rio de Janeiro, capital republicana, e em “[...] diversas localidades do florescente estado de Minas Gerais” (*Voz da Raça*, 23 dez. 1933, p. 3). As matérias das páginas dois e três da edição buscavam ratificar esse processo de crescimento, repercutindo a fundação de novos núcleos fretenegrinos.

Ao realizar um balanço das informações contidas no primeiro ano do jornal, é possível destacar o número elevado de menções, notícias e artigos ligados a Minas Gerais. O jornal possui 28 edições no ano de 1933, entre elas, a edição 23 não foi preservada. Portanto utilizaram-se, como base para análise, 27 edições, destas, 18 trazem notícias referentes a Minas Gerais e suas delegações. Muitas publicações apresentam mais de uma menção ao estado, totalizando 25 referências.

O levantamento revela a interlocução entre as delegações mineiras e o comando central paulista. A análise permite, também, refletir sobre as motivações que levavam os redatores a dar ampla publicidade aos acontecimentos que vinham das associações do

estado e o posicionamento de folhas mineiras frente ao desenvolvimento da FNB (LUCA, 2018).

Os destaques conferidos aos acontecimentos de Minas Gerais reforçam a anuência que as agremiações recebiam da sede paulista. O progresso das delegações mineiras e as ações cotidianas desenvolviam-se alinhadas a orientações provenientes dos estatutos do comando em São Paulo.

Em relação à questão educacional, instrução e cultural, ambos se constituíam nos pilares do projeto fretenegrino, pois, somente adquirindo este saber, os negros iriam alcançar os legítimos direitos no campo social, político e econômico. A escola era considerada o caminho indispensável à integração igualitária dos negros na sociedade nacional, superando, assim, os seus maiores obstáculos, o preconceito e a discriminação. (MALATIAN, 2015).

O departamento intelectual do comando central, dirigido por Arlindo Veiga dos Santos, organizava palestras ministradas por membros da FNB e convidados externos. As famosas domingueiras, reuniões que ocorriam nas tardes de domingo, contavam com declamação de poesias, apresentação de peças teatrais e bandas musicais, denominadas regionais. “De tal modo o associado era envolvido pelas atividades que muitos frequentavam a sede diariamente, após o trabalho, e não apenas aos domingos. Desenvolvia-se assim mediante esse lócus de sociabilidade a construção de elos identitários” (MALATIAN, 2017, p. 13).

As Frentes mineiras também organizavam eventos, o primeiro número de janeiro de 1934, noticiou o *Festival Litero-Dramatico* ocorrido na delegação de Muzambinho. O evento foi realizado em 23 de dezembro, promovendo a apresentação teatral: “Salteadores de Serra Alta”. Sobre a apresentação, o correspondente muzambinhense emitiu a seguinte impressão: “Aos estreantes na arte esquiliana os nossos sinceros parabéns pois, são dignos dos mais elevados encômios, porque, todos desempenharam com perfeição e a contento geral os seus papéis, não se notando falhas em nenhum d’eles” (*Voz da Raça*, 06 jan. 1934, p. 2). Ao evento compareceram “diversas pessoas de destaque social em Muzambinho”, entre elas, o prefeito do município, José Januário Magalhães e Petronila Inacaratto Bueno, diretora do Grupo Escolar, além de uma caravana de fretenegrinos, oriunda do comando geral mineiro, em Guaxupé.

Candido dos Santos, correspondente do *A Voz da Raça* em Guaxupé, demonstrou facilidade considerável ao se comunicar e escrever em nome da FNB de Minas Gerais.

Ao longo do ano de 1934, o secretário publicou quatro textos na folha oficial. Nestes, Santos se posicionava sobre a importância e os benefícios que a Frente mineira proporcionou aos seus associados no ano que findou e sobre os novos desafios que surgiam com a chegada de 1934.

No meio negro, este gaudío deve ter um caráter especial, porquanto, vimos passar com magno prazer, mais um ano, que pelos benefícios que a F.N.B. vem distribuindo á mancheias neste recanto sul mineiro e em partes do torrão nacional, pois, ela, com a sua larga visão de bem contribuir para o engrandecimento da raça, transpõe mais um ano de vida, talvez, mesclado de alegrias e sacrifícios, porém ao iniciarmos o ano de 1934, desejamos que espinhos se transformem em perenes venturas mil, afim de que ela possa prosseguir sua marcha vitoriosa e com altivez de todos os seus componentes, que não medem sacrifícios em demanda dos fins colimados (*A Voz da Raça*, 06 jan. 1934, p. 4).

O segundo texto refere-se ao aniversário do *órgão oficial da F. N. Brasileira*, o *Jornal A Voz da Raça*. Para João Cândido, era mais que justo que os trabalhadores da imprensa se dedicassem a escrever algumas linhas em homenagem a este “valoroso baluarte” que vinha empregando suas energias e não media esforços e sacríficos para “[...] aclarar muitas inteligências que viviam na completa obscuridade dos problemas de sua raça; levando aos recantos mais humildes do Brasil os clamores de uma raça em delírio e, chamando os seus filhos para vanguarda da bandeira salvadora [...]”, a bandeira fretenegrina (*A Voz da Raça*, 17 mar. 1934, p. 7).

Segundo Santos, o jornal constituiu-se em uma via de propagação dos ideais negros, princípios estes que seriam a salvação do Brasil uno e coeso, e seguiu declarando:

Solenizando esta efeméride não poderíamos deixar de consignar nesta modesta notícia, aos nossos encômios, aos valorosos patrícios que idearam a fundação deste brilhante quinzenário, que com suas penas, veem galhardamente desempenhando a árdua tarefa de pioneiros invictos na defesa dos interesses da raça negra, o conagraçamento de todas as agremiações negras, cabendo a liderança a Frente Negra Brasileira, que representa no momento crítico que atravessamos, a expressão dos anseios reivindicadores, na pessoa do seu digno Presidente Geral, Dr. Arlindo Veiga dos Santos, inteligência viva e profundo conhecedor dos problemas do negro nacional (*A Voz da Raça*, 17 mar. 1934, p. 7).

O secretário mineiro não se posicionou somente em ocasiões comemorativas, expressou também a sua indignação quando identificou posições problemáticas entre alguns “irmãos da raça” que, de acordo com ele, pareciam desejar o “retorno da escravidão”. De acordo com Santos, os irmãos de raça que desejam o retorno ao cativo talvez tinham se esquecido do amigo inseparável do feitor, o pirahy, a chibata, arma utilizada pelos feitores para comandar centenas e centenas de negros.

Para João Cândido, era essencial combater esse “saudosismo”, esse transe sob o qual alguns irmãos negros ainda viviam, “desejam esses o cativo, para viverem à vontade, não pensando se não nos três pês: Pão. Pão e pau para cordar a obra [...]” (*A Voz da Raça*, 14 abril. 1934, p. 1). E segue concluindo que muitos negros desejavam a escravidão em consequência da ignorância que “pompeia no meio negro brasileiro”; para estes o servilismo seria a única taboia de salvação em consequência da desordem profunda em que se achava a raça negra brasileira. Todavia era necessário combater a insensatez e ingenuidade desta minoria de negros que estão acostumados a ser orientados por elementos que desconhecem os sofrimentos dos negros.

Combateremos estes pobres de espírito, como os chama o Mestre nos seus sagrados evangelhos, por meio de agremiações, e fundando nas mesmas escolas, afim de incentivar neles a noção da verdadeira civilização e assim sendo, tornarão eles aptos para conviverem no meio civilizado, evitaremos de vez para sempre a absurda ideia do advento do famigerado cativo (*A Voz da Raça*, 14 abril. 1934, p. 1).

O discurso do líder mineiro com relação ao papel da educação, enquanto caminho civilizatório e de levantamento, vai ao encontro das convicções ideológicas da FNB. A percepção de que alguns negros apoiavam um retorno à escravidão deve-se, na verdade, às dificuldades que muitos negros enfrentavam para dar condições dignas de vida a suas famílias, conquistar empregos que os mantivessem minimamente e adquirir autonomia na condução das próprias existências.

Santos escreveu também sobre a importância de se erguer monumentos em homenagem à Princesa Isabel a fim de perpetuar o seu feito. O texto também foi publicado no *A Voz da Raça* em referência ao monumento que estava sendo erguido em Juiz de Fora, Minas Gerais.

João Cândido declarava a necessidade de não deixar essas obras notáveis no esquecimento. De acordo com ele, um gesto nobre como este nunca tinha ocorrido, uma iniciativa ilustre da “população laboriosa de Juiz de Fora”, que inauguraria o monumento em 13 de maio próximo. E seguiu reforçando: “A memória da Princesa Redentora deve ser para os negros e os seus descendentes, um verdadeiro ídolo, que merece toda veneração e os mais puros dos respeitos, do contrário, cometeremos a mais torva das ingratidões [...]” (*A Voz da Raça*, 26 maio. 1934, p. 1).

As simpatias monarquistas do movimento negro e a representação positiva do Segundo Império e da Princesa Isabel naquele contexto possuíam raízes no momento da abolição e da interpretação da Princesa Isabel como a redentora dos escravos. Veiga dos

Santos formulou diversas críticas a República, regime que seria responsável pela situação dos negros, pois deu atenção somente às questões econômicas e favoreceu a imigração europeia, visando substituir a mão de obra dos negros, que passou a ser desprezada. A imagem do Império foi preservada na construção de Arlindo³¹, pois, de acordo com ele, o regime tinha dado início à solução do problema da escravidão, mas não teve tempo de concluir a obra emancipadora, em razão da sua dissolução³² (MALATIAN, 2015).

Candido dos Santos tem diversos artigos publicados ao longo das edições da folha, e o número é bastante expressivo se forem considerados outros interlocutores mineiros ou mesmo outros interlocutores frenetenegrinos. Além disso, os temas que o líder desenvolve na folha indicam o seu alinhamento ideológico em relação ao departamento de imprensa da FNB e a sede central em São Paulo.

Silvério de Lima, líder do movimento negro paulista no período e colaborador da folha, também expressou sua opinião sobre a construção do monumento em reverência a Princesa Isabel em Juiz de Fora, demonstrando que os acontecimentos nos municípios mineiros não passavam despercebidos aos olhos dos frenetenegrinos paulistas.

O Brasil pelo generoso e altivo povo mineiro, acaba de resgatar o título de que era portador a própria consciência do seu civismo. Juiz de Fora, velha e lendária cidade da terra dos “Inconfidentes” teve a primazia na inauguração de uma estátua perpetuante a memória da princesa Izabel; gesto simplesmente digno pela significação evocativa e de alto relevo cívico-social. Minas a precursora da liberdade bem compreendeu e não mais seria possível o retardamento de tão elevado preito de justiça que se impunha a gratidão nacional [...] (*A Voz da Raça*, 15 dez. 1934, p. 4).

As atividades do primeiro ano de existência da Frente Negra em Guaxupé foram apresentadas, com base no primeiro balanço e demonstração de contas com a “posição atual” do período em questão. O documento de 31 de dezembro de 1933 foi anexado ao jornal, em março de 1934, no qual é possível analisar a movimentação financeira da agremiação, os valores em móveis e utensílios, objetos de adorno, louças diversas e materiais esportivos, colchões, camisas e bolas, entre outros valores.

³¹ No artigo *O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”*, Domingues traça breves apontamentos acerca da biografia pessoal, política e intelectual de Arlindo Veiga dos Santos. São tratados centralmente o seu ativismo político e os seus postulados ideológicos na direção do movimento negro monarquista, consubstanciado pela Frente Negra Brasileira e a Ação Imperial Patrianovista (DOMINGUES, 2006).

³² No artigo *Memória e Contra-Memória da Frente Negra Brasileira*, Malatian examina os procedimentos memorialísticos e historiográficos em torno da FNB, partindo da proposição de que memória e História entrelaçam-se mutuamente e, quando o campo político é altamente disputado, ensejam apagamentos, silêncios, exclusões a que correspondem enaltecimentos, destinados sobretudo a dissolver divergências (MALATIAN, 2017).

Através do balanço, é possível identificar as atividades esportivas e os investimentos nessa área, que giravam em torno de 254\$000 mil réis. Os impressos diversos, jornais, livros e revistas de propriedade da agremiação estavam avaliados em 150\$500 mil réis, já a soma total em ativo era 3:216\$000. O balanço passava pelo parecer do contador geral da FNB em São Paulo, Deocleciano Nascimento, com a assinatura do presidente geral, Arlindo Veiga dos Santos.

Em abril de 1934, foi publicada uma correspondência do segundo secretário do comando mineiro em Guaxupé, na qual Santos declara que “se achavam em organização” mais as seguintes delegações frentenegrinas³³:

Em Belo Horizonte, Lavras, Três Corações, Três Pontas, S. João Del Rei, Juiz de Fora, Oliveira, Vila Carnevali, Itajubá, Perdões, S. Domingos da Prata, Bonsucesso, Carmo do Rio Claro, Varginha e Dianópolis. Um bravo ao patriaío das alterosas e que em breve possamos dar mais notícias nesse sentido (*A Voz da Raça*, 28 abril. 1934, p. 3).

A ata da eleição e posse da nova diretoria da delegação da FNB em Passos consta na mesma edição. O evento realizou-se no dia 31 de março de 1934, às 14 horas, no Cine-Glória. Esteve presente Antônio Curvello Machado, delegado especial da FNB de Passos, e o subprefeito da cidade, o cel. Sinfrônio de Vasconcelos, foi convidado para presidir a sessão. Coordenando a mesa, o subprefeito agradeceu o convite e propôs aos presentes que prestigiassem e se esforçassem pelo bom êxito da nova agremiação. Após a apreciação dos associados, foram aclamados diretores da FNB em Passos os senhores:

Mario Ribeiro Rosa, presidente honorário; Antônio Rizolia de Paula, presidente; Benedito Vasconcelos, vice-presidente; João Graciano de Andrade, tesoureiro; Caetano Curvelo Machado; 1º secretário; João Rufino da Costa; 2º secretário. Conselho: Lindolfo Silvestre Martins, Benedito Lucio, Geraldo Lourenço dos Reis e Benedito Serafim (*A Voz da Raça*, 28 abril. 1934, p. 4).

A solenidade seguiu com discursos e felicitações aos membros empossados, e o jornalista local Lucio Pelegriño discursou, pondo em evidência, os “belos objetivos” da associação que tem como foco a união da “Gente Negra Brasileira”. Ao final das apreciações, o presidente encerrou a sessão, e o primeiro secretário, Caetano Curvelo Machado, lavrou a ata que foi assinada por todos os presentes.

³³ Minas Gerais não possui nenhum município com o nome Dianópolis. A cidade com este nome localiza-se no estado do Tocantins. Divinópolis é um município mineiro, bem próximo a outras cidades com núcleos da FNB, e acredita-se que as menções presentes no jornal *A Voz da Raça* estão se referindo a este município. Vila Carnevali não foi encontrada na relação de cidades mineiras em 1930.

Em agosto de 1934, a sede paulista recebeu um convite da delegação de Guaxupé, conclamando para assistir à posse da Diretoria de Moços, comissão que também constituía um dos departamentos em São Paulo. Em dezembro de 1934, o *A Voz da Raça* noticiava *F.N.B. Minas Gerais*:

Acham-se em franco progresso as Delegações da Frente Negra Brasileira, no Estado de Minas Gerais. Tendo a sua sede central naquele Estado, na florescente cidade de Guaxupé, que tem por presidente o sr. Pio Damião, que com a sua sabia direção atende as Delegações seguintes: Muzambinho, São Sebastião do Paraíso, Varginha, São João Del Rei, Três Corações, Passos, Belo Horizonte, Dianópolis, Perdões, São Domingos da Prata, Itaúna, Itajubá, Três Pontas, Bonsucesso, Vila Carnevalli, Monte Santo, Lavras, Oliveira e Cassia (*A Voz da Raça*, 15 dez. 1934, p. 3).

O *A Voz da Raça* procurava corroborar a expansão do movimento, noticiando o avanço das delegações fretenegrinas pelo Brasil. O estado de Minas Gerais vinha materializando e solidificando o crescimento da entidade, todavia é necessária cautela na análise dessas notícias, pois um certo exagero com relação ao número de delegações e cidades sede pode ter ocorrido. As publicações podem ter sido utilizadas como estratégia de marketing e valorização da associação, que noticiava os projetos de abertura que muitas vezes não eram concretizados.

A última edição de dezembro de 1934 publicou diversas notícias sobre as ações realizadas nas agremiações de Muzambinho, São Sebastião do Paraíso, Guaxupé e Passos. Com o título *Notícias de Minas*, o texto com vários subtítulos narra os acontecimentos de fim de ano em cada uma das delegações. O detalhamento das atividades expressa o pleno funcionamento desses núcleos.

As informações de Muzambinho esclareciam que o delegado naquela cidade, José Evangelista da Silva, vinha buscando cumprir fielmente o programa fretenegrino. A agremiação promoveu uma exposição dos trabalhos manuais confeccionados pelas fretenegrinas da delegação, trabalhos estes coordenados pela professora Maria Madalena de Jesus, “dedicada senhorinha” que trabalhava com empenho em benefício dos negros no município. Ao final, os redatores paulistas declararam: “Aos fretenegrinos muzambinhenses, os nossos efusivos parabéns e fazemos ardentes votos. Afim de que no próximo ano, seja mais profícuo o labor para o levantamento da gente negra nacional!” (*A Voz da Raça*, 29 dez. 1934, p. 2).

O “franco desenvolvimento” da delegação de São Sebastião do Paraíso também foi noticiado. Sob a direção do delegado Mario Ribeiro Rosa e “valorosos companheiros”, a associação empenhava-se para alcançar rapidamente o progresso dos negros

paraisenses. A sede social estava localizada em um excelente ponto da cidade, local para onde se “afluem todas as noites, mormente, aos domingos, os fretenegrinos que vão procurar a civilização naquela verdadeira escola – a Frente Negra” (*A Voz da Raça*, 29 dez. 1934, p. 2). A associação já havia conquistado, nesse período, um terreno para a construção da sede social própria, sendo as terras doadas pelo Comendador José Honório Vieira, que teria oferecido o terreno espontaneamente à “raça negra”.

A delegação da FNB em Passos informou a todos sobre a visita feita por João Candido dos Santos, secretário geral em Minas. Tendo permanecido na cidade entre 7 e 16 de dezembro, João Candido foi recebido na estação por vários membros proeminentes da FNB, entre eles: Caetano Curvello Machado, Lucas Caetano Machado, Antônio Rizolia e João Graciano.

Na sede social situada na rua Ruy Barbosa, no antigo cinema Recreio, o secretário geral foi recepcionado pelo delegado, Antônio Curvello Machado e numerosos fretenegrinos, que participaram da palestra programada. No dia 9 de dezembro, Lucas Caetano Machado foi empossado ao cargo de conselheiro da delegação; para os fretenegrinos a chegada de Machado ao conselho constituía “[...] uma das belas aquisições que a F.N.B. acaba de conseguir, pois ele, com o seu espírito bem-intencionado e empreendedor, possuidor de um coração altruístico, muito fará pela grandeza da raça negra passense” (*A Voz da Raça*, 29 dez. 1934, p. 2).

As delegações fretenegrinas mantinham contato com as autoridades locais, esse diálogo possibilitava negociações em busca de apoio tanto material quanto institucional. O major Pantaleão Nery Tolentino, delegado de polícia em Passos, esteve presente na solenidade e posse do conselheiro supracitado. No evento, Pantaleão discursou reforçando o valor da FNB, felicitando os negros passenses por este “grande empreendimento do negro brasileiro”, impelindo os presentes a prosseguirem convictos no caminho almejado. João Candido, em agradecimento, discursou sobre o valor da visita do delegado de polícia, destacando a importância da Força Pública de Minas Gerais.

Na mesma noite, foi promovida a posse da Diretoria das Senhoras, presidida por Santos, o qual proferiu um discurso elevando o valor da mulher negra em todos os momentos da história do Brasil. A diretoria se formou com as seguintes senhoras, Maria das Dores Rizolia, presidente; Joaquina Rosa Machado, vice-presidente; senhorinha Valeria Curvello Machado, secretária; Sebastiana Caetano Machado, tesoureira. Ainda sobre a delegação de Passos, o correspondente declarou:

A Delegação de Passos, que está sob a sabia orientação do sr. Antônio Curvello, que vem empregando todas as suas energias para o congraçamento dos negros de Passos, acha-se em franco progresso, mostrando sobejamente o quanto o sr. Curvello tem trabalhado em prol da F. Negra Brasileira e empolga e aviva o entusiasmo dos que tem a ventura de visitar aquela hospitaleira cidade mineira (*A Voz da Raça*, 29 dez. 1934, p. 2).

A delegação de Guaxupé, comando geral mineiro, também expôs ao público em fins de dezembro, os trabalhos realizados pelas moças da agremiação, sob a direção das professoras Sebastiana Damião e Leonor Leão. O informativo destacava a visita de Mario Ribeiro Rosa, delegado da FNB em São Sebastião do Paraíso, que esteve em Guaxupé no dia 16 de dezembro. Na mesma noite, uma sessão literária foi oferecida em homenagem a sua presença.

O *A Voz da Raça* noticiou também a aproximação do aniversário do “digno” fiscal geral da FNB em Minas, Pio Damião, que completaria mais um ano de vida no dia 25 de dezembro: “Ao extremoso aniversariante, em regozijo a auspiciosa data, os fretenegrinos guaxupeanos estão promovendo grandes festejos em sua homenagem”.

Pio Damião, principal líder do movimento em Minas Gerais, visitava a sede oficial da agremiação em São Paulo periodicamente. Nestas visitas, negociava as demandas das associações mineiras, dedicando-se ao cargo de fiscal, durante todo o período de existência da FNB no estado, entre 1933 a 1937.

Com base na análise das edições do periódico, é possível inferir que Pio Damião era uma pessoa reservada e discreta. Segundo o depoimento de Suely dos Santos, sobrinha neta do líder fretenegrino, “Pio Damião era firme, enérgico, bravo, extremamente correto, mas o tamanho da retidão dele era o tamanho do coração dele”³⁴.

O fiscal geral em Minas não emitiu posicionamentos políticos e ideológicos nas páginas do jornal da entidade, não publicou artigos de sua autoria e parece ter deixado tais iniciativas a cargo do secretário geral João Candido dos Santos. Não há uma documentação pessoal preservada de Pio Damião, visto que os registros sobre os seus pensamentos e visões de mundo, escritos em diários ou cartas, se perderam. Igualmente

³⁴ SANTOS, Suely. Depoimento. In: **Os Filhos da África em Guaxupé: A História dos Invisíveis**. Direção: Tê Machado, Marcos David. Projeto Escola Viva. Grupo Ativo – GDP, Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais – PDP. Guaxupé, 2010 (48:39 min.). O documentário faz parte de um dos projetos de educação patrimonial de Guaxupé. O objetivo é contar um pouco da trajetória dos negros em Guaxupé, destacando sua contribuição na formação do município, além de revelar o perfil atual dos afrodescendentes. Produzido pelos alunos da Escola Estadual Dr. Benedito Leite Ribeiro.

não foram preservados documentos institucionais ou administrativos da delegação de Guaxupé, atas de reuniões, contas ou correspondências.

As fontes existentes não permitem compreender as razões que o fizeram manter-se mais reservado e focado nas ações efetivas. Talvez a baixa escolaridade seja uma explicação para a sua conduta, pois o líder teria estudado até o “quinto ano”³⁵. Pio Damião foi um destacado membro da comunidade guaxupeana, respeitado pelas autoridades locais e por toda comunidade, prestou serviços como enfermeiro empírico na Santa Casa de Misericórdia e posteriormente atendeu os doentes e necessitados em um cômodo na sua própria residência.

A partir da análise de alguns poucos periódicos de Guaxupé, disponíveis nos arquivos do município, foi possível constatar que a primeira referência ligada à “Frente Negra” na imprensa local diz respeito a um time de futebol, o *Frente Negra F. C.*, que havia vencido uma partida de futebol, tendo a sua vitória noticiada em 29 de maio de 1932. O jornal *Cidade de Guaxupé* indica, dessa forma, que a FNB da cidade teria surgido como uma agremiação ligada ao lazer e à prática esportiva, com um time de futebol que disputava os campeonatos locais. Somente cerca de um ano depois, em março de 1933, a agremiação teria se ligado formalmente à FNB em São Paulo.

O desejo de criar uma agremiação voltada à união e ao auxílio à população negra surgiu a partir da observação de Pio Damião, da percepção que o líder tinha em relação ao estado lastimável, tanto material quanto moral, em que se encontrava a população negra de Guaxupé. Com base nas escassas fontes e bibliografias disponíveis, objetiva-se reconstruir a trajetória do líder negro Pio Damião, o itinerário de um homem simples, humilde e firme, que foi capaz de alinhar sua trajetória pessoal, profissional e institucional, em benefício da sua comunidade.

3.2 PIO DAMIÃO: LÍDER E FISCAL GERAL DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM MINAS GERAIS

Pio Damião era natural de Araxá, interior de Minas Gerais, nasceu no dia 25 de dezembro de 1882. Filho dos escravos Tobias Damião e Eva Maria, tinha duas irmãs,

³⁵ SANTOS, Suely. **Diálogo com a sobrinha neta de Pio Damião** - Delegado Geral da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais. Taís Daiele Alves, out. 2020. A entrevista foi concedida através de ligações telefônicas e mensagens de *WhatsApp*, em decorrência da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Rosária Teodoro Damião e Suzana Damião, todos nascidos livres, em decorrência da Lei do Ventre Livre de 1871 (VALLE; VALLE, 1984, 2004).

Para construir uma trajetória biográfica sobre o líder fretenegrino Pio Damião, é necessário ter consciência da inconstância das ações humanas e da heterogeneidade das experiências vividas por todos os indivíduos. De acordo com Montaigne (2010), “somos todos feitos de peças separadas, e num arranjo tão disforme e diverso que cada peça, a todo instante, faz seu próprio jogo” (apud OLIVEIRA, 2017, p. 431).

O gênero biográfico deve ser operado levando em conta a quantidade de traços fragmentados e heterogêneos da individualidade humana, a partir da sua experiência no tempo, com ênfase na temporalidade do sujeito, o seu caráter plural, múltiplo e paradoxal (OLIVEIRA, 2017).

Ainda jovem, Damião transferiu-se para Franca, estado de São Paulo, e na cidade casou-se com Jerônima, sua companheira e colaboradora inseparável por mais de 30 anos. A convite de um engenheiro, Oliveira Martins, o casal transferiu-se para Guaxupé em março de 1913, para que Damião pudesse trabalhar na construção da rodovia Guaxupé-Muzambinho, como ajudante do referido engenheiro. Com o fim da obra, Pio Damião passou a trabalhar como cozinheiro da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, durante o período de expansão da malha ferroviária pelo Brasil.

Guaxupé é um município de Minas Gerais, localizado na região sul do estado, precisamente no sudoeste mineiro, próximo à divisa de Minas Gerais e São Paulo³⁶. As lavouras cafeeiras da região merecem destaque, na medida em que o cultivo iniciou-se em fins do século XIX e ganhou força com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1904 (ABRANTES, 2021).

A expansão da malha ferroviária que atingiu Guaxupé estava ligada à produção de café na região, colaborando com o escoamento da produção e favorecendo o intercâmbio de pessoas, cultura e produtos, além de propiciar o progresso da cidade³⁷.

³⁶ O município integra a Microrregião da Mogiana Mineira. Sua população, segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE22, é de 49.430 habitantes, sendo 24.619 homens e 24.811 mulheres. Do total de habitantes, 46.480 pessoas residem na área urbana e 2.950 na área rural; 34.696 pessoas se declararam da cor branca, 2.353 pessoas se declararam da cor preta, e 12.180 se declararam pardos (ABRANTES, 2021, p. 56).

³⁷ A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, por volta de 1910, transformou Guaxupé em um canteiro de obras, da região partiam os ramais de Biguatinga, Jureia e Passos. Os altos preços do café e a facilidade de escoamento da produção, fizeram com que Guaxupé progredisse tanto que ficou conhecida, no período, como “o Rio de Janeiro em ponto pequeno”.

Guaxupé foi se desenvolvendo e recebendo um número considerável de imigrantes, o que estimulou sobremaneira o comércio local. É nesse contexto de aumento da população que ocorre um surto de febre tifoide na região, atingindo vários operários da rede ferroviária e colonos agrícolas. A Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé foi inaugurada em meio a essa conjuntura, em junho de 1910, visando prestar serviços de saúde no atendimento aos doentes, colonos das fazendas da região e trabalhadores da rede ferroviária.

A instituição de saúde foi criada em meio à crise sanitária, com poucos médicos, escassos recursos e apenas uma enfermeira para o atendimento dos doentes. Foi durante este enquadramento situacional que Pio Damião assumiu o cargo de zelador do hospital, em razão da necessidade de assistência aos pacientes, Damião passou a colaborar com os trabalhos da cozinha, lavanderia e com os serviços de enfermagem na casa de saúde. Sua esposa, Jerônima Damião, assumiu o ofício de parteira, e o casal passou assim, a se dedicar ao trabalho hospitalar, praticando a enfermagem empírica e cuidando da instituição (SILVA; SANNA, 2015).

Jerônima e Pio Damião atuaram na prestação de serviços a Santa Casa sem remuneração financeira, entre março de 1913 e fevereiro de 1914, residindo nas dependências da casa de saúde. Posteriormente, a partir da organização do hospital, Pio Damião passou a receber remuneração pelos serviços prestados na instituição (trezentos e sessenta mil reis (360\$000) mensais, mais mil reis por dia por cada paciente internado no hospital).

Durante o período em que foram colaboradores na Santa Casa de Misericórdia municipal, a provedoria da instituição estava nas mãos do major Custódio Ribeiro Ferreira Leite.

A atuação devotada de ambos nesse hospital durante anos seguidos, foi acompanhada com simpatia e gratidão por todos aqueles que tiveram a ventura de conhecê-los. Não há por assim dizer dos veteranos de Guaxupé uma só pessoa que não tenha percebido a abnegação desse casal cujo prestígio com o envolver do tempo, mais crescia, mormente entre seus irmãos de cor (VALLE; VALLE, 1984, p. 419).

A bibliografia clássica do município busca dar conta da solicitude e igualdade de carinho com que o casal tratava todos os pacientes internados nas enfermarias da Santa Casa, possuidores ou não de recursos. Jerônima e Pio Damião se dedicavam aos pacientes demonstrando grande interesse pelo pronto restabelecimento da saúde de cada um dos doentes (VALLE; VALLE, 1984).

Pio Damião exerceu funções assistenciais e gerenciais na Santa Casa, recebendo remuneração mista, figurando pagamento sob “produtividade” (valor por cada paciente internado no hospital). O enfermeiro empírico exercia diversas funções na casa de saúde, o que lhe permitia acumular capital social e político. O mesmo utilizava parte dos recursos recebidos em obras sociais, o que lhe garantia grande visibilidade e um potencial de liderança junto à população do município. (SILVA; SANNA, 2015).

Damião e Jerônima trabalharam por mais de 20 anos na instituição, ambos foram e são considerados pelos cidadãos de Guaxupé, modelos de filantropia e caridade. O casal não deixou descendentes, contudo apadrinhou várias crianças e casais; além disso, criou vários filhos adotivos.

Um exemplo da consideração e estima que os casais de Guaxupé tinham em relação a Pio Damião e Jerônima pode ser verificado através do jornal *A Voz da Raça*. Em 27 de março de 1937, a menina Maria Luiza, filha do casal, Antonio Otavio e Judit Costa, foi batizada no município, tendo, como padrinhos, Damião e Jerônima (*A Voz da Raça*, mar. 1937).

O primeiro imóvel adquirido por Damião, em novembro de 1915, estava localizado na rua Vieira do Valle. Era uma casa construída de tijolos e madeira “[...] tinha uma janela de frente e uma porta de entrada ao lado dessa janela. O quintal tinha algumas plantações e também uma cisterna. Posteriormente, nesse mesmo local, foi inaugurada a sede da Frente Negra Brasileira em Guaxupé, fundada por ele” (SILVA; SANNA, 2015, p. 62). O segundo imóvel registrado por ele localizava-se na rua da Porteira, uma casa construída de tijolos e coberta de telhas, ao fundo via-se a Santa Casa de Misericórdia.

Damião, com seu espírito empreendedor, fundou uma empresa funerária em junho de 1928, a “Empresa Funerária Pio X”, anexa a sua residência. Parte da quantia gerada pela funerária com a venda dos caixões (16%) era revertida para a Santa Casa. Quando o enfermeiro deixou de prestar serviços ao hospital, o mesmo reservou um cômodo da sua casa, para abrigar pacientes considerados desenganados pelos médicos; abrigava também indigentes, deficientes físicos, dando-lhes pouso e alimentação até que pudessem seguir com suas vidas (SILVA; SANNA, 2015).

Neste quarto da residência, o filantropo praticava cuidados ligados à administração de medicamentos, aplicação de injeções e curativos. De acordo com Silva e Sanna (2015), Pio não descuidava também da assistência espiritual dos pacientes que

atendia; tanto na Santa Casa quanto na residência, procura ouvi-los, confortando-os, tratando-os com zelo, igualdade de carinho e cuidados.

Por sua postura, Pio Damião foi reconhecido pelos cidadãos de Guaxupé, principalmente por sua abnegação, deixando os próprios interesses de lado, em favor das necessidades alheias.

Damião foi reconhecido pelo atendimento integral prestado aos mais necessitados e também pela atitude de liderança que exercia na função de “enfermeiro”, atendendo os pacientes em sua própria residência. Assim, a função de “enfermeiro” lhe deu visibilidade e reconhecimento social e político (SILVA; SANNA, 2015, p. 63).

De acordo com Suely dos Santos (2010), na Santa Casa de Misericórdia, Pio Damião exercia a função que mais amava, cuidar do próximo. A criação de um ambulatório nas dependências da sua residência está ligada à sua saída do hospital. Pio deixou o cargo de zelador e enfermeiro, quando um grupo de freiras, Irmãs da Imaculada Conceição, passou a administrar a instituição em 1933, dispensando os seus serviços e os de Jeronima Damião. A sobrinha-neta do líder fretenegrino explica:

[...] então ele construiu esta casa e nesta casa ele fez um ambulatório, e aqueles doentes que a Santa Casa já mandava embora, que já estava em fase terminal, que já não tinha muito jeito de sobreviver lá, ele trazia aqui para casa, fazia os curativos, tirava fotografia, e tinha o que acontecia antes, e o depois, e eles saiam daqui curados (SANTOS, 2010).

Durante o cumprimento de suas funções no hospital, Pio Damião passou a ter visibilidade, frequentava a “sociedade branca” de Guaxupé, indo a clubes e eventos. De acordo com Silva e Sanna, o nome do líder consta em várias atas de reuniões da Santa Casa de Misericórdia, e as menções aconteciam em função da destacada atividade. A ata da assembleia geral da instituição, de fevereiro de 1919, cita Damião “[...] como enfermeiro atencioso e dedicado, que dispensa atenção aos doentes internados sem distinção de classe social [...]” (2015, p. 63).

Em dezembro de 1927, um agradecimento a Santa Casa de Guaxupé foi publicado no periódico *Monitor Mineiro*, do município de Guaranésia. Na nota Manoel Netto da Silva e sua esposa agradecem a “generosidade e espírito de beneficência do dr. Antônio dos Santos Coragem”, ao cuidar da filha do casal, Ruth. Ao final o casal declara:

Estende-se este nosso agradecimento ao sr. Pio Damião e exma. Esposa, que possuem em alto grau o dom da bondade e caridade personificadas, revelando ambos de modo extraordinário com sacrifícios e desvelado amor durante o longo tempo que se achou internada em tratamento (*Monitor Mineiro*, dez. 1927, p. 6).

Ao longo dos anos e de sua trajetória como enfermeiro, Pio observava de perto a situação dos negros da região. Diante do desamparo observado, Pio Damião tomou a iniciativa de fundar a primeira delegação da FNB em Minas Gerais, *União Política e Social da Raça*, cuja finalidade era:

[...] proporcionar aos seus associados benefícios de natureza variada, diversões sadias, instrução através do funcionamento de uma Escola Noturna, reuniões recreativas e literárias, organizadas por elementos da própria sociedade. Durante vários anos à Frente Negra, sob a devotada orientação de seu chefe, proporcionou reais benefícios aos pretos de Guaxupé [...] (VALLE; VALLE, 1984, p. 419).

Suely (2010) avaliou as razões que teriam levado o seu tio-avô a fundar uma delegação da Frente Negra Brasileira. A professora pondera que, ao frequentar os eventos sociais da elite guaxupeana, Pio Damião tomava consciência da exclusão da população negra e da necessidade de fundar uma associação, visando ao benefício e à integração dos “irmãos de raça”.

É possível inferir também que, ao lidar com as mazelas da saúde e atendimento aos doentes pobres e sem recursos, o líder tenha se deparado com um número considerável de pacientes negros que não tinham condições financeiras para arcar com as despesas hospitalares. A fundação da FNB poderia ser um caminho concreto para a resolução do desamparo e marginalização.

Após a fundação, a agremiação prestou muitos serviços aos seus, “e com o passar do tempo, aquela Frente Negra ensinava bordar, ensinava a costurar e tinha aula de teatro, de dança”. Quanto à questão da educação e alfabetização, além dos cursos noturnos disponíveis, Suely declara que o delegado concedia moradia temporária a pessoas que vinham do interior das fazendas para estudar: “antigamente era muito difícil se estudar na cidade, então tinha aqueles conhecidos dele da roça, que vinha, estudava na cidade, almoçava aqui, dormia aqui, para depois ir embora para casa deles, tem muita gente que aconteceu isso, né”³⁸ (SANTOS, 2010).

³⁸ Ao realizar entrevistas e colher depoimentos, o historiador documenta a recuperação do vivido, conforme concebido por quem viveu, a partir da narrativa da experiência do indivíduo, documenta-se como as memórias se constituíram. A fonte oral documenta a interação entre os fatos e as representações, através do confronto e diálogo com as memórias individuais. O historiador tem a possibilidade de desenvolver uma análise crítica, com base na elaboração e interpretação dos fatos que são recordados através da linguagem, por meio da narrativa do entrevistado. A história oral é a história da interpretação dos eventos através da memória (ALBERTI, 2004; ABREU; MATTOS; GRINBERG, 2019; MATTOS, 2006; PORTELLI, 2006; 2016; TOLENTINO, 2019).

Silva e Sanna (2015), no artigo *Pio Damiano: a enfermagem como forma de participação política*, afirmam que a FNB em Guaxupé teria sido fundada em 1938. Todavia a análise do jornal *A Voz da Raça* evidencia o surgimento da delegação, a partir da anexação da ata de fundação, documento datado em 18 de março de 1933, coincidindo com o período em que Pio Damiano deixou de prestar serviços à Santa Casa de Misericórdia municipal. A saída da Casa de saúde lhe permitiu dedicar-se com mais afinco aos trabalhos sociais e à filantropia.

Através das ações desenvolvidas na delegação de Guaxupé, é possível concluir que Pio Damiano acreditava que a ascensão social da população negra poderia ser alcançada através da educação, via alfabetização, noções de bordado e costura às associadas, instrução cultural, aulas de boas maneiras, entre outras atividades.

Essa estratégia garantiria dar visibilidade aos negros e oferecer-lhes o mesmo que os brancos tinham, num processo de assimilação da cultura dominante: ao mesmo tempo que apostava na ascensão pela acumulação de capital cultural e valores e práticas da classe social mais elevada, tornava o segmento negro pronto para nela ingressar ou, pelo menos, servir a ela (SILVA; SANNA, 2015, p. 65).

A historiografia clássica do município e as fontes bibliográficas disponíveis apresentam inconsistências, o que tornou indispensável a análise minuciosa de checagem das informações. De acordo com Valle e Valle (1984), por questões políticas a associação transformou-se em *Sociedade José do Patrocínio*, “com as mesmas finalidades cuidadas pelo seu inolvidável fundador”. Os memorialistas não explicam as questões políticas que levaram a FNB a mudar de nome, contudo, o contexto indica que a mudança ocorreu em razão da implantação da ditadura do Estado Novo, processo que proibiu a existência de partidos e movimentos políticos.

Pio Damiano faleceu no dia 26 de fevereiro de 1953. Na ocasião, homenagens foram realizadas em respeito e memória. Escreveram nota de pesar os professores José e Sebastião de Sá, publicada na *Folha do Povo*, em março de 1953.

Um adeus ao bom amigo

Senti comovida e sinceramente a morte de um amigo, ontem. Bom e grande amigo. A morte sempre comove, na sua verdade imanente. Fere, porém, mais sentida e acentuadamente, quando que aquele que se foi podia ser chamado Amigo, nesta época de crise de caráter, crise de sentimentos, crise de amizades. O homem que baixou à sepultura, rodeado pela última vez por centenas de pessoas, foi um justo e um bom. Tinha nas ações e em sua vida, a conduta reta que faz com que os verdadeiros homens vivam nos corações. Vinte anos, ele os passou entre dores, gemidos e a própria morte, no recesso de um hospital, consolando e ajudando a minorar os sofrimentos. Era sua preocupação constante a sua raça. Com ela dividiu a sua vida, como um apaixonado e

idealista. Queria ver todos os pretos como verdadeiros cidadãos. Dizia-me sempre, pensativo, que a raça negra faltava outro 13 de Maio; que a libertasse da ignorância. Conseguiu reuni-la entre nós, em sociedade, deu-lhe escola, orientação na vida e recreação. Há pouco, uma cruel moléstia assaltou-lhe o organismo. E a morte levou-o anteontem calma e serenamente como ele viveu. Eu vi, então, lágrimas nos olhos de homens, mulheres e crianças. A bondade, a exuberância de bons e nobres sentimentos de um homem que morria e triunfava sobre as maldades do mundo, através daquelas lágrimas ... Pio Damião não vive mais. Já não pode reocupá-lo a raça. Talvez, no seu último instante, ainda tivesse para ela um derradeiro pensamento. Pio Damião, bom amigo, descansa em paz... (FERRAZ, 2009, p. 99–100).

Pouco mais de um ano após o seu falecimento, foi fundada a *Sociedade Negra Recreativa “Pio Damião”*, em 13 de maio de 1954, sendo registrada em cartório em 10 de agosto do mesmo ano. A agremiação criada em sua homenagem, vislumbrava: “Conjugar toda a força social em favor da elevação Moral, Intelectual, Artística, Assistência e Proteção aos seus associados”³⁹.

A entidade, sediada na rua Francisco Vieira do Valle, número 152, ocupava a mesma sede da antiga FNB, podendo ser composta por ilimitado número de sócios, de ambos os sexos, maiores de 18 anos. Poderiam associar-se negros e brancos, cuja idoneidade moral estivesse de acordo com os estatutos.

[...] e quando ele morreu, em 1946, mais ou menos, mais ou menos, fundou-se a Sociedade Recreativa Pio Damião, que era aqui do lado, que era uma Sociedade voltada para os negros e para os brancos também, mas de classe mais baixa, e tinha baile como também tinha no Clube Guaxupé, tinha baile das orquídeas, aqui tinha o baile da primavera, lá tinha o baile das debutantes, aqui também tinha, de acordo com as condições de cada um [...] (SANTOS, 2010).

A sociedade era administrada por uma diretoria composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, tesoureiro e um conselho fiscal eleito em votações anuais. Os sócios brancos não podiam eleger-se aos cargos da diretoria, “a qual deve ser formada exclusivamente por elementos da Raça-Negra”. A primeira diretoria empossada no dia 11 de setembro de 1954 era formada pelo presidente José Ormindo Tavares, vice-presidente Austim Paulino dos Santos, o primeiro secretário, Raimundo Macedo Filho, o segundo secretário, Arlindo Souza Mendes, o tesoureiro Eurípedes

³⁹ Cópia do Estatuto da Sociedade Negra Recreativa “Pio Damião”, cedida pela sobrinha-neta do líder, Suely dos Santos. A professora aposentada foi uma figura importante para o entendimento da vida e história do delegado geral da FNB em Minas Gerais, Suely é um dos últimos elos familiares vivos do fundador da agremiação. Através da entrevista concedida por ela ao documentário: *Os filhos da África em Guaxupé: A História dos Invisíveis*, em 2010, e dos diálogos estabelecidos com a mesma através de ligações telefônicas e trocas de mensagens via *WhatsApp*, em outubro e dezembro de 2020, foi possível preencher algumas lacunas na reconstrução da trajetória familiar, social e política do fiscal geral da FNB. Os depoimentos enriqueceram a análise e forneceram uma perspectiva ímpar, diante das esparsas documentações pessoais do líder e institucionais da delegação guaxupeana.

Tobias. Havia também um conselho fiscal formado por 12 sócios, cujos nomes não constam no documento.

Em novembro de 1955, Sebastiana Damião dos Santos, sobrinha de Damião, assumiu o cargo de segunda tesoureira na Sociedade Negra Recreativa, concomitantemente ministrava aulas de trabalhos manuais e participava da organização das festas e bailes promovidos aos associados e visitantes.

Segundo Valle e Valle (1984) e Suely dos Santos, Damião seguia a doutrina espírita, tendo participado das primeiras reuniões de estudos do tema na cidade, por volta de 1925. Provavelmente a sua escolha religiosa pode ter influenciado o seu desligamento da Santa Casa, contudo não é possível afirmar tal proposição.

A adesão de Pio Damião à doutrina espírita é um elemento bastante particular no que diz respeito a aderência religiosa da FNB. Algumas das principais lideranças do comando paulista, como já foi apresentado, tinham um vínculo muito forte com a Igreja Católica, suas irmandades e instituições. A aceitação de uma liderança mineira kardecista possibilita alguns questionamentos: A direção da FNB em São Paulo desconhecia a ligação de Pio Damião à doutrina de Allan Kardec? Ou aceitavam este vínculo, talvez em virtude do interesse em manter este líder forte e com grande autoridade e influência entre as delegações mineiras⁴⁰?

Mesmo com o passar dos anos e após a sua morte, a figura de Pio Damião nunca foi esquecida ou apagada, as suas ações foram imortalizadas, e o líder do movimento negro em Guaxupé foi homenageado de variadas maneiras. A Câmara Municipal, através da Lei nº 637, assinada em 23 de agosto de 1974, promoveu um tributo a sua figura nomeando uma rua de Guaxupé com o seu nome, o logradouro situa-se próximo à Santa Casa e a sua antiga casa, perpendicular a uma importante avenida da cidade, denominada Conde Ribeiro do Valle (SILVA; SANNA, 2015).

O primeiro Centro de Saúde de Guaxupé, construído em 1938, também foi renomeado como *Centro Diagnóstico Pio Damião* em 1994. O estabelecimento público de saúde oferece atualmente à população consultas médicas e de enfermagem, sala de vacinação, exames de imagem e laboratoriais.

Suely dos Santos relata que era muito pequena quando conheceu Pio Damião e passou a morar na mesma residência. Ela teria na época cerca de 4 ou 5 anos, período em

⁴⁰ Durante o diálogo realizado por telefone e posteriormente *WhatsApp*, uma sondagem foi feita a respeito de qual doutrina espírita Pio Damião professava, se o líder era umbandista, kardecista ou candomblecista, Suely dos Santos esclareceu que Pio Damião seguia a doutrina espírita kardecista (SANTOS, 2020).

que sua mãe retornou a Guaxupé para cuidar do tio que já se encontrava enfermo. Suas lembranças e memórias diretas com Pio são muito vagas e pouco claras. Contudo, as histórias que sua mãe lhe contava ficaram guardadas na memória. Além das lembranças da mãe, o líder foi eternizado pelo imaginário coletivo, uma memória compartilhada pela população negra guaxupeana, que lutava em prol de objetivos comuns e compartilhava sonhos e aspirações.

Então ele era impar mesmo, impar, devia ser, né, porque se não, não tinha um nome de rua, não tinha uma rua com o nome dele, uma sociedade com o nome dele, um posto de saúde com o nome dele, é porque ele viveu para doar, mesmo, ele veio para servir, só, ele era especial, eu acho que ele não era, eu acho que ele continua sendo (SANTOS, 2010).

Enquanto cidadão atuante, Pio Damião foi reconhecido pela sociedade guaxupeana; a sua obstinação em defesa da população negra o levou a reivindicar direitos e lutar a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida dos negros, promovendo amparo à saúde, acesso à educação, instrução e a uma infinidade de atividades recreativas e culturais. Contudo, a sua relevância não é reconhecida em escala nacional; mesmo figurando como líder e fundador do movimento em Minas Gerais, a sua atuação enquanto fiscal geral no estado e delegado em Guaxupé não é apresentada pela bibliografia especializada sobre a Frente Negra Brasileira.

3.3 “UMA NOVA SEIVA FECUNDADORA DOS NOSSOS IDEIAS DE MOÇOS”: A CONSOLIDAÇÃO E DESTAQUE DAS FRENTES MINEIRAS NO PERIÓDICO OFICIAL DA FNB

O processo de expansão da FNB pelo estado de Minas Gerais ocorreu gradualmente. Em maio de 1935, o *A Voz da Raça* noticiou a visita de Manuel B. de Freitas a Belo Horizonte - MG. Freitas foi à cidade a passeio, mas, durante a visita, aproveitou para avaliar as possibilidades de criação de uma agremiação fretenegrina no município⁴¹. De acordo com ele, as condições eram promissoras, pois os negros de lá tinham “vida própria”, muitos eram bem colocados no comércio, havia vários oficiais da força pública, comerciantes, “enfim, em tudo o negro teria parte ativa”.

⁴¹ O título da seção, entre aspas, é um trecho de um dos muitos artigos de autoria do João Candido dos Santos. A frase, em específico, foi proferida em homenagem ao 5º aniversário da FNB (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 1).

As “casas americanas”, segundo eu soube, não admitem o negro para o seu serviço, mas já há surdos protestos contra isto e tais casas acabarão revogando esse seu infame proposito. Mas isto não é o importante; o mais importante é que a Frente Negra Brasileira precisa tornar-se conhecida de todos, naquela cidade, onde o entusiasmo por ela é bastante. Com uma arregimentação criteriosa, Belo Horizonte teria umas das mais fortes delegações fretenegrinas do Estado (*A Voz da Raça*, 11 maio. 1935, p. 2).

Sob o pseudônimo Rajovia, o colunista que dialogou com o então visitante enfatizou a “grande união reinante no setor negro mineiro”, que ia se desenvolvendo não só em Belo Horizonte como também em Guaxupé, São João del-Rey, Muzambinho, São Sebastião do Paraíso, Varginha, Passos, Três Corações, Perdões, Três Pontas, Monte Santo, Laura, Oliveira, entre outros municípios. Estes municípios estavam se organizando em um movimento que propiciaria grandes conquistas à população negra “do grande Estado irmão, delegações essas que obedecem ao critério geral de um delegado especial, que por sua vês obedece aos ditames da grande Casa Nacional que é a F.N.B. matriz” (*A Voz da Raça*, 11 maio. 1935, p. 2).

E assim o movimento fretenegrino se ampliava pelo estado, de acordo com Rajovia: “[...] esse grande movimento de educação de gente negra conquista paulatinamente todos os corações dos verdadeiros brasileiros e todos os Estados numa compreensão exata do direito que lhes assiste por lei” (*A Voz da Raça*, 11 maio. 1935, p. 2).

O 13 de maio de 1888, data da assinatura da Lei Aurea, ato que aboliu a escravidão no Brasil, era um dia muito comemorado entre os núcleos fretenegrinos. As edições de maio e junho do periódico sempre incluíam os preparativos e programas de comemoração, continham também apelos à Câmara dos Deputados, visando restaurar a data, enquanto feriado nacional. Posteriormente, detalhavam como os eventos haviam se desenrolado nas associações.

As comemorações seguiam certo padrão, com a celebração de missas, visitas aos túmulos dos líderes abolicionistas e intelectuais negros, declamação de poesias, apresentações teatrais e musicais, discursos de chamamento e em respeito à entidade e o canto do hino oficial à Gente Negra Nacional.

Em 29 de junho, foram noticiadas as comemorações em decorrência da celebrada data pelo comando central em Guaxupé. No dia 13 de maio, uma missa foi realizada na Igreja de Aparecida, celebrada pelo padre Ubirajara Cabral, a qual foi assistida por fretenegrinos da cidade e de outras delegações vizinhas.

Ao entardecer, foi realizada, na sede social, uma sessão literomusical; após as apresentações, vários líderes discursaram, entre eles, a professora Dolores Silva, o acadêmico Benedicto de Andrade, secretário da FNB em São José do Rio Pardo e o Dr. Francisco de Oliveira Lessa. Após as explanações, foi oferecido um grande baile aos associados e convidados.

Em 25 de maio de 1935, a delegação de Muzambinho promoveu uma festa em homenagem a José Januário Magalhães, prefeito municipal, o qual doou um terreno para a construção da futura sede da FNB na cidade. Em “sinal de gratidão”, os fretenegrinos promoveram uma sessão literomusical, na qual esteve presente uma caravana vinda de Guaxupé, composta por Pio Damião, fiscal geral no estado, João Candido dos Santos, secretário geral, Raymundo Macedo Filho, Sebastiana Damião, a professora Dolores Silva e Hermantina Damião.

A caravana do comando central mineiro, tendo à sua frente o líder Pio Damião, visitava e supervisionava as demais delegações. Como mencionado na matéria anterior, as visitas ocorriam por diversos motivos: festividades, inaugurações, nomeações, entre outras razões. Além de visitar as associações mineiras, a caravana frequentava também a sede central paulista. Durante as comemorações do 4º aniversário da FNB, uma grande caravana participou das festividades, incluindo membros de várias delegações de Minas Gerais. A descrição de parte desses líderes foi publicada:

De Minas os srs.: Pio Damião, delegado geral no Estado; Mario Ribeiro Rosa, Delegado em S. Sebastião do Paraíso; José E. da Silva, delegado em Muzambinho; João Candido dos Santos, secretário geral no Estado; Caetano C. Machado, secretario em Passos; Raimundo Macedo Filho e Antônio O. Pereira, presidente e conselheiro em Guaxupé; José Marcelino e José Luiz Viana, de Monte Santo. Do Rio de Janeiro o delegado sr. Antônio Francisco Napoleão (*A Voz da Raça*, 23 nov. 1935, p. 1).

O comando paulista buscava estabelecer uma estreita relação com as delegações filiadas. O cumprimento do programa previsto nos estatutos de fundação e o alcance de seus objetivos eram sempre salientados durante os eventos de caráter comemorativos. Durante o 4º aniversário da FNB, estiveram presentes na sede central caravanas do interior de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. No decorrer do evento, a programação incluía momentos de recepção, almoço, chás, missa, romaria, apresentações musicais, teatrais e outros planejamentos voltados ao lazer. Contudo, realizavam-se também reuniões estratégicas entre os conselheiros e os delegados representantes do interior.

Além da reunião estratégica em que esteve presente, junto aos conselheiros e a demais delegados filiados, em ocasião do 4º aniversário da FNB, Pio Damião visitou o comando central em dezembro de 1935. A folha noticiou a sua presença entre outras autoridades, reforçando que as “[...] autoridades fretenegrinas, além de outras cousas, trataram de assuntos de alto interesse para a Frente Negra Brasileira e para a Gente negra nacional” (*A Voz da Raça*, 31 dez. 1935, p. 4).

Candido dos Santos, secretário geral em Minas, esteve na sede em São Paulo em junho de 1936, a edição de julho, teceu elogios ao “jovem estudante”, descrito enquanto “[...] uma inteligência real na Raça Negra em Minas onde desfruta de trago prestígio dadas as suas qualidades” (*A Voz da Raça*, jul. 1936, p. 2).

O então correspondente do *A Voz da Raça*, além de visitar a sede central, permanecendo alguns dias na capital, ofereceu um impresso de sua autoria, no qual examinava as finalidades da FNB. Neste redigiu algumas reflexões e comentários sobre a situação da gente negra, tanto no passado como no presente, procurando articular os problemas mais urgentes a serem enfrentados e resolvidos pela associação. O texto incluiria indicações úteis aos delegados mineiros, aos quais Santos dedicou o trabalho. A descrição da visita de Santos e a maneira com que ele foi apresentado pelos redatores da folha revelam a admiração e a troca que havia entre os jornalistas e o secretário.

A interlocução entre fretenegrinos mineiros e paulistas foi constante durante toda a existência da FNB, sendo a troca de ideias e o franco diálogo igualmente práticas contínuas entre as delegações mineiras. Tais relações eram observáveis nas publicações do periódico associativo.

Em julho de 1936, o *A Voz da Raça* noticiou a chegada de uma caravana que saiu de Passos com destino a Carmo do Rio Claro. O grupo contava com um caminhão e um automóvel e chegou à cidade na tarde de 23 de maio. A visita incluiu uma sessão solene, com o discurso do delegado de Passos, Antonio Curvello Machado, que saudou “a gente negra carmelita” e avaliou o valor da união da gente negra, apresentando a cordial visita. Em seguida, o delegado da FNB em Carmo do Rio Claro, José Mathilde, expressou o contentamento que os associados sentiam ao receber a visita. A sessão abriu espaço para outros discursos e agradecimentos e, ao final, foi cantado o hino da Gente Negra Brasileira, formalidade cumprida no início e fim de todas as solenidades.

A mesma edição do jornal noticiou a fundação da FNB no estado do Espírito Santo⁴², nas cidades de Cachoeira do Itapemirim, Vitória, Veado, atual Guaçuí, Rio Pardo e Alegre. A matéria menciona a abertura de delegações em cidades mineiras: Manhumirim, Manhuaçu, Carangola e Sant’Ana⁴³.

Damião participou da programação do 5º aniversário da FNB, nos dias 19 e 20 de setembro de 1936. Após a missa em ação de graças à criação da Frente e a visita ao Museu do Ipiranga, os participantes fizeram uma visita aos túmulos dos abolicionistas e fretenegrinos, nas necrópoles da Consolação e de Araçá. O fiscal geral de Minas recebeu a honraria de ser o primeiro a depositar uma braçada de flores entre os túmulos visitados, e o presidente geral da agremiação, Justiniano Costa, deu sequência às homenagens.

Candido dos Santos publicou um extenso artigo em homenagem ao 5º aniversário associativo e declarou: “Depois da Frente Negra Brasileira para cá, o negro está tomando outra diretriz. Já se apresenta em qualquer meio com mais decência, ou melhor, no termo popular: sabe entrar e sair em qualquer lugar” (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 4).

O trabalho ocupa parte da primeira página da publicação, manifestando a relevância dada ao enunciador e à notícia (LUCA, 2018). Na página consta ainda um artigo do primeiro presidente e um dos principais articuladores ideológicos do movimento fretenegrino, Arlindo Veiga dos Santos.

João Candido declarou que o 16 de setembro de 1931 cumpriu o papel de completar o movimento reivindicatório que teve o seu alvorecer na “inolvidável manhã de 13 de Maio de 1888”. Para o secretário, as aspirações que animavam a raça negra em 1888 já não eram mais lembradas, e a liberdade conquistada naqueles tempos estava cercada de “senões”, de restrições, que, só com o decorrer dos anos, iriam desaparecer. Não obstante, desapareceriam somente com a entrega de “energias robustas” e um grande esforço em favor da Raça Negra, atribuições que a FNB possuía, com base no empenho que vinha demonstrando (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 1).

O 16 de Setembro de 1936, vem despertar ás energias dos elementos de cor.
Trará também uma nova seiva fecundadora dos nossos ideais de moços que

⁴² No que diz respeito à FNB do estado do Espírito Santo, não há uma bibliografia que se dedica a análise desses núcleos. Através do estudo do *A Voz da Raça*, é possível constatar que a delegação surgiu por volta de meados de 1936, e a folha divulgou o acontecimento na sua edição de julho de 1936. A Frente capixaba teria desenvolvido núcleos nos municípios de Veado, atualmente denominado Guaçuí, Alegre, Cachoeira do Itapemirim e Vitória, a capital do estado.

⁴³ Diante da falta de complementação do nome “Sant’Ana”, não foi possível precisar qual é a cidade mencionada. Minas Gerais possui diversos municípios com o primeiro nome “Santana”, como Santana do Deserto, Santana de Pirapama, Santana do Paraíso, Santana de Cataguases, Santana da Vargem, muitas delas bem distantes do comando central mineiro, assim como outras delegações fundadas.

batalhamos pela reivindicação de uma causa nobre por todos os aspectos e elevada pelos frutos que foram colhidos nesses anos de combate renhido (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 1).

O líder acreditava que a liberdade física era importante, todavia a liberdade moral seria mais relevante, “[...] pois esta é o apanágio de todas as realizações grandiosas”, sendo um fator preponderante para o progresso: “Si as inteligências negras permanecessem ainda sem a ablução intelectual, seria o maior descalabro para a Nação Brasileira... felizmente já se fez alguma coisa em favor disto!” (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 4).

A perspectiva do fretenegrino mineiro ia ao encontro das proposições ideológicas do comando central. Para o líder, tornava-se cada vez mais perceptível o aumento do número de negros educados. Intelectual e moralmente, estes vinham se educando com as normas fretenegrinas. A instrução “bem disseminada da raça negra” seria a mais importante conquista da agremiação, que, num futuro próximo, reuniria “os seus filhos num bloco coeso e invencível”.

Nesta hora triunfal, os corações fretenegrinos, unidos, embalados pelo mesmo pensamento, devemos fazer o nosso propósito de trabalhar com mais ardor. Pormos em pratica todas as nossas forças. Entrarmos o quanto antes em ação, pois os negros até o presente momento, não dispensaram à Frente Negra Brasileira o carinho que ela merece. Veem-na como um espantinho! De fato, ela antolha tudo que é prejudicial a raça negra, porém, ministra-lhe diretrizes para marchar firme e apta para enfrentar tudo que lhe causa danos... Irmãos negros de todo o Brasil! Para frente com a única agremiação que corresponde fielmente os anseios da Gente Negra Brasileira. Salve Frente Negra Brasileira (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 4).

Santos também toca em questões político-ideológicas complexas que a FNB vinha enfrentando, como a acusação de pertencer e compactuar com a doutrina comunista, sendo uma agremiação “assalariada pela Terceira Internacional”. O secretário mineiro nega as acusações e afirma que foram “[...] os espíritos incautos cheios de zelo balofó em salvaguarda às instituições nacionais [...]” que se apressaram em fazer tais acusações “sem o menor escrúpulo”. Entretanto, até esses inimigos teriam começado a perceber o valor da FNB, logo, muitos deles se juntaram às tropas fretenegrinas. Por outro lado, os inimigos mais vaidosos seguiam impondo suas barreiras, talvez à espera do “[...] dia bendito da vitória para integrar o séquito triunfante e fruir os gozos que custaram muitas vezes, sacrifícios e até, bagas de sangue derramadas para o êxito final da causa esposada” (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 4).

O texto intrinca fatos complexos relativos à agremiação, objetivos almejados em seu programa e um tom lírico e poético na escrita. João Candido demonstrava um profundo envolvimento associativo, concordância ideológica e disposição intelectual para seguir elevando o estandarte da FNB. A edição de setembro de 1936 incluiu, também, a programação detalhada das comemorações realizadas pela delegação de Guaxupé, em homenagem ao 5º aniversário da agremiação.

A tiragem de outubro, além de detalhar como ocorreram as comemorações do 5º aniversário da FNB, destacou a participação dos representantes e líderes de “sessenta e tantas delegações” do interior do estado de São Paulo, “[...] a Delegação Geral de Minas Gerais, com sede em Guaxupé, e as muitas delegações do mesmo Estado, tudo isso representa o grande eco que o movimento frentenegrino vai penetrando na alma da raça negra!...”. Francisco Lucrécio segue exaltando, sem embaraço, o processo de avanço e as ambições associativas:

Realmente. Já de começo, em 1931, a maioria das sociedades de gente negra enviava a mensagem de sua simpatia aos Chefes Frentenegrinos. O movimento se alastra por todo o país, estando unificado por um só governo os núcleos de S. Paulo, Minas e Espírito Santo, esperando que, em breve época, possamos unificar todos os vários grupos dispersos com igual nome ou igual finalidade, como por exemplo a Frente Negra Baiana, a Frente Negra Pelotense, etc. Que prosperem Brasil afora (*A Voz da Raça*, out. 1936, p. 4).

O editorial esclarece que o presidente geral, aproveitou a ocasião conveniente das comemorações, para, em reunião, definir “pontos doutrinários e direções administrativas”, com o propósito de impedir que as distâncias e “dificuldades naturais” prejudicassem a ação dos delegados e a resolução de casos pendentes ligados a direção geral.

A sede central, através das reuniões realizadas em 19 e 20 de setembro, procurou demonstrar aos delegados e associados a competência na execução dos trabalhos e a unidade de princípios da sede, princípios estes que deveriam continuar prevalecendo em todas as delegações filiadas.

Caravanas mineiras reuniram-se em Passos. Em novembro de 1936, estiveram presentes na sede do referido local a caravana de Guaxupé, chefiada por Pio Damião, na qual se encontrava o delegado especial de Muzambinho, José Evangelista da Silva. Para receber o grupo, o delegado, José Matilde, da cidade vizinha Carmo do Rio Claro, compareceu à reunião, acompanhado de uma comissão que incluía a chefe da Cruzada

Feminina carmelitana. A reunião findou-se com um “lauto jantar”, oferecido pelo delegado, Antônio Curvello Machado (*A Voz da Raça*, dez. 1936).

À noite, na sede social, foi realizada uma sessão literomusical, e, na manhã seguinte, as caravanas regressaram as suas respectivas sedes. A folha não detalhou os assuntos tratados ou as motivações do encontro, entretanto é possível depreender que a reunião estava ligada ao encerramento dos trabalhos anuais, com discussões a respeito das ações realizadas e direções administrativas para o ano de 1937.

A fundação da delegação de Cabo Verde, município mineiro, encerra as informações relacionadas ao estado na última edição de 1936. Fundada em 7 de novembro, teve como delegado especial empossado, Joaquim Bernardes de Souza, líder “muito bem quisto no meio negro” da cidade. Caravanas de Guaxupé e Muzambinho estiveram presentes na solenidade, respectivamente chefiadas por Pio Damião e José Evangelista da Silva.

No ano de 1937, foram publicadas dez edições do *A Voz da Raça*, e as delegações mineiras foram muito atuantes no último ano de existência da FNB⁴⁴, sendo mencionadas numerosas vezes no periódico. Em todas as tiragens, constam informações sobre as ações fretenegrinas no estado.

A edição de janeiro noticia as comemorações em decorrência do aniversário do fiscal geral em Minas, Pio Damião, em 25 de dezembro. Junto às comemorações, foi realizado o *Natal das crianças fretenegrinas*, iniciativa da Cruzada Feminina, no qual o Pai João distribuiu presentes e brinquedos as crianças. A figura do Pai João substituiu à do papai Noel, uma forma encontrada pelos fretenegrinos para valorizar o negro, em detrimento das culturas estrangeiras. O programa diurno seguiu com sessão literomusical e, à noite, sessão cívica.

A delegação de Cabo Verde também promoveu uma sessão cívica na mesma data e empossou, na direção da Cruzada Feminina, Maria Francisca. A sessão deu espaço a diversos discursos e declamação de poemas. À noite um leilão foi realizado, com brindes oferecidos pelas famílias associadas, e os valores arrecadados iriam ser revertidos em benefício da Escola Noturna da FNB, que seria fundada no município.

João Candido, secretário geral em Minas, também fez uma visita à sede central paulista em janeiro de 1937, participando da segunda domingueira do ano. O secretário

⁴⁴ A FNB foi reconhecida como partido político, noticiando o fato no *A Voz da Raça*, em agosto de 1936. A associação manteve-se em funcionamento até a implantação do Estado Novo, em 1937.

se impressionou com o “glorioso espetáculo que ali se desenrolava”, afirmando que nas domingueiras “o negro educava-se”.

De acordo com ele, as domingueiras e as ações da FNB representavam um “passo gigantesco dado na evolução educacional do negro”, um “despertar da raça”. “No decorrer do ano de 1936, os negros colheram muitas e muitas conquistas. Louros que jamais sairão dos anais da Gente Negra Brasileira”. E seguiu desejando uma boa trajetória aos “Zumbis desta geração”, que vão trilhar triunfantemente até o “dia sublime da vitória final, isto é, quando a Bandeira Frentenegrina tremular com ufanía em todas cidades do nosso glorioso Brasil”. E concluiu:

Aos representantes da “Frente Negra Brasileira” nas localidades do interior, os nossos sinceros encômios por gesto tão elevado que condiz altamente com a elevação da alma de cada um dos que ocupa tão espinhoso e quão grandioso cargo, almejando a eles, risonhas felicidades no ano de 1937, amplexo, o qual servirá de estímulo, embora humilde, mas sincera, para as pugnas que ao de se ferir nos horizontes frentenegrinos!... Avante, patricios! (*A Voz da Raça*, jan. 1937, p. 4).

Em fevereiro de 1937, a FNB em Minas Gerais passou a ter conflitos com as autoridades policiais. Em notícia intitulada *Um protesto da Frente Negra Brasileira*, os militantes protestaram contra a atitude do juiz municipal de Muzambinho, João Aristóteles Lopes, que, de acordo com eles, “sem motivo que o justificasse”, mandou o delegado de polícia local prender por algumas horas, José Evangelista da Silva, representante da FNB na cidade.

Os líderes da associação declararam que possuíam documentos em mãos, que provavam que José Evangelista não havia desacatado “quem quer que seja”, refutando, portanto, as acusações do juiz municipal. De acordo com eles, José Evangelista residia há muitos anos em Muzambinho, sem nunca ter tido quaisquer “alegações indecorosas” contra ele, ou queixas de mau procedimento. Os frentenegrinos alegaram que só “[...] pelo fato de ser ele atualmente um elemento da Frente Negra que não admite abusos e explorações no seio da nossa gente, anda hoje sempre perseguido” (*A Voz da Raça*, fev. 1937, p. 1).

As declarações anexadas no periódico citam que havia diversas pessoas de “projeção social e de valor moral” em Muzambinho, que declararam que Silva sempre foi uma pessoa honesta, com conduta exemplar. Os líderes lançaram um protesto, no sentido de evitar perseguições sem fundamento contra a gente negra, por parte das autoridades responsáveis pela ordem pública. A “nossa gente negra, que a despeito dos seus 400 anos

de vida, aliás inteiramente dedicada ao bem e a defesa do país, não pode de forma alguma ser tratada com imposições descabidas” (*A Voz da Raça*, fev. 1937, p. 1).

O documento assinado pelo presidente geral da FNB, Justiniano Costa, pelo secretário geral, Francisco Lucrécio e pelo tesoureiro geral, João de Souza, apela à democracia e aos direitos constitucionais:

Compreendemos que estamos no regime da Democracia, e por (ilegível) isto, não aceitamos influencia propriamente de força. Queremos a ordem e o respeito à Lei, porque somente dentro da Lei, sob os ditames da soberania nacional é que o homem brasileiro e especialmente o brasileiro negro, poderá triunfar nos seus objetivos, dando assim uma lição de alto civismo e desinteressado patriotismo. Preferimos estar de pé como cidadãos livres, do que morreremos aos poucos como covardes! (*A Voz da Raça*, fev. 1937, p. 1).

Em decorrência do crescimento da FNB em Minas Gerais, João Candido, correspondente em Guaxupé, passou a indicar novos representantes para o *A Voz da Raça*, nas cidades mineiras: Geraldo Miguel da Silva, em Cabo Verde, José Matilde, na cidade de Carmo do Rio Claro, o Tenente Vila Del Constant Pereira, na cidade de São João Del Rey, Antônio Juvêncio Matias, em Pratápolis⁴⁵, o professor José Luiz de Mesunita, no município de Lavras, Manoel Meireles, em Varginha. A intenção ao indicar os representantes era motivá-los a propagar a folha e difundir a FNB nessas localidades.

Na edição de março de 1937, a delegação de Carmo do Rio Claro comemorava o seu primeiro aniversário, agradecendo o auxílio da delegação de Passos, durante o processo de fundação. Sobre os esforços necessários à continuidade do trabalho desempenhado, os fretenegrinos carmelitas declararam:

Decorrido um ano, grande é o progresso existente, fruto de hercúleos esforços da digna diretoria, que com grande habilidade e dedicação, vem derrotando um a um todos os obstáculos que depara no caminho, único, que conduz o negro para a escola, moralizando os seus costumes, ensinando-o a servir e a amar sua pátria e seus patrícios de cor (*A Voz da Raça*, mar. 1937, p. 2).

Através do trecho, identificam-se as estratégias de ação adotadas pela FNB em Minas Gerais, planejamentos alinhados ao comando central em São Paulo, “condução do negro para a escola”, “a moralização dos costumes”, o “servir e amar a pátria” e os seus irmãos de raça. Por meio da educação, da ação direta contra o preconceito, através da moralização e valorização da nação e da raça, procedimentos eram estabelecidos, a fim de reverter a situação da população negra no país.

⁴⁵ Distrito de São Sebastião do Paraíso – MG.

André Côrtes de Oliveira (2006) definiu assertivamente na dissertação: *Quem é a “gente negra nacional?”*, quais eram os recursos utilizados pela agremiação, para elevar tanto o estado físico quanto o educacional e o cultural do negro.

A questão, desta maneira, deslocava-se do eixo raça para o eixo civilização. A educação escolar e religiosa cumpriria o papel de transformar o negro num membro ativo da civilização e do país. Sua evolução fora impedida não por limitações da raça, mas pela opressão. A inteligência deixa de ser, portanto, um atributo biológico da raça para tornar-se uma possibilidade mediante o cultivo cuidadoso pela educação. Este discurso possibilita a transformação do que era considerada uma inferioridade natural para uma questão histórica e social (OLIVEIRA, 2006, p. 60).

A edição de março incluiu ainda os planejamentos para a abertura de um novo núcleo. O representante do *A Voz da Raça* em São João del Rei, o Tenente Vila Del Constant Ferreira, enviou um comunicado ao departamento de imprensa, relatando as ações que vinham sendo desenvolvidas para a criação da delegação no município. O representante e um grupo de mulheres, a saber, Alaíde Santos, Carmela Batista das Neves, Antônia Tereza da Silva e Julia do Nascimento, estavam trabalhando a fim de congregar “os elementos da raça” para a fundação.

O intercâmbio entre as agremiações foi novamente descrito nas edições que se seguiram. Uma caravana de São Sebastião do Paraíso esteve em Guaxupé em fins do mês de março. Na mesma edição, noticiou-se a mudança do representante do *A Voz da Raça* em Guaxupé, anteriormente a cargo de João Candido dos Santos. O novo representante, João Micanor da Silva, fez uma visita às dependências do jornal (*A Voz da Raça*, abr. 1937).

As comemorações em homenagem ao 13 de maio também foram ostensivamente noticiadas. As agremiações de Guaxupé, São Sebastião do Paraíso e Muzambinho fizeram questão de enviar as suas respectivas programações. O 7 de setembro também foi uma data comemorada em Cabo Verde. Recém-implantada, a agremiação promoveu um variado programa, com hasteamento da bandeira nacional sob salva de tiros e o canto do hino nacional, missa em ação de graças e benção da sede fretenegrina. A sessão cívica realizada ao anoitecer reuniu “pessoas de destaque da cidade”, e o prefeito do município Álvaro Brasiliense Fernandes, esteve presente.

Com base na análise desenvolvida, no número considerável de notícias, informes e artigos ligados a delegações fretenegrinas de Minas Gerais, através do *A Voz da Raça*, é notória e clara a correlação entre as agremiações mineiras e a sede central paulista. Por meio dos dados do periódico, conclui-se que o comando central mineiro e suas delegações

alcançaram um destacado espaço institucional, estando alinhados ideologicamente e unificados à matriz fundadora.

4 SOB O OLHAR DA POLÍCIA POLÍTICA: OS CONFRONTOS FRENTE NEGRINOS A PARTIR DOS PROCESSOS DO DOPS

Sabe-se que, após a disputa pelo controle da agremiação, no contexto da fundação da FNB em fins de 1931, o grupo liderado por Arlindo Veiga dos Santos tomou a direção da associação, estabelecendo uma administração com características centralizadoras, conservadoras, nacionalistas, antiliberais e anticomunistas. Liberac e Pires (2005) definiram a Frente Negra Brasileira como uma agremiação administrada por um grupo “integralista-monarquista”.

Através da análise do periódico *A Voz da Raça*, foi possível constatar que a FNB em Minas Gerais desenvolvia suas ações levando em consideração os estatutos e as diretrizes que vinham do comando central paulista e que havia um diálogo claro entre as direções associativas.

Contudo, mesmo diante do alinhamento ideológico entre a FNB de Minas Gerais e a sede em São Paulo, em meados de 1937, uma delegação da FNB no estado, situada no município de Oliveira, foi denunciada ao Dops (Departamento de Ordem Política e Social), sob acusações de comunismo feitas por um grupo integralista.⁴⁶

O fiscal geral da FNB em Minas viu-se obrigado a tomar frente da situação e prestar esclarecimentos ao chefe de polícia Ernesto Dornellas. Em declaração, Pio Damião entregou uma cópia dos estatutos da agremiação e procurou deixar claro que a FNB não tinha orientação de esquerda e trabalhava única e exclusivamente com a finalidade de promover a melhoria das condições de vida da população negra.

Em seus esclarecimentos, o líder frentenegrino procurou garantir às autoridades que o objetivo da associação era o “levantamento e a unificação da raça negra, que, desde 1888, vem lutando com ingentes sacrifícios, quer natural, moral e intelectual, e por isso merece o apoio de todo cidadão honesto”.⁴⁷

O documento, datado de 20 de julho de 1937, deixa claro que a intenção do fiscal geral da FNB em Minas era intervir junto ao chefe de polícia, em auxílio à FNB de Oliveira, que vinha sofrendo ataques de um grupo integralista.

⁴⁶ Os documentos relacionados à investigação que o Dops empreendeu sobre a Frente Negra Brasileira, colhendo o depoimento do então delegado e coordenador da agremiação, Pio Damião, encontram-se disponíveis no banco de dados digitalizado do Arquivo Público Mineiro (APM). Documentos arquivados na pasta número 4643.

⁴⁷ Parte da declaração de Pio Damião ao chefe de polícia Ernesto Dornellas, pasta 4643 (imagem de número 1655).

O delegado da associação negra em Oliveira, João Batista Viróte, comunicou ao fiscal geral que a agremiação estava passando por grandes dificuldades em suas ações, pois as insinuações feitas pelos integralistas prejudicavam a “marcha da FNB”, e os trabalhos realizados para o “soerguimento da moral do negro” jamais produziram efeitos diante das infundadas acusações.

Denúncias relacionando a FNB ao comunismo também foram contestadas através de seus líderes no *A Voz da Raça*. A edição de abril de 1936 estampava o título: *Preso como extremista o presidente da Frente Negra Mineira*. A matéria, no entanto, foi publicada para refutar as acusações que circulavam em outros jornais, deixando claro que o “pseudopresidente” da FNB em Minas Gerais, Claudino José da Silva, não fazia parte do quadro de sócios frentenegrinos.

Paulo Barbosa, frentenegrino que assina a matéria, argumenta que, depois de tantas batalhas enfrentadas pelos negros, “vem de surgir esse negro, agora com manias de comunista, o regime que todos nós o abjuramos, porque é a destruição da família e o apunhalamento das dignidades pátrias”. De acordo com Barbosa, o regime comunista é “escravagista” do homem para a produção absoluta do estado. E segue argumentando em defesa da delegação mineira:

Como poderia então a Frente Negra Brasileira, que tem por princípio o nacionalismo absoluto e integral, ser comunista? Como poderíamos nós, então, sustentar a campanha frentenegrina que já vai para cinco anos, quando o meio em que militamos, não o quer de maneira alguma, e o rejeita naturalmente, porque o homem negro é naturalmente mais nacionalista do que qualquer brasileiro! (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p.1-2).

O frentenegrino apresenta o “nacionalista integral” e “absolutamente integral” como viés político e ideológico da Frente Negra Brasileira. De acordo com Paulo Barbosa, as delegações de Minas Gerais, “sob a chefia sabia e digna de seu grande chefe” Pio Damião, deveriam seguir altivas, rumo às grandes vitórias que conquistariam.

Em setembro de 1936, o secretário geral mineiro, João Candido dos Santos, ao escrever um texto em comemoração ao 5º aniversário da FNB no *A Voz da Raça*, relembrou as acusações que a agremiação vinha sofrendo por parte de seus inimigos, que eram incapazes de reconhecer o valor da associação.

Os conflitos político-ideológicos são perceptíveis nas páginas do jornal oficial da FNB, os quais ocorreram tanto em relação à sede central paulista quanto no que se refere a suas delegações. Apesar de estarem unificadas à sede central, as delegações

frentenegrinas de Minas Gerais sofreram acusações de envolvimento comunista e tiveram que lidar com rivalidades e disputas ideológicas com um grupo integralista.

Com base no exposto e buscando compreender estes conflitos, as peculiaridades ideológicas da FNB em Minas Gerais e as relações estabelecidas entre os frentenegrinos, os seus denunciadores e as autoridades policiais, serão utilizados, para a construção deste capítulo, treze pastas documentais, processos do Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social, em Minas Gerais (Dops). O departamento da polícia política acompanhava e investigava as atividades da FNB no estado, sendo que os dados estão disponíveis no Arquivo Público Mineiro (APM).

4.1 OS PROCESSOS ENFRENTADOS PELA FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM MINAS GERAIS

Em 20 de julho de 1937, a sede central da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais enviou uma correspondência ao chefe de polícia do estado, Ernesto Dornellas. A carta visava esclarecer o que era a FNB e solicitava “algumas providencias acerca do que se está passando entre o Delegado da F.N.B. em Oliveira e os Integralistas daquela cidade mineira” (pasta 4643, imagem 1655).

Ao dividir a explanação do documento enviado em dois itens, Pio Damião, delegado geral mineiro, com sede em Guaxupé, esclarece o que é a FNB, por qual razão foi fundada e quais são os seus objetivos, inclui também a data e o local de fundação da agremiação e expõe:

Item Iº - A Frente Negra Brasileira é uma sociedade fundada em 16 de Setembro de 1931 em S. Paulo, com raio de ação em todo o Brasil (conforme o artigo Iº dos seus estatutos), visando a unificação da raça negra brasileira, que desde 1888, vem lutando com ingentes sacrificios, quer material, moral ou intelectual. Portanto, uma agremiação racial, diferente de muitas que se fundaram no Brasil, pois almeja o levantamento do negro material, moral e intelectualmente, logo deve merecer o apoio de todo cidadão honesto e principalmente das autoridades constituídas do País.

Algumas sociedades ha que logo após a sua fundação, desvirtuaram das suas finalidades, ao passo que a Frente Negra Brasileira, vem cumprindo impecavelmente os seus estatutos, difundindo nos seus núcleos (delegações) a Instrução, que é tão escassa nas camadas negras.

A sua ótima organização quanto ao soerguimento da moral do negro, tem merecido os maiores encômios da parte dos Snr. Delegados de Polícia nos municípios mineiros onde está fundada a Frente Negra Brasileira, dado o auxílio que ela empresta às autoridades, para que haja disciplina e sejam respeitados os bons costumes.

Outro papel importante da F.N.B. é a sua proteção aos negros, que infelizmente, são desprovidos dos meios materiais, muitas vezes, nem o

suficiente para a sua manutenção têm, quanto mais para galgarem ao conhecimento intelectual, isto é frequentar colégios e universidades. E ela, depois de organizado o seu patrimônio, exclusivamente com as quotas mensais dos sócios e que todos sejam unidos, pode sanar este gravame que pesa em geral negra. Por conseguinte, a F.N.B. é uma união racial, que trará muitos benefícios à raça negra e ao Brasil, porque as suas finalidades são rigorosamente brasileiras e executadas de acordo com a lei básica do País (pasta 4643, imagem 1655).

Pio Damião, além de apresentar as finalidades da agremiação e a sua importância para o desenvolvimento social dos negros, uma vez que os mesmos estavam lutando por melhores condições de vida e acesso à educação, através dos seus próprios esforços e recursos, apontou também a idoneidade da entidade e o merecimento do respeito por parte das autoridades. Expôs ainda um conflito que vinha prejudicando as ações e trabalhos associativos em uma das delegações fretenegrinas mineiras, localizada no município de Oliveira. De acordo com o líder, o delegado da FNB em Oliveira, João Batista Viróte, comunicou-o que um grupo integralista daquela cidade:

[...] veem antolhando a marcha da Frente Negra Brasileira, afirmando que a mesma é comunista e pondo deste modo este Snr. em dificuldade, porquanto, a sua ação seria inútil, pois com essa insinuação que os Integralistas a acusam, jamais o seu trabalho produzirá efeitos (pasta 4643, imagem 1655).

Pio Damião deixou claro que a Frente Negra Brasileira e o seu programa de lutas não aceitava imposições de estrangeiros, principalmente de comunistas, que são os “inimigos número um do país”, pois a agremiação que vinha progredindo há seis anos nunca havia colocado as autoridades do Brasil em dificuldades, antagonicamente a FNB deu e daria às autoridades o maior prestígio, auxiliando-os quando necessário.

Após a exposição, o fiscal geral pede a autoridades policiais que examinem “com carinho o caso de Oliveira, dando solução por intermédio do Snr. Delegado de Polícia daquela cidade, pondo termo a essas acusações que vêm obstruindo o trabalho da Frente Negra Brasileira” (pasta 4643, imagem 1655).

Após o pedido, o líder fretenegrino indica um nome a quem o capitão Ernesto Dornellas poderia recorrer para colher “informações minuciosas acerca do que é a F.N.B.”, o deputado estadual, chefe local e também um dos benfeitores da agremiação, Francisco de Oliveira, que se encontrava na capital do estado naquele período. Damião forneceu o endereço do hotel onde o deputado estava hospedado e esclareceu que ele estava à disposição para ir até a delegacia e prestar informações pessoalmente.

No documento ainda consta que a Frente Negra Brasileira havia se tornado partido político, reconhecido pelo Supremo Tribunal de Justiça Eleitoral em outubro de 1934⁴⁸. Por ser Guaxupé a sede central da Frente no estado de Minas Gerais, o seu delegado e fiscal geral, ao receber a reclamação do delegado em Oliveira, achou necessário comunicar a ocorrência às autoridades, acreditando que o Chefe da Polícia do estado daria solução à questão de modo prático (Figura 2).

Através desses documentos processuais, anexados à pasta 4643, tornou-se possível verificar a postura e conduta escolhidas pelo delegado geral da Frente Negra no estado de Minas Gerais, e Pio Damião buscou, através dos meios legais, resolver os conflitos políticos e ideológicos que atingiam a associação que dirigia. A inexistência de documentos institucionais preservados, dos núcleos da FNB no estado, impulsionou a busca por fontes alternativas, documentos que possibilitem compreender a realidade dessas delegações, as dinâmicas que as envolviam, como essas associações se apresentavam e lutavam por suas existências.

Não é de hoje que os historiadores vêm usando processos criminais como fonte para a análise histórica, seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria Justiça e seus agentes em diversas temporalidades (GRINBERG, 2009, p. 121).

Keila Grinberg (2009), ao esclarecer de que maneira esses processos judiciais passaram a ser utilizados enquanto fontes de pesquisa histórica, afirma que o historiador precisa saber exatamente do que se tratam esses documentos, sua lógica de constituição e as regras que lhe são próprias. De acordo com a historiadora, para trabalhar com os processos criminais, é fundamental ter em mente “[...] o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário” (GRINBERG, 2009, p. 122).

⁴⁸ A informação presente na correspondência está equivocada; a decisão do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, ao aceitar a Frente Negra Brasileira enquanto partido político em “âmbito de ação nacional”, foi noticiada pelo *A Voz da Raça*, jornal oficial da entidade, apenas em agosto de 1936 (*A Voz da Raça*, ago. 1936, p. 2).

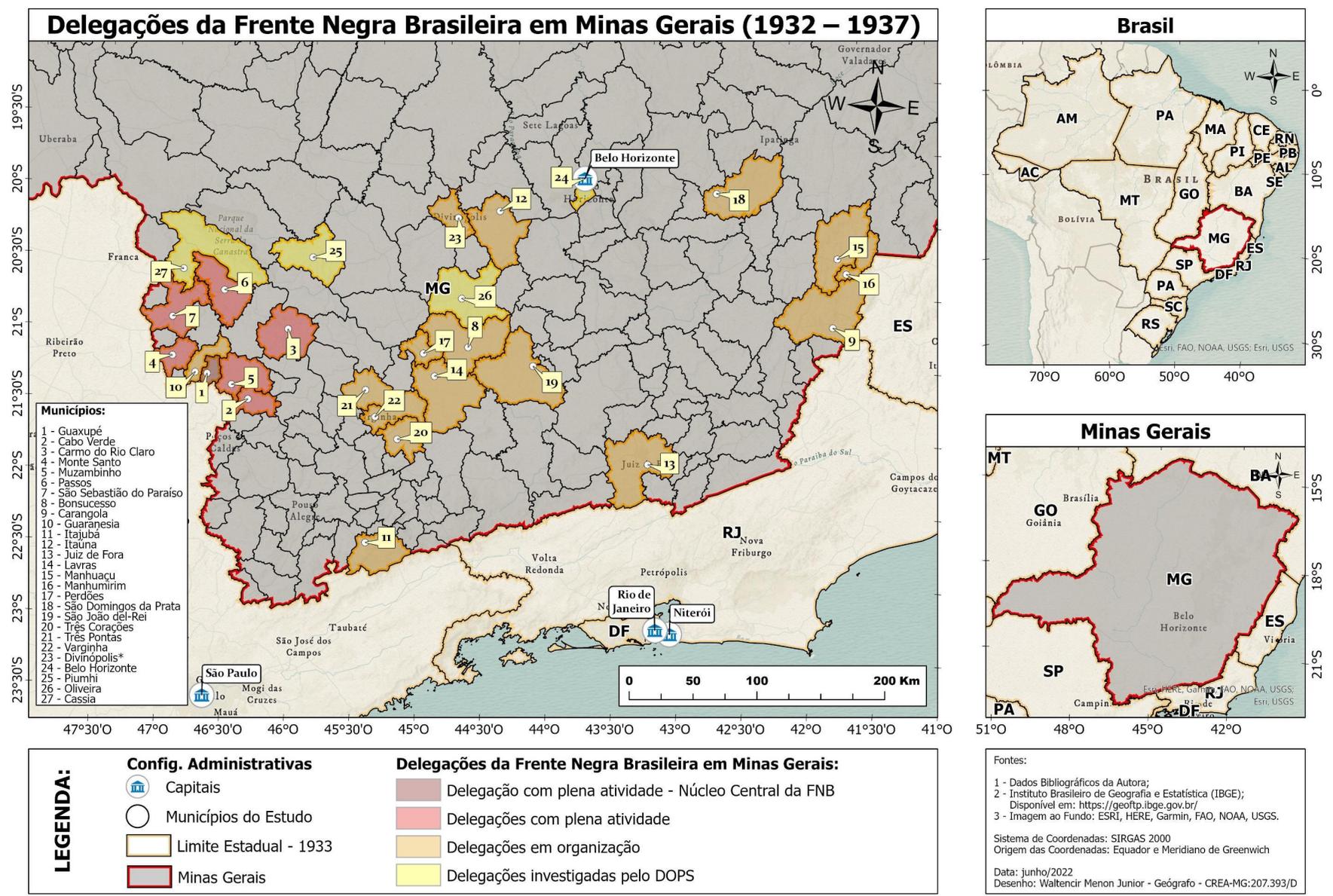


Figura 2: Mapa das Delegações com base no jornal *A Voz da Raça* e nos processos do Dops.

Levando em conta tais observações, faz-se necessário ressaltar o contexto político e social o qual está sendo empreendido, observar o que era considerado crime e quais condutas eram controladas e reprimidas pelo estado. Tais aspectos revelam-se essenciais para a análise dos processos e a construção do conhecimento sobre as Frentes em Minas Gerais.

Getúlio Vargas assumiu o poder em outubro de 1930 e nele permaneceu por 15 anos, foi chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador no âmbito do Estado Novo. Foi deposto em 1945 e voltou à presidência pelo voto popular em 1950, não completando o seu mandato ao se suicidar em 1954.

Ao assumir o poder em outubro de 1930, Vargas personificou uma administração diferente à da política oligárquica; suas medidas centralizadoras se iniciaram assim que assumiu o Executivo, o presidente dissolveu o Congresso Nacional e os legislativos estaduais e municipais, tomando para si, o poder Legislativo. Reprimiu partidos e organizações de esquerda, especialmente o PCB, e enfrentou ferrenha oposição paulista, com a deflagração de uma guerra civil, a Revolução Constitucionalista de 1932. Após vencer a disputa e contornar a situação, o governo provisório decidiu constitucionalizar o país, realizando eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933.

Em meio a reivindicações operárias, greves, paralisações em diversos setores e em várias regiões do país, irrompem campanhas contra o fascismo, culminando com violentos embates entre antifascistas e integralistas em São Paulo, nos últimos meses de 1934. O governo, então, respondeu com a lei de 4 de abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional.

A lei definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidades nas classes armadas; a incitação de ódio entre classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social, por meios não permitidos pela lei (FAUSTO, 2010, p. 359).

Vargas enfrentaria ainda a oposição da Aliança Nacional Libertadora (ANL), composta por comunistas, tenentes de esquerda e outros grupos, com uma direção que oscilava entre a tentativa de consolidação de uma aliança de classes e a perspectiva de insurreição para a conquista do poder. E lidou com a tentativa de um levante comunista, desferida em novembro de 1935, investida fracassada que gerou sérias consequências, visto que abriu caminho para a escalada autoritária com amplas medidas repressivas.

A partir de 1936, diversas medidas excepcionais foram aprovadas pelo Congresso, a pedido do Poder Executivo, durante o curso da insurreição em 25 de novembro de 1935. O estado de sítio foi decretado, sendo prorrogado até junho de 1937, equiparado a um estado de guerra. Em março de 1936, a polícia invadiu o Congresso e prendeu cinco parlamentares que haviam apoiado ou demonstrado simpatia à ANL. O Congresso admitiu as prisões e autorizou a abertura de processos contra os parlamentares.

Órgãos específicos para a repressão foram criados; como exemplo, cita-se a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, formada e anunciada pelo ministro da Justiça, em janeiro de 1936, que se encarregava de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais. O poder da polícia da capital federal aumentou substancialmente, e Vargas elogiou inúmeras vezes o trabalho do chefe de polícia Filinto Müller, mantendo comunicação direta com o colaborador, mesmo Müller sendo subordinado ao Ministério da Justiça.

Posteriormente o Tribunal de Segurança Nacional foi instituído pelo Congresso Nacional, começando a funcionar em fins de outubro de 1936. Inicialmente o tribunal destinar-se-ia apenas a julgar os envolvidos na insurreição de 1935, todavia transformou-se em um órgão permanente do governo Vargas, mantido durante todo o Estado Novo, instituído em fins de 1937 (FAUSTO, 2010).

O desenvolvimento de diversos aparatos e dispositivos de controle e repressão, contra associações e partidos que pudessem representar ameaças ou subversão da ordem, gerou denúncias mútuas entre grupos que se opunham ideologicamente ou não estabeleciam relações amistosas.

Ao recorrer ao chefe de polícia do estado de Minas Gerais, o Capitão Ernesto Dornellas, Pio Damião procurou utilizar as vias legais para solucionar os conflitos que envolviam a Frente Negra Brasileira, todavia, em resposta ao pedido, datada em 3 de agosto de 1937, as autoridades policiais declararam que não cabia a elas impor regras de civismo entre os grupos políticos antagônicos, em razão das muitas rivalidades existentes:

Os integralistas atacam diariamente os liberais e os comunistas e vice-versa; os udebistas e os americanistas se atacam brutalmente todos os dias. O presidente da República e o governador do Estado são a todo o instante, vilmente atacados pelos udebistas e comunistas. E é claro que a polícia não cabe impor regras de civismo a políticos ou partidos políticos (pasta 4643, imagem 1654).

A polícia do estado declarou que o assunto não era urgente e, assim, seria aguardada a vinda do delegado Moretzsohn, para que este redigisse as instruções cabíveis ao delegado da cidade de Oliveira. Após esta declaração, nada mais foi mencionado a respeito do conflito entre os fretenegrinos e integralistas em Oliveira, nem qualquer ação foi mencionada pelo delegado da ordem pública do estado.

Com base na análise realizada em outro conjunto de documentos, a pasta 4790, com registros ligados a investigações policiais empreendidas no município de Oliveira, as apurações incluíam o ano de 1936, período em que a Ação Integralista Brasileira (AIB) exercia atividade plena e registros das atividades entre 1937 e 1945, período em que a AIB já havia sido extinta. Através dos dados, identifica-se uma inegável e bem-organizada atuação da Ação Integralista Brasileira na localidade, mesmo no período de ilegalidade. A título de esclarecimento, em novembro de 1936, a AIB em Oliveira entrou com um mandado de segurança na justiça, queixando-se contra as medidas tomadas pela polícia local.

Com base nas declarações prestadas pelo então delegado especial da cidade, em resposta ao mandado de segurança expedido, os integralistas desrespeitavam as leis, faziam passeatas pelas ruas e reuniões em sede própria e nelas usavam de “[...] linguagem insultuosa às autoridades constituídas e contrarias a existência do regime republicano, adotado no país”. Em vista dessas ações e nos termos da Lei de Segurança, o delegado, então, proibiu as passeatas, permitindo apenas reuniões na sede, entre os filiados ao núcleo. E declarou:

[...]. Meu objetivo foi evitar a propaganda de ideias subversivas ou contrarias ao regime, incitando a revolta e ao desrespeito às autoridades constituídas, crime capitulado na Lei de Segurança.
Absolutamente não proibi as reuniões dentro da sede do núcleo, como também de maneira alguma impedi aos integralistas o uso de seus distintivos.
Desta forma, Sr. Dr. Juiz de Direito, parece-me que o mandado de segurança não tem razão de ser, pois na parte referente a passeatas, pregação de ideias subversivas, era dever da polícia faze-lo, dever e direito.
Sobre a permissão de distintivos e reuniões dentro do núcleo, não proibi, e o mandado deve ser julgado prejudicado ante esta informação (pasta 4790, p. 215–216).

As declarações do delegado especial deixam explícitos os espaços de disputa e reinvidicação acionados pelos integralistas locais. Documentos posteriores enviados pela Delegacia Especial de Polícia de Oliveira incluíram listas com a relação nominal de integralistas do município, sendo adicionadas as ocupações profissionais desses membros, entre eles fazendeiros, professores, bancários, universitários, fiscais da

prefeitura, alfaiates, operários, entre outras profissões. Havia investigações em busca dos nomes de funcionários que exerciam cargos públicos e estavam filiados à doutrina integralista, entre outros controles.

A documentação processual inclui, também, pedidos de autorização por parte da AIB visando promover reuniões em recinto fechado, solicitações para percorrer os distritos em propaganda à doutrina integralista, documentos ligados a impasses relacionados ao hasteamento da bandeira do sigma nas fachadas dos núcleos municipais, queixas formais acerca das regras que eram impostas aos núcleos para a realização de sessões internas e recortes do jornal *A Offensiva*. Tal periódico integralista carioca, em novembro de 1937, denunciava as autoridades de Oliveira, Minas Gerais, alegando que o delegado de polícia impedia que os integralistas realizassem suas sessões doutrinárias e que, na região, os camisas-verdes estavam sendo perseguidos e eram vítimas de arbitrariedades⁴⁹.

O volume documental existente exprime o aflorado confronto entre os núcleos integralistas e as autoridades da região, além de demonstrar que os integralistas oliveirenses recorreram aos seus contatos associativos em outras regiões do país, como a periódicos integralistas do Rio de Janeiro, em busca de apoio e a fim de denunciar as perseguições que vinham sofrendo.

O acalorado momento político possibilita inferir que, assim como estavam sofrendo pressão e controle por parte das autoridades, o núcleo integralista de Oliveira também procurou denunciar às autoridades os grupos políticos e sociais que eles identificavam como de oposição à ordem estabelecida, o que aparenta ter sido o caso da denúncia contra a Frente Negra Brasileira. A finalidade das denúncias, para além das motivações ideológicas e fortes convicções institucionais, estaria atrelada ao desejo de se distanciar do foco do controle policial.

A associação feita pelos integralistas em Oliveira, relacionando a Frente Negra Brasileira com o comunismo, não foi uma associação singular. Entre os documentos presentes nos processos do Dops, a mesma relação foi feita em Piumhi, outro município

⁴⁹ Pimentel (2021), em estudo sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) em Minas Gerais (1932–1938), utilizou, como fontes de pesquisa, jornais e folhetos produzidos pela AIB, jornais de Minas Gerais e documentos do fundo Dops – Departamento de Ordem Política e Social, em Minas Gerais. Através das fontes, buscou acompanhar o processo de estruturação, desenvolvimento e desestruturação da AIB no estado. Ao utilizar o fundo documental do Dops, o autor identificou a recorrência de impedimentos, proibições e a vigilância vivenciadas pelos militantes integralistas.

mineiro. No processo, consta a tentativa de diálogo que um grupo comunista procurou estabelecer com a FNB local, supondo ser comunista esta associação.

Em 22 de setembro de 1936, em um termo de declaração, o declarante Tobias Paula Pertence, com 72 anos, de cor morena, viúvo e professor primário rural no distrito de São Roque, prestou esclarecimentos a Orlando Moretzsohn, em Belo Horizonte. O professor declarou que era político militante em apoio ao governador Benedito Valadares, aliado de Getúlio Vargas no período, e comunicou:

[...] há tempos, no ano de mil novecentos e trinta e três, foi fundada, em Piumhi, uma agremiação denominada “Frente Negra”, que esta agremiação tinha em vista a educação moral e cultural dos homens de cor, tanto assim que era subvencionada pela Prefeitura Municipal, que pouco tempo depois de sua fundação recebeu a “Frente Negra” um memorial assinado por José Bezerra Gomes concitando os associados a se manterem coesos, porque o dia da liberdade se aproximava, acrescentando textualmente, “no dia vinte e sete de novembro, às cinco horas da tarde, vós sereis livres”, que esse memorial foi remetido à “Frente Negra” no decorrer do ano passado; que José Bezerra Gomes, segundo o declarante soube informar, não mantinha anteriormente, qualquer relação com os membros da “Frente Negra”; que a “Frente Negra”, como o declarante afirmou linhas acima, não era comunista, que em Piumhi existem alguns comunistas e estes são os partidários do Deputado Abílio Machado. Nada mais disse (pasta 4853, p. 52–53).

O declarante prestou esclarecimento à polícia em setembro de 1936, contudo tais acontecimentos ocorreram meses antes, como fica evidente em uma carta datada de 5 de março de 1935. Nesta, Tobias de Paula, em busca de apoio e em razão do mal-entendido, envia uma correspondência ao governador do estado, Benedito Valadares. Tobias esclareceu que a Frente Negra “nada tem a ver com o comunismo”, mas que o Centro Comunista de Santo Hilário, região da Capetinga, supondo que a sociedade fosse comunista, mandou um empregado da Empresa Coutinho e Irmãos entregar ao presidente da Frente Negra três circulares comunistas: “[...] o presidente indignou-se e eu estando presente tomei uma daquelas circulares que ora remeto a V.Exa. para vosso conhecimento” (pasta 4853, p. 48).

As circulares e a movimentação comunista explicitadas coincidem com o contexto de tentativa do levante de 1935. Em sua declaração, Tobias ainda destacou a necessidade de vigilância em relação aos comunistas, e, de acordo com o declarante, eles estariam bem armados e municiados, oferecendo perigo à região. Esclareceu também que uma das circulares estava nas mãos do tesoureiro da prefeitura de Piumhi e pediu sigilo de seu nome, pois temia por sua segurança.

Com o início do Estado Novo, quando em 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. Getúlio Vargas anunciou as mudanças que estavam por vir e a entrada em vigor da Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos.

Em meio a muitas dúvidas sobre como proceder em relação ao fechamento das associações e partidos políticos, muitas delegacias municipais recorreram a respectivas Delegacias de Ordem Pública. Em Minas Gerais, as autoridades locais buscaram instruções com o Chefe de Polícia, Ernesto Dornellas.

Em 10 dezembro de 1937, o delegado de polícia da cidade de Cassia, Oscar Arthur Mello Moraes, buscou orientações sobre como proceder em relação a um requerimento enviado pela Frente Negra Brasileira local. A FNB desejava obter autorização para realização de uma cerimônia de instauração da sua sede, que seria realizada em 19 de dezembro de 1937. O delegado Oscar Moraes buscou esclarecimentos acerca da atitude que deveria tomar, diante do decreto que havia dissolvido os partidos políticos do país.

Cumpri-me informar que a frente negra neste município só tem desenvolvido atividades beneficentes e recreativas, mas minha dúvida reside no fato de ser filiada à frente negra brasileira que, até 10 Novembro era, conforme seus estatutos, união política e social da raça. Resposta idêntica de V.Exa. solicito quanto á conduta que devo ter em relação ao centro espirita local (pasta 4643, imagem 1652).

A busca por instruções foi recebida pelo delegado de ordem pública, Orlando Moretzsohn, que, em 13 de janeiro de 1938, emitiu uma resposta à delegacia de Cássia, pedindo que encaminhassem à Delegacia de Ordem Pública um exemplar dos estatutos da referida sociedade, para que um exame detalhado fosse realizado.

O documento solicitado foi enviado, todavia a agremiação de Cassia optou por modificar o nome original, não adotando o nome Frente Negra Brasileira, o objetivo era desvincular a existência da agremiação, das atividades políticas desenvolvidas pelo núcleo paulista. O nome Frente Negra Brasileira poderia ser relacionado pelas autoridades a ações políticas, em razão do fato de a agremiação ter se tornado um partido político registrado em meados de 1936.

A Frente de Cássia passou a denominar-se *Associação Princesa Isabel de Cássia: Sociedade Civil Beneficente e Recreativa*. Seus estatutos foram aprovados em assembleia geral de fundação, em 2 de janeiro de 1938. Em seu artigo 1º, a agremiação se apresentou como uma “[...] sociedade civil com fins educativos, beneficentes e recreativos, com sede na cidade de Cássia e âmbito no município do mesmo nome, estado de Minas Gerais”.

Seus órgãos sociais eram compostos por uma Assembleia Geral, órgão de maior autoridade, seguidos de uma Diretoria e uma Comissão de Sindicância. Trinta e seis sócios fundadores, entre homens e mulheres, assinaram a ata com os estatutos fundamentais.

A cópia dos estatutos da associação foi enviada a Delegacia de Ordem Pública em 24 de janeiro de 1938, junto aos estatutos, e, em resposta ao ofício recebido, o delegado de Cássia pontuou a formação recente da agremiação e a não filiação desta à Frente paulista, “[...] cumpri-me esclarecer-lhe o seguinte: - A Frente Negra Brasileira, a qual foi dissolvida em todo o país, o fim era quase que exclusivamente político, não tendo a de Cássia chegado a filiar-se a ela [...]”. Apesar das tentativas, a agremiação de Cássia não permaneceu em funcionamento, sendo dissolvida em março de 1938 (pasta 4643, imagem 1643).

A Frente Negra Brasileira com sede no município de São Sebastião do Paraíso também foi investigada pela delegacia do município, que visava cumprir a circular c.p. 2º/255, enviada pela Delegacia de Ordem Pública à regional, em 10 de agosto de 1936, período anterior à instalação do Estado Novo.

A fim de executar as ordens da circular, o delegado especial em São Sebastião do Paraíso, o major José Machado da Silveira, buscou instruções enviando uma correspondência a Delegacia de Ordem Pública em outubro de 1936, pois a sociedade política e recreativa, com sede em Guaxupé, achava-se registrada no Cartório do 2º tabelião da capital e “[...] por efeito desse registro, isenta do que preceitua a circular acima referida, como se vê da nota junta do advogado Joaquim Ferreira Gonçalves, enviada a esta Delegacia” (pasta 4979, p. 6).

O advogado da agremiação prestou esclarecimentos à chefia de polícia, e sua declaração foi enviada juntamente ao pedido de instrução a Belo Horizonte. Para respaldar os direitos de funcionamento associativos, o advogado Joaquim F. Gonçalves enviou uma curta explicação à delegacia de polícia. No documento, há um carimbo de recebimento datado em 16 de outubro de 1936, e, na curta declaração, o advogado dirige-se a autoridades:

A Frente Negra Brasileira, registrada como está, tem exercício permitido em todo o país, isto é, âmbito nacional.
Assim, o núcleo da Frente Negra desta cidade, é filiado a Frente Negra Brasileira, não precisando ser registrada aqui (pasta 4979, p. 5).

Em 16 de outubro de 1936, a Delegacia de Ordem Pública submeteu os documentos às considerações da Delegacia de Costumes e Jogos. Posteriormente, no dia 29 de novembro de 1936, Orlando Moretzsohn solicitou ao delegado Miguel Gentil, que requisitasse, junto à delegacia de São Sebastião do Paraíso, informações sobre a natureza da sociedade e um exemplar de seus estatutos.

O último documento relacionado ao levantamento de informações sobre a Frente paraisense, de número 14378, é a cópia de uma correspondência, datada em 30 de dezembro de 1937, na qual Orlando Moretzshn solicita novamente informações sobre o caráter da sociedade, bem como a cópia de seus estatutos.

A pasta documental 4643 inclui, ainda, os estatutos de uma “nova” sociedade negra criada em Guaxupé, a *Sociedade da Raça Negra de Minas Gerais*. Em 5 de junho de 1938, seus membros fundadores enviaram uma cópia das proposições estatutárias ao delegado Miguel Gentil, solicitando o seu auxílio no exame da proposta e lhe pedindo sugestões, caso fosse necessário realizar alguma alteração, antes que a Sociedade sujeitasse o documento à chefia de polícia.

Ao analisar os estatutos propostos, estabelecendo uma comparação entre estes e o estatuto oficial da Frente Negra Brasileira, é possível constatar que os artigos foram criados a partir de uma evidente adaptação dos estatutos originais da FNB. A sequência dos artigos se mantém na maior parte das resoluções, sendo retirados os artigos ligados a atividades políticas.

O artigo 3º, que esclarece quais eram os objetivos da nova agremiação, é praticamente idêntico à antiga proposta frentenegrina. “Art. 3º - A “SOCIEDADE DA RAÇA NEGRA DE MINAS GERAIS”, como organização racial, visa ao desenvolvimento e à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídico-econômica e do trabalho dos seus associados.

Em seu artigo 6º, a autoridade máxima do presidente também é identificada: “Art.6º - O Presidente da “SOCIEDADE DA RAÇA NEGRA DE MINAS GERAIS” é a máxima autoridade e o seu supremo representante, cujo cargo exercerá enquanto bem servir e a sua ação se limita pelos princípios que a orientam” (pasta 4643, imagem 1642). O artigo foi escrito de forma muito semelhante ao artigo 7º dos estatutos da FNB, que definiam que: “O Presidente da Frente Negra Brasileira é a máxima autoridade e o

supremo representante da Frente Negra Brasileira, e sua ação se limita pelos princípios que a orientam”.

As semelhanças deixam claro que se tratava de uma tentativa de mobilização dos frentenegrinos guaxupeanos. Visavam recriar a associação rebatizando-a, aspiravam à manutenção de suas ações, dos trabalhos sociais, educacionais e beneficentes desenvolvidos, desde 1933.

4.2 SERÁ A FRENTE COMUNISTA? A FRENTE NEGRA MINEIRA - UMA ASSOCIAÇÃO HOMÔNIMA EM BELO HORIZONTE

Em 13 de julho de 1935 Claudino José da Silva⁵⁰ foi fichado como comunista pelo Serviço de Investigação do estado de Minas Gerais, aos 32 anos, casado, exercia atividades como operário e foi descrito pelas autoridades como “agitador”. Seus passos foram seguidos por investigadores em várias diligências, como as efetuadas em 17 de julho de 1935, e, em 22 de junho do mesmo ano, Claudino foi visto acompanhando “o delegado do partido Comunista” rumo a Juiz de Fora.

Nos documentos, consta que o chefe comunista possuía diversos nomes falsos, entre eles Mario e Galdino. Em uma anotação a lápis na parte inferior do documento, o nome Galdino foi escrito e riscado, sendo acrescentado o nome de Claudino José da Silva, o que levanta a hipótese de que as autoridades talvez acreditassem que Claudino seria o representante e chefe do partido comunista em viagem rumo a Juiz de Fora.

⁵⁰ Claudino José da Silva nasceu no município de Natividade (RJ), em 23 de julho de 1902. Transferiu-se para Niterói, então capital do estado, onde trabalhou como carpinteiro e posteriormente integrou a diretoria do Centro dos Carpinas e Classes Anexas de Mar e Terra. Em 1928, ingressou na Liga Operária de Construção Civil de Niterói e filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Foi integrante do comitê zonal do PCB e, em 1929, ingressou na Estrada de Ferro Leopoldina, participando das lutas da categoria. Em 1931, deixou Leopoldina e foi escolhido delegado da Conferência Geral dos Trabalhadores do Brasil ao Congresso da União dos Trabalhadores de Pernambuco, realizado em Recife. Foi preso diversas vezes por sua participação em reuniões sindicais e atuação no PCB. Foi designado pelo partido a atuar em Juiz de Fora (MG), transferindo-se posteriormente para Belo Horizonte, para orientar os trabalhos do PCB, até março de 1936. No mesmo ano, foi novamente preso e levado ao Distrito Federal, passou pela Casa de Detenção e pelo presídio da Ilha Grande. Posteriormente, voltou para Minas Gerais, sendo detido novamente por oito meses; após o período, voltou a Niterói e às atividades do PCB. Em janeiro de 1940, foi preso e condenado a dois anos de prisão. Elegeu-se membro da diretoria nacional do PCB em 1943. Em dezembro de 1945, Claudino foi eleito à Assembleia Constituinte, o único negro eleito para assumir uma cadeira. Em setembro de 1946, passou a exercer o mandato ordinário, foi eleito também como secretário político do comitê executivo do PCB e permaneceu na Câmara Federal até janeiro de 1948, quando teve o mandato cassado em decorrência da suspensão do registro de seu partido. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de fevereiro de 1985.

Além das muitas diligências que seguiram os passos de Claudino José da Silva, constam, na pasta 1287, correspondências de um informante infiltrado nos movimentos aos quais Silva fazia parte, entre eles a Aliança Nacional Libertadora e o Movimento Sindical dos Operários da Construção Civil em Belo Horizonte. Na carta, o agente infiltrado dá detalhes da visita de um indivíduo ao grupo, cuja identidade não foi descoberta, e finaliza o relatório apontando: “Claudino e Guilherme continuam conversando fiado, são os mais salientes só falam em movimento de agitação” (pasta 1287, p. 90).

Junto a informações ligadas à investigação sobre Claudino, consta no processo a anexação de recortes dos jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, que anunciavam a fundação da Frente Negra Mineira, com o seguinte subtítulo: “A concorrida concentração de homens de cor, domingo realizada na sede da U.O.C.C – Enérgico protesto contra a guerra ítalo-etíope”. A informação foi noticiada em 8 de outubro de 1935.

A exemplo do que veem fazendo os seus irmãos de todo o país, os negros de Belo Horizonte promoveram anteontem, na sede da U.O.C.C., á av. Bias Fortes, 1585, uma concorrida concentração, afim de elegerem o comitê provisório que deverá organizar e orientar a Frente Negra Mineira, ora em constituição (pasta 1287, p. 89).

De acordo com a notícia, a reunião realizada na sede da União dos Operários em Construção Civil foi muito concorrida “[...] notando-se entre os presentes elementos e diversas cores e diversas profissões [...]”. Claudino José da Silva discursou na assembleia, mostrando os fins “humanos e nobres” a que se propunha a associação, e convidou todos os presentes, sem distinção de cor, a ingressar e colaborar com a Frente Negra Mineira. Outrossim, elaborou uma longa análise sobre as contribuições da raça negra na formação econômica do país, “[...] traçando, ao mesmo tempo, o destino do negro brasileiro dentro do destino do Brasil” (pasta 1287, p. 89).

Outros participantes também tomaram a palavra, incluindo o estudante José Bezerra Gomes, presidente da Comissão de Organização do 1º Congresso Juvenil em Minas. O orador ressaltou a opressão de raça e também a opressão de classe, que pesam sobre “o negro nacional”. Em seguida, levantou considerações sobre a guerra da Itália contra a Abissínia, Império Etíope, considerado o último império negro existente, uma nação que estava sendo ameaçada de massacre, pelas tropas fascistas.

Após as exposições, foi eleito o comitê dirigente provisório, composto por Claudino José da Silva, como presidente, José Pedro, tesoureiro, tendo sido aclamado

como secretário o estudante José Bezerra Gomes, um dos aderentes brancos presentes e, também por aclamação, foi eleita para compor o comitê uma representante do sexo feminino, cujo nome, porém, não foi noticiado.

O nome do estudante aclamado tesoureiro, José Bezerra Gomes, por coincidência ou não, é o mesmo do indivíduo comunista que buscou estabelecer diálogo com a Frente Negra Brasileira em Piumhi, entregando panfletos comunistas a lideranças locais em princípios de 1935. Na ocasião, o líder Tobias de Paula Pertence procurou esclarecer as autoridades locais e estaduais, recorrendo até mesmo ao envio de uma carta ao governador Benedito Valadares, acerca do fato de que a agremiação piumhiense não possuía nenhum contato ou vínculo com o comunismo.

Após a eleição, o presidente eleito foi ouvido pelo *Estado de Minas*. Indagado sobre as finalidades da Frente Negra Mineira, Claudino respondeu:

Cuidar o quanto possível do levantamento econômico, político e cultural dos homens de cor em Minas, visto que já existem, com as mesmas finalidades, outras frentes comuns em quase todos os Estados do Brasil. Como se vê, trata-se de uma iniciativa sob todos os pontos de vista humana e nobre, que, por isso mesmo, vem merecendo não só a adesão e a simpatia dos homens de cor, como o apoio dos brancos despidos de preconceitos raciais (pasta 1287, p. 89).

Em um segundo recorte, no jornal *Diário da Tarde*, a folha comunica: “Frente Negra Mineira: Um homem branco é o secretário da nova organização”. O comunicado anunciava que os negros se reuniram na sede do Sindicato dos Operários em Construção Civil a fim de fundar a Frente Negra Mineira, como vinha acontecendo em outros estados do país. De acordo com a matéria, “o objetivo imediato dessas “frentes únicas” é a defesa dos homens de cor, o combate ao fascismo, nazismo e integralismo, que lhe parecem inimigos dos negros e fomentadores das rivalidades de cor” (pasta 1287, p. 89).

De acordo com a declaração do presidente Claudino da Silva, “[...] nas suas fileiras cabem não somente os negros, mas todos os indivíduos despidos de preconceitos raciais”. Além da defesa da população negra brasileira, a agremiação desejava combater a situação vivida pelo povo etíope, e, para tanto, o seu presidente declarou que a agremiação promoveria conferências e manifestações de protesto. A matéria é finalizada enfatizando que o secretário da associação era um homem branco universitário, José Bezerra Gomes, que escreveu, em colaboração com Claudino José da Silva, o programa da organização (pasta 1287, p. 89).

Através das declarações feitas pelos fundadores da organização ao *Diário da Tarde*, manifestando a defesa aos homens de cor, o combate ao fascismo, nazismo e ao

integralismo, que seriam ideologias inimigas dos negros e instigadoras das rivalidades de raça, configura-se a inquestionável inexistência de vínculos entre a Frente Negra que estava sendo fundada em Belo Horizonte, e o comando da Frente Negra Brasileira, instalado na cidade de São Paulo.

Abaixo do recorte de jornal anexado ao processo, consta uma anotação a respeito de Claudino José da Silva, escrita por Orlando Moretzshn em 8 de outubro de 1935 expressando: “Este individuo é conhecido comunista e vive nesta Capital, segundo nos parece, à custa do partido comunista, pois, não tem emprego. Tem sido o chefe nos últimos movimentos. É individuo de grande astucia, sempre muito respeitado entre os adeptos daquele culto” (pasta 1287, p. 89).

Junto aos recortes de jornal, encontra-se a correspondência de um investigador. Ao enviar um relatório às autoridades em 17 de outubro de 1935, o investigador cita o embarque do comunista Hélio Vaz de Mello para o Rio de Janeiro e outros assuntos concernentes a investigações em andamento, mencionando também que todos os documentos endereçados ao “Snr. David Rabello, do partido comunista” estavam sob a guarda de Claudino, cuja residência ele ainda não havia descoberto o endereço, mas supunha que os papéis ligados a ANL estavam guardados em outra residência de um amigo de Silva, no bairro da Gameleira, e complementou: o “[...] Snr. Claudino é muitíssimo desconfiado razão porque ainda não descobri ao certo a sua residência” (pasta 1287, p. 89).

As autoridades seguiam investigando os passos do presidente da Frente Negra Mineira de Belo Horizonte, assim como ações de seus colaboradores e companheiros. Relatórios de investigações secretas, buscando descobrir o endereço residencial de Claudino constam no processo. Em mais uma correspondência, escrita a mão em 28 de outubro de 1935, um informante procurou prevenir Orlando Moretzshn em relação a sua segurança, pois o agente presenciou algumas ameaças feitas por Bezerra e Silva ao Delegado de Ordem Pública.

Quero avisar-lhe particularmente que o Snr. Bezerra lhe tem verdadeiro ódio, em suas conversas que tem sempre com o Snr. Claudino e outros, o seu nome é assumpto principal. Tem vontade de vingar das perseguições. Ainda sexta feira última depois da reunião do congresso logo que terminou falei a ele juntamente com o Snr. Claudino e mais dois Srs. que não me recordo os seus nomes, o Snr. Bezerra mostrava-se irritadíssimo consigo o que respondeu o Snr. Claudino que os dias de vida do Snr. estaria por ele contado. Pode ser isto falso por parte do Snr. Claudino, mas aviso ao Snr. para que esteja prevenido (pasta 1287, p. 88).

Tentativas de captura de Silva datam no processo a partir de fevereiro de 1936, Claudino é descrito como “[...] terrível comunista que desapareceu desta Capital, levando consigo, segundo consta, todo arquivo da Aliança Nacional Libertadora” (pasta 1287, p. 80). O processo remete uma fotografia do presidente da Frente Negra Mineira, enviando cópias de buscas para as Delegacias de Ordem Pública de São Paulo e Espírito Santo, e para as delegacias das cidades mineiras de Carangola, Além Paraíba, Divinópolis, Varginha, Itajubá e Poços de Caldas.

Em 15 de fevereiro de 1936, o delegado Orlando Moretzsohn enviou uma correspondência para a delegacia de Niterói, Rio de Janeiro, cidade onde Judith Paixão, mulher com quem Claudino mantinha estreitas relações, residia. Moretzsohn pediu que fosse feita uma busca na residência de Judith e a possíveis residências que o procurado poderia estar escondido. Para viabilizar a busca, uma foto de Claudino foi anexada, e, na correspondência, o delegado em Belo Horizonte enfatizou o “[...] referido indivíduo que é extremamente sagaz e, portanto, capaz de se esquivar de qualquer ação da polícia, se perceber que está sendo procurado” (pasta 1287, p. 81).

Claudino da Silva foi preso no município de Santa Quitéria, Minas Gerais. Ao prestar esclarecimentos à Delegacia de Ordem Pública, no dia 23 de março de 1936, declarou ter sido membro da Aliança Nacional Libertadora, filiando-se ao movimento como contribuinte, porém, alegou não desempenhar qualquer função da diretoria central ou em qualquer outro núcleo.

Com o fechamento da sede da Aliança, em julho de 1935, o declarante diz ter encerrado as suas atividades em benefício da organização. Silva informou ainda que não era comunista e que nunca exerceu atividades extremistas, “[...] que si porventura o declarante é considerado como elemento comunista, é apenas suposição, sem apoio em fatos concretos [...]”, e prosseguiu:

[...] que em setembro ou outubro do ano próximo passado, o declarante fundou uma organização denominada “Frente Negra Mineira”, cujos objetivos eram os de ministrar a classe preta conhecimentos capazes de levantar o seu nível moral e cultural; que embora não exista no Brasil preconceito raciais, é bem verdade que o negro, por questão ao que parece de inferioridade de educação, sente-se constrangido quando é obrigado a se mostrar entre os brancos; que, para mostrar ao preto o verdadeiro conhecimento de sua situação, como cidadão que é, o declarante fundou e dirige a “Frente Negra Mineira”, sem outro intuito, senão o que acaba de mencionar que o declarante pertence ao Sindicato dos Operários em Construção, em cuja sede o declarante já usou da palavra na defesa dos interesses da classe; que faz parte também do Centro de Cultura Popular, como contribuinte; que por ocasião do Congresso da Unidade Sindical, realizado nesta Capital, no decorrer do ano passado, o declarante, como representante do Sindicato dos Operários em Construção Civil, fez uso

da palavra interpelando o sentimento da classe; que por ocasião do movimento revolucionário verificado no norte do país, antes mesmo do levante no Rio (...) (pasta 1287, p. 79).

Declarou também que se ausentou da capital, em razão de um trabalho de carpintaria que havia se comprometido a realizar em Santa Quitéria, onde foi preso. Informou também que, convidado por alguns aliancistas, compareceu a uma homenagem prestada ao Capitão Trifino Correia, em setembro passado, a qual havia sido largamente noticiada.

Em depoimento, Claudino José da Silva declarou não ser comunista ou estar envolvido em ações de extremismo, todavia, em um de seus discursos na sede da União dos Operários em Construção Civil, em documentos encontrados pela polícia, o sindicalista deixou clara a sua posição em relação ao “cérebro tenebroso de Mussolini” e à guerra que vinha promovendo contra o Império Etíope. Neste comunicado, os associados convidavam a mocidade a lutar contra o integralismo, o fascismo e o atual sistema governamental, discursavam contra o sistema capitalista e o imperialismo internacional que ameaçava a paz do mundo, proclamando: “[...] o Brasil será forte e grandioso quando estiver resolvido o palpitante problema proletário, porque a este compete dominar o mundo”.

Alguns membros da UOCC demonstraram disposição, até mesmo, para ir a comícios integralistas e dar vaias aos oradores, apelidando-os de “galinhas verdes”, mesmo que isso despertasse verdadeiros embates, “[...] derramamento de sangue e sacrifício de vidas” (pasta 1287, p. 78).

Entre os depoimentos dados à Delegacia Especializada de Ordem Pública, após a realização do Congresso Juvenil na sede da UOCC, Gerya Manjub Malluf confirmou que, na noite do dia 24 de outubro de 1935, esteve na sede da União dos Operários em Construção Civil, local onde aconteceu o encontro. De acordo com o depoente, o presidente do Congresso, José Bezerra, tomou a palavra explicando as finalidades do Congresso, posteriormente analisou a situação do governo, colocando-se a favor de um governo popular comunista.

Conforme Malluf, Bezerra afirmou estar atento a mocidade brasileira e atestou que o general Luiz Carlos Prestes, em ocasião oportuna, marcharia à frente dos moços para salvar o Brasil. O presidente do Congresso também teria atacado o integralismo, afirmando que o país se encontrava em um momento propício para a arrancada comunista.

Outros oradores discursaram, falaram longamente sobre a Rússia e afirmaram que a sua forma de governo era a única que servia à humanidade.

A testemunha expôs também a explanação de Claudino e disse que o operário falou em nome do Sindicato da Construção Civil, dando o seu apoio incondicional ao Congresso. De acordo com o depoente:

[...] cerca de quarenta operários da Construção Civil, inclusive a diretoria, aplaudiram os oradores comunistas, que pregavam abertamente ideias subversivas da ordem pública, que na noite de vinte e cinco do corrente, segundo dia de trabalho do Congresso Juvenil, o depoente não quis entrar na sala onde o mesmo se reunia, limitando-se a ouvir da porta de entrada os debates, que tiveram o mesmo diapasão da véspera (pasta 1287, p. 77).

A polícia mineira colheu diversos depoimentos em virtude do Congresso da Juventude, presidida por José Bezerra, então secretário da Frente Negra Mineira. De acordo com as declarações prestadas por Dorval Mendonça de Alvarenga, em novembro de 1935, “[...] todos os discursos versavam sobre a necessidade de ser implantado no Brasil um Governo Popular, que consulte as verdadeiras aspirações populares [...]” (pasta 1287, p. 76).

Geraldino Alberto Ferreira, presente no Congresso Juvenil, declarou que, nos discursos, os oradores:

[...] elogiaram e chamaram de meritória, digna de ser apreciada e seguida, a obra do governo bolchevista, conclamavam a assistência a cerrar fileiras ao lado dos que se batem pela implantação do comunismo, pedindo mesmo aos presentes para arranjarem adeptos; que os oradores se referiam ao governo e às instituições brasileiras de maneira insultuosa e agressiva, desencadeando muitos deles para o terreno da violência, aliás a única atitude, diziam, capaz de pôr paradeiro ao atual estado de coisas [...] (pasta 1287, p. 77).

Após a prisão de Claudino Silva, algumas folhas noticiaram o fato. O jornal *A Noite*, de 24 de março de 1936, declarou: “Agente de Ligação. Não pertence à Frente Negra Brasileira o indivíduo preso em Minas Gerais”. O noticiário salientou a reputação de “perigoso agitador extremista” atribuída a Silva. De acordo com o *A Noite*, Silva havia declinado da sua qualidade de presidente da Frente Negra de Minas Gerais; além disso o seu papel de agente de ligação entre os extremistas da capital, Rio de Janeiro e Minas Gerais, teria ficado “plenamente comprovado”.

O jornal alegou ter sido procurado por Antônio Francisco Napoleão, delegado da Frente Negra Brasileira em São Paulo; na ocasião Napoleão afirmou que “[...] Claudino José da Silva não pertence aquela legião, nem tampouco exerce nela qualquer posição

[...]”. Antônio Francisco alegou que possuía um dossiê, com a relação de todos os diretores da Frente Negra, em todos os estados brasileiros, e, de acordo com o documento, o presidente da entidade em Minas Gerais era Benedito de Oliveira.

- A Frente Negra Brasileira – adianta o Sr. Antônio Francisco Napoleão é contra o comunismo e, por todas as formas, combaterá essa doutrina exótica e inadaptável ao Brasil. Por isso mesmo, diz, estranhei que o extremista preso em Santa Quitéria se arrogasse essa qualidade. Quando muito, admito que Claudino José da Silva tenha pertencido à F.N. de onde naturalmente foi eliminado por professar doutrina contrária a nossa.

Conheci – continua – um indivíduo com o nome de Claudino José da Silva, filiado ao Partido Socialista de São Paulo e do qual foi eliminado por ser comunista. Pedi informações a respeito desse indivíduo para a nossa chefia geral em S. Paulo, mas posso asseverar-lhe de antemão que é falsa a alegação feita por esse extremista.

Em nossa agremiação, todos os elementos que revelam tendências comunistas são sumariamente eliminados pelo Grande Conselho, que tem sua sede em S. Paulo (pasta 1287, p. 75).

A direção da Frente Negra Brasileira admitiu que Claudino José da Silva teria feito parte do quadro de filiados da agremiação; todavia, deixou claro que o mesmo foi “naturalmente eliminado” por apoiar uma ideologia contrária a proferida pela FNB. A pasta 1287 inclui detalhes relacionados a diligências realizadas para capturar Claudino José, homem classificado como “elemento indesejável e conhecido agitador comunista”. Silva foi acusado de utilizar diversos nomes, entre eles, Claudino Silva, Vital Pacifico, Júlio Soares e José Bispo dos Santos.

O jornal *A Voz da Raça* também noticiou a prisão de Claudino José e refutou a sua participação enquanto líder da FNB no estado mineiro, em um extenso artigo no número de abril de 1936. Paulo Barbosa, autor da publicação, esclareceu que o “[...] referido indivíduo nunca pertenceu à F.N.B., quanto mais ainda ser presidente de uma das muitas Delegações Mineiras” (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p. 1).

A notícia intitulava-se “Preso como extremista o presidente da Frente Negra Mineira”. Apesar do título, a folha desmentiu a notícia que vinha circulando em outros periódicos, através da secretária geral em São Paulo. Foi esclarecido que Silva não passava de um “pseudo-presidente da Frente Negra Mineira”. O autor enfatizou indignado:

[...] acreditamos tratar-se de um indivíduo desclassificado entre os muitos negros que existem por aí, que têm a petulância de arrogarem-se representantes da F.N.B. quando não se dão ao trabalho miserável da exploração, em fundando congêneres ou coisa parecida e de nome mais ou menos propício para implantar no meio da pobre raça negra confusão e dela tirar o mais torpe e vergonhoso dos chamados partidos. E não admiro que aparecesse em Minas

um desses infelizes, que sofrendo da moléstia incurável, qual seja o visto que de há muito vem corroendo o homem negro, em todas as suas iniciativas maleficando assim gerações inteiras. É por esta razão, que assistimos também aqui do nosso cantinho de gente humilde e pequena em todas as proporções, as expansões terrificantes destes indivíduos, que nada mais representam do que, corvos pastando sobre o cadáver de cães insepultos após a vazante pútrida das enchentes. É bom mesmo que apareça o maior número possível da gente que forma essa casta, afim de melhor suicidarem-se e no seu funeral, deixar os que, querem de fato, uma pequenina coisa de bom para a raça de Luiz Gama, trabalhar mais à vontade. O que não é mais possível, é continuarmos neste estado de latência e à mercê de tão intolerável quanto ridícula gente (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p. 1).

Paulo Barbosa destacou que a Frente Negra Mineira, a qual Claudino da Silva dizia-se presidente, era apenas uma associação com o nome semelhante, “congênera”, à Frente Negra Brasileira. Enfatizou ainda a importância do programa fretenegrino, que desejava que se desse “[...] de fato a verdadeira carta de alforria ao homem negro, e que ela venha pela imposição inteligente em virtude da ação dos homens que o orientam!”. O programa fretenegrino destacava o desejo por uma libertação política e social para os negros, uma libertação que de fato fosse real, concreta (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p. 1).

O autor articula que muitos homens desprovidos de atitudes dizem “estar com a Frente”, mas o “[...] que nos resta saber, é si estão mesmo, com a Frente Negra Brasileira, a verdadeira, a indissolúvel (apesar das tentativas) [...]” constantes de desagrega-la. (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p. 1). Barbosa prossegue, a respeito de Claudino José da Silva e da ideologia que ele professava:

Não podíamos de fato esquecer tais fatos, quando vem de surgir esse negro, agora com manias de comunista, o regime que todos nós o abjuramos, porque é a destruição da família e o apunhalamento das dignidades pátrias. O abjuramos porque, é declaradamente escravagista do homem para a produção absoluta do Estado. Porque subverte a ordem pública de tal maneira, que dia a dia, vemos através dos elichés dos jornais as aplicações de penas, pelos chamados comissários do povo, nos assassinatos em massa em nome do regime tão degradante que infelizmente impera na Rússia. A chamada U.R.S.S. que de socialismo só tem o nome! Regime que a civilização contemporânea não quer e não aceita, e si hoje é imperante na Rússia, foi por consequência de uma revolução que ainda não terminou (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p.1).

Barbosa esclarece que “o homem negro é naturalmente mais nacionalista”⁵¹, que não é dotado do espírito bairrista e regionalista, porque o homem negro vê, na sua pátria, uma nação coberta pela mesma bandeira, pelas mesmas leis básicas e pelos mesmos

⁵¹ Ao reafirmar o espírito nacionalista do negro, Barbosa procurou estabelecer o espaço de protagonismo da população negra na construção da nação, o discurso estava ligado à busca da integração do negro à sociedade, ao desejo de obter o respeito e o reconhecimento, aos quais tinham direito, pois os negros dedicaram-se e entregaram suas energias para a construção da nação.

princípios. E seguiu argumentando em defesa da delegação mineira, que não estabelecia nenhuma relação com o Partido Comunista.

Como poderia então a Frente Negra Brasileira, que tem por princípio o nacionalismo absoluto e integral, ser comunista? Como poderíamos nós, então, sustentar a campanha fretenegrina que já vai para cinco anos, quando o meio em que militamos, não o quer de maneira alguma, e o rejeita naturalmente, porque o homem negro é naturalmente mais nacionalista do que qualquer brasileiro! (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p. 1–2).

O fretenegrino apresenta o “nacionalista integral” e “absolutamente integral” como viés político e ideológico da Frente Negra Brasileira e relata que, se a FNB fosse comunista, a agremiação o seria abertamente, assim como professa abertamente o seu nacionalismo integral.

De acordo com a publicação, as delegações de Minas Gerais, “sob a chefia sabia e digna de seu grande chefe, que é a figura incomparável de Pio Damião”, deveriam seguir o seu destino, cada vez mais altivas, de forma “cantante em todas as suas grandes vitórias”, e que “a gente moça daquele recanto pátrio tenha sempre em mira, a figura indiscutível do seu maior chefe”, Pio Damião, com a sua indiscutível vontade de trabalhar para o bem-estar da raça, rumo às grandes vitórias que conquistariam.

Paulo Barbosa finaliza sua longa explanação depositando a sua confiança na capacidade associativa: “E, é confiando cada vez mais na atuação extraordinária da mocidade negra do Brasil que reconhecemos a grandeza de nossa campanha e a superioridade absoluta do nosso idealismo! (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p. 2).

As acusações de relação com o comunismo repercutiram nos meses seguintes à prisão de Claudino. Como já foi mencionado, em setembro de 1936, o secretário geral da FNB em Minas Gerais, João Candido dos Santos, em artigo em comemoração ao 5º aniversário da FNB no *A Voz da Raça*, recordou as acusações que a agremiação havia sofrido.

João Candido problematizou as acusações que a FNB recebeu, e seus oponentes a acusaram de ser uma associação “assalariada pela Terceira Internacional”. De acordo com Santos, foram os espíritos precipitados que se adiantaram em fazer estas acusações, sem a menor honradez. Contudo, todos, até mesmo esses inimigos, perceberam o valor e as verdadeiras aspirações da Frente Negra Brasileira.

Claudino da Silva foi detido diversas vezes durante o decorrer dos anos 1930, e o seu envolvimento com o Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora eram o alvo das autoridades. Os agentes policiais faziam buscas e averiguações nos locais onde Silva

residia, quando o mesmo era conduzido à delegacia. Em uma dessas ocasiões, foram encontrados e apreendidos boletins de propaganda comunista, cartilhas da Aliança Nacional Libertadora, entre outros documentos que integram a pasta 1287, arquivada pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais.

Um documento bastante revelador diz respeito a uma ata da reunião de organização e andamento administrativo da Frente Negra Mineira, recolhida entre os pertences de Silva. O relato trata dos acontecimentos ocorridos em 12 e 13 de outubro de 1935, no qual um membro que assina como “A 6”, ao descrever os acontecimentos, menciona o nome dos oradores presentes em uma das reuniões, “[...] falou o Snr. Gibraltar e um representante de Santos Dumont, Snr. Manoel do Nascimento [...]”.

Na ocasião também ficou combinado que as senhoras participantes, durante as sessões de quinta-feira, angariariam algum dinheiro para as despesas com papéis, livros, etc. Os sócios também foram encarregados pelo presidente “[...] de saírem com listas colhendo assinaturas dos pretos e dos escravos brancos da liberal democracia”. Reuniões culturais também eram promovidas, reflexões a respeito da guerra entre a Itália e a Etiópia e as consequências prováveis eram apontadas durante tais encontros (pasta 1287, p. 87).

Entre os pertences apreendidos do presidente da Frente Negra Mineira, estavam comprovantes de pagamento da mensalidade do Centro de Cultura Popular, de junho de 1935, correspondências de afeto trocadas com Judith Paixão, o ingresso de um Festival que seria realizado na sede social da União dos Operários em Construção Civil e panfletos da Aliança Nacional Libertadora, incentivando os trabalhadores a promover uma greve geral em caso de golpe fascista.

O lançamento da Aliança Nacional Libertadora, realizado no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1935, tinha em seu programa básico um conteúdo nacionalista, com a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a garantia das liberdades populares e a constituição de um governo popular, do qual poderia participar “qualquer pessoa na medida da eficiência de sua colaboração”.

O mais surpreendente em seu programa básico era que em nenhum dos seus cinco itens havia propostas específicas em relação aos problemas operários, mesmo o projeto tendo sido concebido por comunistas, “tenentes” de esquerda mais próximos a eles, e outros grupos minoritários. A formação da ANL ajustava-se a novas orientações dadas ao

Partido Comunista Brasileiro (PCB), oriundas da Internacional Comunista (I.C.) (FAUSTO, 2010).

Claudino foi novamente detido e conduzido à Delegacia de Ordem Pública, em 23 de agosto de 1937 e posteriormente em 22 de outubro de 1937. Nas buscas realizadas em sua residência, em meados de outubro de 1937, nada foi encontrado; sua companheira foi conduzida à delegacia e permaneceu à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos.

Em novembro do mesmo ano, o procurador provincial de Belo Horizonte enviou uma correspondência ao chefe provincial, solicitando a colaboração dos integralistas a fim de apurar as “atividades subversivas do comunista Claudino José da Silva”. O procurador em questão, Antônio Lobato Ribeiro de Castro, buscava informações sobre o suspeito; uma correspondência foi enviada à sede dos adeptos do sigma, solicitando que “três ou quatro companheiros que possam adiantar algo sobre o assunto devem apresentarse ao Procurador Provincial, para o devido entendimento com aquela autoridade”. O tratamento dado por Castro aos integralistas demonstrava certa afinidade com a Ação Integralista Brasileira (AIB) (pasta 1287, p. 64).

A ficha de Claudino na AIB foi enviada pelo partido em colaboração com a Delegacia de Ordem Pública em Belo Horizonte, em 10 de novembro de 1937. Em nota, os integralistas definiram o investigado como um:

Membro saliente da extinta A.N.L. Crê-se que recebia dinheiro da Rússia (F.C.B.). Fez vários discursos atacando fortemente o Integralismo; falou na reunião do Congresso pré Unidade Sindical realizado em novembro de 1935, no teatro Municipal, comunista no Norte do País, desapareceu da Capital, sendo preso algum tempo depois no sítio de um seu camarada. Reunia-se em companhia dos comunistas Mario Cursino de Castro, Cornélie Castro e Mario Borlalani, a rua S. Salvador, nº 2. Foi o chefe da Frente Negra de Belo Horizonte (pasta 1287, p. 65).

Após as muitas prisões sofridas, Claudino foi posto em liberdade em 5 de maio de 1938, sob a condição de seguir para o Rio de Janeiro ou para qualquer outro local do país, contanto que não ficasse em Belo Horizonte. Sem deixar a cidade, foi novamente preso, em 9 de maio de 1938, e levado em diligência para o Rio de Janeiro.

Um recorte de jornal, datado a mão, de 9 de julho de 1938, não nomeado, foi anexado ao processo, tratando de uma citação ao réu Claudino José da Silva, pela Comarca do Termo de Belo Horizonte, Primeira Vara Criminal. A intimação estava ligada

ao processo de uma carta precatória, procedente do Tribunal de Segurança Nacional, na qual Silva estava sendo denunciado pelo doutor procurador-adjunto do mesmo Tribunal:

Denúncia: - “Exmo. Sr. dr. Presidente do Tribunal de Segurança Nacional. O Ministério Público, abaixo-assinado, por seu representante legal e no uso de suas atribuições, vem denunciar a V. Exa., com fundamento no inquérito junto, Claudino José da Silva, operário, pelo fato delituoso seguinte: - Quando ainda funcionava acobertada pela lei, a Aliança Nacional Libertadora, em Belo Horizonte, o indiciado a ela pertencia, sendo suas despesas custeadas pela referida Aliança, uma vez que era zelador do prédio e um de seus fervorosos propagandistas. A proibição da propaganda aliancista, decretada por lei, não intimidou Claudino José da Silva que continuou nas mesmas doutrinas subversivas, fundando o Centro de Cultura Popular, fundação destinada a disseminação comunista, a Frente Negra Mineira também, com o mesmo caráter, bem como a Liga Antifascista.

Foi um dos promotores do congresso pró unidade sindical, onde discursou várias vezes, em linguagem subversiva e propagadora das ideias marxistas (pasta 1287, p. 61).

Mesmo diante da denúncia, em 13 de setembro de 1938, a Justiça Especial, através do presidente do Tribunal de Segurança Nacional, e o desembargador F. Barro Barreto, confirmou a sentença absolutória de Silva, devendo esse ser posto em liberdade, caso ainda estivesse preso.

Posteriormente Claudino foi julgado e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, a dois anos de prisão, em 6 de dezembro de 1940, com a justificativa baseada nas atividades comunistas e subversivas das quais fazia parte. Entre os seus pertences, os investigadores encontraram um texto com o título: “O que é ser Comunista?”, o texto “Ante-Projeto”, ligado à apresentação do Movimento Eleitoral Popular (MEP), e anotações sobre estudos das diretrizes do Partido Comunista.

Em uma de suas últimas declarações à polícia, ligada a este processo após a sua captura, em 9 de maio de 1958, Claudino admitiu ter ingressado ao Partido Comunista por volta de 1927, quando residia em Niterói. Esclareceu que já havia sido preso muitas vezes nesta cidade e uma ou duas vezes em Belo Horizonte, que se recorda de ter sido preso na Capital, Belo Horizonte, em 1936.

Relatou ainda que, em 1947 ou 1948, foi decretada a sua prisão, no mesmo processo que resultou na prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes, Mauricio Gabrois, João Amazonas, Agliberto Vieira de Azevedo, Lindolfo Hill e outros. Foi deputado federal em 1946, pelo PCB e “foram encontrados em sua casa, na rua Toledo Mó, 271, vários jornais comunistas, como sejam, *Jornal do Povo*, *Voz Operária*, *Imprensa Popular* e muitos outros documentos [...]” (pasta 1287, p. 12).

Nestas últimas apreensões, as autoridades encontraram, ainda, um livro do Programa do Partido Comunista do Brasil, de Minas Gerais, datando de outubro de 1955, com anotações realizadas por ele e relacionadas aos estudos que fazia sobre a doutrina comunista, orçamentos, reflexões sobre a situação do país, da democracia e independência. Havia igualmente balanços financeiros, documentos sobre uma “Campanha pró Imprensa Popular, para o reaparelhamento do Jornal do Povo”, diretrizes e resoluções finais sobre o “Congresso Nacional de Defesa dos Mineiros”, documentos sobre o programa do “Centro das Donas de casa de Belo Horizonte”, a cópia de uma carta enviada a sua noiva, na qual falava sobre a resposta negativa do partido comunista, a respeito de um possível casamento entre eles, o número de um jornal *A Classe Operaria, Órgão Central do Partido Comunista (Secção Brasileira da Int Comum.)*, de julho de 1935, e recortes de edições do jornal *Diário da Noite*, de abril de 1949.

Há também um documento no qual o proprietário de uma residência, Amando Scarrelli, pede a José Bispo dos Santos, um dos nomes que Claudino Silva utilizava, para sair do apartamento que estava alugando. O proprietário explica que não desejava mais a permanência do locatário, mesmo se disponibilizasse outro fiador, “pois a realidade é que V.S. não paga”. O documento sobre a locação data de 10 de abril de 1958, na cidade de Belo Horizonte.

A análise dos processos e arquivos do Dops, ligados à Frente Negra Brasileira e a cidades nas quais se fundaram as associações, viabilizou o entendimento das dinâmicas que envolveram essas agremiações. Descortinou-se, assim, uma série de relações políticas e sociais estabelecidas, os controles exercidos pelas autoridades policiais, tanto em âmbito municipal, sob as ordens da Delegacia de Ordem Pública do estado mineiro, quanto em obediência a leis de controle e repressão da esfera federal, como a lei de 4 de abril de 1935, implantada em substituição a Lei de Segurança Nacional (LSN), a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e a instituição do Tribunal de Segurança Nacional, em outubro de 1936.

As fontes revelam os conflitos existentes entre os núcleos da FNB em Minas Gerais e outros grupos políticos, como os integralistas e os comunistas. Evidenciam também a existência de uma Frente Negra homônima, fundada em Belo Horizonte, a Frente Negra Mineira, elucidando as perseguições as quais a sua direção enfrentou e os embates protagonizados entre a associação congênere e a Frente Negra Brasileira, com comando estabelecido em São Paulo.

As declarações de Claudino José da Silva quanto à criação da Frente Negra Mineira, dadas ao *Estado de Minas* e ao *Diário da Tarde*, deixam claras as intenções que a agremiação defendia. Mesmo associada a ideais opostas as defendidas pela FNB, a Frente Negra criada em Belo Horizonte lutava pelo “[...] levantamento econômico, político e cultural dos homens de cor [...]”, preconizava a instrução da população negra, acreditando que, somente através da educação e formação, os negros alcançariam melhores condições de vida e igualdade de direitos sociais.

Além das dinâmicas mencionadas, os processos do Dops evidenciaram as relações de auxílio mútuo construídas entre as Frentes mineiras e entre estas e o comando central paulista, apontando ainda as estratégias de ação das lideranças frentenegrinas. Isso aconteceu seja através de pedidos de auxílio às próprias autoridades policiais, contra denúncias e acusações difamatórias, seja através da contratação de advogados, ou mesmo estabelecendo contatos com autoridades políticas, vislumbrando a ajuda desses indivíduos que possuíam o respeito da sociedade e que poderiam testemunhar em favor das associações e seus líderes.

Não restam dúvidas de que a falta de documentos administrativos e pessoais dos núcleos das Frentes mineiras e de seus principais líderes tornou a escolha do tema e sua abordagem um solo denso e dificultoso, todavia essas circunstâncias não se tornaram um empecilho insuperável. A análise desenvolvida nesta dissertação possibilitou a abertura de fronteiras e uma importante iniciativa no que diz respeito à construção do conhecimento sobre a Frente Negra Brasileira no estado mineiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs a investigação sobre a Frente Negra Brasileira (FNB) no que concerne à origem e ao desenvolvimento do núcleo central e delegações do estado de Minas Gerais. A associação surgiu em São Paulo em setembro de 1931 vislumbrando “irradiar-se” por todo o país. Enquanto parte do movimento negro organizado, a FNB atuou no sentido de promover melhores condições de vida para a população negra, minorando as mazelas enfrentadas, oriundas do preconceito e discriminação racial.

A FNB idealizava a integração efetiva dos negros a sociedade, visto que a assimilação à cultura nacional era o objetivo principal do movimento negro nas primeiras décadas do século XX. A impermeabilidade da estrutura social brasileira à inclusão da população negra é entendida como o estímulo maior para a organização do movimento, em vista do desejo de educar-se e integrar-se a sociedade.

A identidade negra brasileira construiu-se a partir do ativismo antidiscriminatório; desse modo, difundir e consolidar uma consciência própria e autônoma em relação à situação racial no país foi uma das estratégias utilizadas pelas agremiações fundadas nos anos 1930.

A associação desejava reeducar os negros desenvolvendo a autovalorização de suas capacidades e a confiança no papel fundamental que desempenharam na construção na nação brasileira. A proposta idealizava o fortalecimento da cooperação e da solidariedade entre os membros da organização que estava sendo criada.

A FNB de São Paulo foi utilizada como referência por outras Frentes Negras que surgiram no país, parte considerável das agremiações não respondiam diretamente ao comando central paulista, estruturando-se de forma autônoma. Havia, contudo, aproximações em seus ideários e ações, principalmente as propostas voltadas à ascensão social e aos projetos que ofertavam serviços, em vista da possibilidade de permitir a construção de uma vida mais digna à população negra.

A pedra fundamental da FNB firmava-se no discurso em favor da instrução e o incentivo à educação, enquanto ferramenta de ascensão social. A alfabetização ocupava o espaço central nos estatutos da Frente Negra Brasileira de Salvador. A Frente Negra Carioca discursou, através das palavras do delegado especial Francisco Napoleão, enfatizando que somente a instrução tornaria os negros aptos a vencer a luta pela vida. Já

a FNB Pelotense, assim como a Frente Negra Pernambucana e a FNB de Minas Gerais, fortaleceu o discurso em favor da educação e união da comunidade negra.

A FNB de Minas Gerais, fundada em março de 1933, esteve presente em quase todas as edições do jornal *A Voz da Raça*. Ao longo da análise do periódico, constatou-se que o estado mineiro foi o segundo maior na composição de delegações oficialmente ligadas à sede central paulista. O processo de inclusão de notícias relacionadas aos núcleos mineiros foi incorporado, sendo, portanto, incluídas a cada nova edição as atividades sociais e políticas, informações sobre as festas realizadas e os posicionamentos frente aos acontecimentos que impactavam a comunidade.

O mapeamento das cidades que sediaram as delegações da FNB em Minas permitiu indicar que as associações se concentravam principalmente no sul do estado, região central e Zona da Mata mineira. Estima-se que, ao todo, foram fundadas cerca de vinte e sete delegações frentenegrinas; entre estas, sete demonstraram plena atividade, localizadas na cidade de Guaxupé, comando geral do estado, e nos municípios de Cabo Verde, Carmo do Rio Claro, Monte Santo, Muzambinho, Passos e São Sebastião do Paraíso.

Outros dezesseis núcleos foram citados no jornal *A Voz da Raça*, sendo mencionados esporadicamente. Diante das esparsas informações, infere-se que as associações se encontravam em processo de organização, estando situadas nos municípios de Bonsucesso, Carangola, Guaranésia, Itajubá, Itaúna, Juiz de Fora, Lavras, Manhuaçu, Manhumirim, Perdões, São Domingos da Prata, São João del Rei, Três Corações, Três Pontas, Varginha e Divinópolis.

Posteriormente, os processos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) revelaram a existência das organizações situadas em Oliveira, Cassia, Piumhi e a Frente Negra Mineira de Belo Horizonte, agremiação sem vínculos com o comando central do estado.

A análise qualitativa do periódico *A Voz da Raça* evidencia que as atividades desenvolvidas pelas delegações mineiras iam ao encontro dos estatutos propostos pelo comando paulista, em virtude do alinhamento às diretrizes centrais. A redação da folha, através das palavras proferidas por Francisco Lucrécio, membro da diretoria da FNB, identificava a delegação mineira enquanto movimento unificado a FNB de São Paulo.

João Candido dos Santos, secretário geral da FNB em Minas Gerais, tornou-se correspondente do jornal oficial da organização, e, por meio dos seus artigos, é possível

identificar a cumplicidade da agremiação mineira em relação aos discursos oficiais da entidade.

Pio Damião, líder fundador e fiscal geral da FNB no estado, manteve-se distante das declarações públicas. Durante a sua trajetória pessoal e profissional, alinhou suas ações em benefício e auxílio à comunidade guaxupeana. O líder fundou a FNB visualizando um caminho possível para a resolução das mazelas, desamparo e marginalização que a população negra sofria.

Damião, enquanto líder atuante, esteve em diversas ocasiões na sede paulista da FNB e buscava, através deste vínculo, viabilizar a ascensão social dos fretenegrinos mineiros. O reconhecimento do fiscal geral era notório, em razão da sua ação obstinada em garantir melhores condições de vida aos negros de Guaxupé, assim como aos associados das demais delegações instaladas no estado. O amparo à saúde, acesso à educação, instrução e a uma infinidade de atividades recreativas e culturais foram colocados em prática pelos núcleos fretenegrinos, em virtude das iniciativas e propósitos aos quais o líder se doava.

A perspectiva fretenegrina mineira alinhava-se às propostas paulistas no que diz respeito à formação educacional dos negros, a sua instrução frente aos desafios impostos pela sociedade brasileira, que dificultava sobremaneira a integração e assimilação da população negra. A instrução “bem disseminada da raça negra” definia-se como política a ser empregada, vista como a mais importante conquista que a agremiação promoveria em benefício de seus associados, reunindo “seus filhos num bloco coeso e invencível” (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 4).

No que toca a definições em relação a posicionamentos políticos ligados à direita ou esquerda, seja através da adesão ao patrianovismo, ao integralismo, ou ao Partido Comunista, as fontes disponíveis não permitem identificar estes vínculos precisos entre as delegações mineiras. O projeto político-social dos núcleos mineiros via-se ligado ao enfrentamento das mazelas decorrentes das dificuldades de ascensão social da população negra, do preconceito e discriminação racial.

O comando central mineiro e suas delegações alcançaram um destacado espaço institucional, estando unificados à matriz fundadora. Apesar disso, diversos núcleos mineiros envolveram-se em investigações ligadas à polícia política. As denúncias ligando a FNB ao comunismo incomodavam a direção das entidades, que buscavam refutar tais acusações através de variados meios.

Seja através de correspondências enviadas diretamente às autoridades do Dops, seja por meio do contato com autoridades políticas ou policiais que poderiam intervir em favor da idoneidade das delegações, ou mesmo através da contratação de advogados que utilizavam a legislação vigente enquanto arma de proteção, a FNB de Minas Gerais resguardava-se, antecipando-se frente aos conflitos políticos que a envolviam.

Já a Frente Negra Mineira, associação homônima a FNB criada em Belo Horizonte (1935), sob a liderança de Claudino José da Silva, evidenciava discursos à esquerda ligados ao movimento comunista que versavam sobre a necessidade de se implantar um governo popular no Brasil, que consultasse as verdadeiras aspirações dos trabalhadores, ressaltando a opressão de raça e classe que pesava sobre os negros nacionais. À vista disso, as atividades de Silva e os documentos encontrados tornaram clara a sua relação com o movimento sindical União dos Operários em Construção Civil, com o Centro de Cultura Popular, a Aliança Nacional Libertadora e também com o Partido Comunista. Foi possível identificar também que os discursos expressos pela organização belo-horizontina voltavam-se para o levantamento moral e cultural do negro, a partir da formação educacional, assim como as outras entidades fretenegrinas.

A análise do periódico *A Voz da Raça* e dos processos do Dops viabilizou o entendimento da origem, desenvolvimento e as dinâmicas que envolveram as delegações de Minas Gerais. Revelou-se uma série de relações políticas e sociais com o intercâmbio e alinhamento entre as delegações mineiras e o comando fretenegrino paulista, os confrontos entre grupos políticos divergentes expuseram a tentativa dos integralistas de sair do foco das autoridades policiais, assim como a busca de um grupo comunista de se aproximar dos núcleos fretenegrinos.

As negociações entre as associações e as autoridades tornaram-se visíveis, assim como as iniciativas extremas das organizações buscando viabilizar as próprias existências. Com a implantação do Estado Novo em fins de 1937, os núcleos mineiros da FNB optaram por mudar o nome das agremiações ou fundar novas entidades, tendo em vista o impedimento dos partidos e associações políticas.

A ação do comando central de Guaxupé corrobora tais iniciativas. Em vista da ilegalidade da existência da FNB, as lideranças negras fundaram a *Sociedade da Raça Negra de Minas Gerais*, posteriormente, em 1954, os líderes guaxupeanos constituíram a *Sociedade Negra Recreativa “Pio Damião”*, em homenagem e continuidade à obra emancipadora que o fiscal geral da FNB de Minas Gerais idealizou.

A singularidade documental das delegações da FNB em Minas Gerais e de registros pessoais dos principais líderes do movimento complexificou a abordagem do tema, exigindo um aprofundamento arquivístico na busca por fontes que permitissem a compreensão em relação à origem e ao desenvolvimento do movimento mineiro. Tendo isso em vista, a utilização do periódico *A Voz da Raça*, dos processos do Dops e dos registros oriundos de Guaxupé materializou-se enquanto caminho para a construção do conhecimento sobre a FNB de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS

PERIÓDICOS – HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

A Voz da Raça. São Paulo – SP (1933–1937)

Monitor Mineiro. Guaranésia – MG (1927)

A Raça de Uberlândia – MG (1935)

ARQUIVOS DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS) – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM)

Pasta 4641 {Guaxupé} jun. 1935 – jul. 1956.

Pasta 4642 {Guaxupé} out. 1937 – nov. 1948.

Pasta 4643 {Movimento Negro Brasileiro} jul. 1937 – nov. 1948.

Pasta 4682 {Ituiutaba} set. 1931 – dez.1969.

Pasta 4773 {Muzambinho} – integralismo set. 1935 – set. 1942.

Pasta 4774 {Muzambinho} – integralismo dez. 1932 – nov. 1937.

Pasta 4775 {Muzambinho} – integralismo ago. 1935 – nov. 1943.

Pasta 4776 {Muzambinho} – comunismo jul. 1935 – ago. 1936.

Pasta 4790 {Oliveira} – integralismo abr.1936 – fev.1945.

Pasta 4853 {Pium-hí} – comunismo mar. 1935 – ago. 1956.

Pasta 4979 {São Sebastião do Paraíso} out. 1931– set. 1942.

Pasta 1287 {Comunismo} maio 1935 – maio 1958.

Pasta 1901 {Abdias do Nascimento} jan. 1938 – um.1938.

DEPARTAMENTO HISTÓRICO DE GUAXUPÉ

Periódico *Cidade de Guaxupé* – MG. (1932)

SANTOS, Suely. Depoimento. In: **Os Filhos da África em Guaxupé: A História dos Invisíveis**. Direção: Tê Machado, Marcos David. Projeto Escola Viva. Grupo Ativo – GDP, Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais –PDP. Guaxupé, 2010 (48:39 min.).

SANTOS, Suely. **Diálogo com a sobrinha neta de Pio Damião** - Delegado Geral da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais. Tais Daiele Alves, out. 2020.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Inácio Walacy de Souza. **Educação Patrimonial e Ensino de História: os bens culturais de Guaxupé/MG na sala de aula.** Dissertação (Mestrado em História), Campinas: UNICAMP, 2021.

ABREU, M.; MATTOS, H.; GRINBERG, K. História Oral e Educação Antirracista. In: Everaldo Paiva de Andrade; Juniele Rabêlo de Almeida. (Org.). **História oral e educação.** São Paulo: Letra e Voz, 2019, v., p. 129–147.

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral (1996), publicado como “**O que documenta a fonte oral: a ação da memória**” em ALBERTI, Verena. Ouvir, Contar. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

ANDREWS, George R. Negros e brancos em São Paulo. Bauru: EDUSC, 1998.

BACELAR, Jeferson. A Frente Negra Brasileira na Bahia. **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 17, 1996.

BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira: Depoimentos.** São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349–363.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, jan. 2020. ISSN 2178–1494. Disponível em: Acesso em: 18 Fev. 2020.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. As Origens Ambivalentes do Conservadorismo. O lugar de Edmund Burke na História do Pensamento Político. **Cadernos de Pesquisa Política**, v. 1, 2015, p. 56–87.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, dez, 2007, p. 253–270.

DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11–19, 70–97.

DOMINGUES, Petrônio. “Tudo pelo Brasil; Tudo pela Raça”: a Frente Negra Carioca. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 65, set–dez, 2018, p. 327–348.

. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931–1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39 set–dez, 2008.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, vol.12, n.23, 2007, p. 100–122.

_____. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, nº 36, jul–dez, 2006, p. 517–536.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 13.ed, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERRAZ, Wilson. **Guaxupé e seus 250 anos de História**, 2009.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulista**: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928–1937). Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

GOMES, Arilson dos Santos. **A Formação de Oásis**: dos Movimentos Frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931–1958). **Dissertação**, 2008, Porto Alegre.

GOMES, Flávio. **Negros e política** (1888–1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895–1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003, p. 55–79.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 119-139.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras**: a formação racial brasileira (1930–1970). São Paulo: Editora 34, 2021.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C.R. As Três Versões do Neo-institucionalismo. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo: CEDEC, nº 58, 2003, p. 193–224.

IMMERGUT, E. “O Núcleo Teórico do Novo Institucionalismo. 1998, In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas** – Coletânea Volume 1. 2007.

LIBERAC, Antônio; PIRES, Cardoso Simões. “Associações de Homens de Cor” Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915–1937). In: APARECIDA, Maria; SALGUEIRO, Andrade (Orgs.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 69–89.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2018.

MALATIAN, Teresa. Memória e Contra-Memória da Frente Negra Brasileira. **XXIX Simpósio de História Nacional**. Contra os Preconceitos: História e Democracia. UNESP/Franca, Titular em Historiografia. Agência financiadora FAPESP, processo 2016/20111-0, 2017.

_____. **O cavaleiro negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Alameda, 2015.

_____. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs.). **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 53–74.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. CAMPINAS, Ed. UNICAMP, 2013.

_____. Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento Fernandes e o quilombo São José. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, p. 167–189, jan. 2006.

MONSMA, Karl Martins. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880–1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

OLIVEIRA, André Côrtes de. Quem é a “gente negra nacional”? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933–1937). 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. **Entre a miscigenação e a multirracialização: brasileiros negros ou negros brasileiros?** (Tese de doutorado em história) Niterói: UFF, 2008.

_____. **A Frente Negra Brasileira: Política e questão racial nos anos de 1930.** (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Quem tem medo da ilusão biográfica?** Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi* (Rio de Janeiro), 18(35), 2017, p. 429–446.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970–1995).** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PIMENTEL, Guilherme Costa. A “Ameaça Verde” sobre Minas: organização, desenvolvimento e extinção da AIB (1932–1938). Tese (Doutorado em História), Belo Horizonte: UFMG, 2021.

PINTO, António Costa. A formação do integralismo lusitano (1907–17). **Análise Social**, Lisboa, n.70, 1983, p. 1409–1419.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade,** São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1993.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV Ed., 2006.

QUINTAS, José Manuel. **Filhos de Ramires: as origens do Integralismo Lusitano.** Lisboa: Nova Ática, 2004.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, jan.–jun. 2004, p. 170–198.

SILVA, Fátima Aparecida. O movimento social Frente Negra Pernambucana – 1936–1937. A história continua. **XXIV Simpósio Nacional de História.** São Leopoldo, 2007.

SILVA, Maria Regina Guimarães; SANNA, Maria Cristina. Pio Damião: a enfermagem como forma de participação política. **REFACS** (online) 2016; 4(1):59–68.

TOLENTINO, MARCOS. Arquivo, testemunhos e direitos humanos: o Arquivo Oral do Memoria Abierta. **História Oral.** v. 22, n. 1, 2019.

VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do; FERREIRA, Moacyr Costa; RIBEIRO, Venerando Vieira. **Guaxupé: Memória Histórica - A Terra e a Gente.** 2. ed. Guaxupé: Gráfica Nossa Senhora de Fátima, 2004.

VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. **Guaxupé: Memória Histórica, A Terra e a Gente.** São Paulo, 1ª ed., 1984.